PROJETO AVALIAÇÃO TRIBOS – 10 ANOS

Contrato: ATN/OC-13677-BR

Produto 3

Setembro, 2014

EXPEDIENTE

FLACSO Brasil - Faculdade Latino- Americana de Ciências Sociais

Salete Valesan Camba
Diretora

André Lázaro
Coordenador Acadêmico

Pablo Gentili
Coordenador de Cooperação Institucional

Projeto Avaliação Tribos – 10 anos
Programa de Avaliação e Apoio à Gestão de Programas de Voluntariado no Estado do Rio Grande do Sul

Equipe

André Luiz de Figueiredo Lázaro
Consultor Principal

Denise Ruschel Bandeira
Consultora Pesquisadora

Carmen Silveira de Oliveira
Consultora Assistente

Luís Otávio Daloma da Silva
Consultor Auxiliar

FLACSO Brasil
Rua São Francisco Xavier, 524 - 12º andar - Bloco F - Sala 12.111
CEP: 20550-013 - Maracanã - Rio de Janeiro/RJ
Fone/Fax: (+55 21) 2234-1896 / 2334-0890

FLACSO Brasil – Unidade São Paulo
Av. Ipiranga, 1071 - Salas 608 a 612
CEP: 01040-000 - Centro - São Paulo/SP
Fone/Fax: (+55 11) 4112-1423

SUMÁRIO

Relatório Executivo **04**
- **1. Apresentação** **05**
- **2. Metodologia** **05**
- **3. Principais indicativos** **07**
  - 3.1. Sobre a metodologia 07
  - 3.2. Sobre os impactos do Programa 09
  - 3.3 Sobre a gestão do Programa 11
- **4. Recomendações** **12**
  - 4.1 Revitalização da metodologia 12
  - 4.2 Revisão dos procedimentos de gestão 13

Revisão dos referenciais teóricos da metodologia **15**
- **1. Apresentação** **16**
- **2. Revisão de conceitos** **16**
  - 2.1. Infância e adolescência 16
  - 2.2. Juventude(s) 18
  - 2.3. Educação 19
  - 2.4. Participação 20
  - 2.5. Voluntariado 24
- **3. Referências Metodológicas** **26**

Relatório Final **29**
- **1. Apresentação** **30**
- **2. Descrição Metodológica** **30**
- **3. O caminho percorrido do Programa** **35**
- **4. Análise dos Impactos do Programa** **39**
  - 4.1. Análise do percurso metodológico 40
  - 4.2. Análise da percepção dos tribeiros sobre o Programa 42
  - 4.3. Indicativos sobre os impactos do Programa 52
- **5. Análise das estratégias de gestão do Programa** **54**
  - 5.1. Avaliação e Monitoramento 54
  - 5.2. Custos 55
- **6. Recomendações** **57**
  - 6.1. Revitalização da metodologia 57
  - 6.2. Revisão dos procedimentos de gestão 58
  - 6.3. Indicadores para a avaliação da gestão do programa 61
- **7. Melhorias implementadas no Programa durante o processo de consultoria** **62**
  - 7.1. Mudanças na revisão da metodologia 62
  - 7.2. Mudanças na revisão dos procedimentos de gestão 63
- **8. Considerações Finais** **64**
- **9. Referências bibliográficas** **66**

Anexos **69**
- Anexo 1 70
- Anexo 2 73
- Anexo 3 76
- Anexo 4 80
- Anexo 5 84
- Anexo 6 86
- Anexo 7 87
- Anexo 8 89
- Anexo 9 90
- Anexo 10 91
- Anexo 11 92
- Anexo 12 93

PROJETO AVALIAÇÃO TRIBOS – 10 ANOS

Contrato: ATN/OC-13677-BR

Produto 3

Relatório Executivo

Setembro, 2014

1. Apresentação:

O presente relatório documenta os resultados da consultoria desenvolvida pela FLACSO junto à ONG Parceiros Voluntários (PV) para avaliação da iniciativa "Tribos nas Trilhas da Cidadania", focalizada no voluntariado infanto-juvenil através da rede de ensino e de organizações sociais. A pesquisa faz parte do "Programa de Avaliação e Apoio à Gestão de Programas de Voluntariado no Estado do Rio Grande do Sul", contratado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O plano de trabalho foi executado entre 23/09/2013 a 30/09/2014 e teve como referência a proposta geral aprovada (ATN/OC- 13677-BR), abrangendo duas linhas de base: o levantamento dos impactos do Programa Tribos para o cotidiano dos alunos, da escola e da comunidade; e a análise dos procedimentos institucionais de gestão, principalmente no que se refere às práticas de monitoramento e avaliação.

Neste documento é descrita, em primeiro plano, a metodologia utilizada nesta investigação e, na sequência, são discutidas as principais conclusões sobre os impactos do Programa e a sua gestão, finalizando com recomendações para o seu seguimento. Ressalta-se que maiores subsídios sobre esse processo aqui sumarizado podem ser encontrados nos três relatórios da presente consultoria, especialmente no Relatório Final.

2. Metodologia:

A primeira etapa, descrita no Relatório Produto 1, focalizou a compreensão da origem e percurso do Programa em seu contexto intra e extra institucional, a explicitação de seus valores e missão e, por final, a identificação do estado de arte da implementação dos projetos locais e dos procedimentos gerenciais pela ONG.

Para esses levantamentos iniciais foram utilizados três recursos metodológicos: (a) análise documental (a partir do portal da ONG e da leitura de mais de cem documentos, dentre projetos, relatórios, guias, registros de capacitações, estudos realizados, publicações, entre outros): (b) entrevistas semiestruturadas, num total de treze entrevistados, seguindo roteiros específicos para segmentos estratégicos (presidência da ONG, equipe diretiva, precursores e colaboradores); (c) observação de dois Fóruns Tribais, em cidades de regiões distintas (Dom Pedrito e Canela), cuja atividade não estava prevista, mas foi incluída devido ao seu caráter precursor como estratégia avaliativa do Programa e intercâmbio entre projetos e ainda justificada pelo fato de que os Fóruns são realizados ao final de cada ano letivo e o calendário da pesquisa em 2014 não abrangeria esse período.

Também nessa fase, foram revisadas as questões balizadoras para análise dos impactos do Programa. Decidiu-se, com consenso junto à PV, manter os itens originais e agregar outros, totalizando 25 questões (17 itens para avaliação do impacto do Programa e 8 referentes à gestão do Programa).

A segunda etapa, registrada no Relatório para o Produto 2, contemplou o levantamento em campo, junto aos projetos locais, a partir de estratégias de investigação quantitativa e qualitativa. Para garantir maior rigor e qualidade na pesquisa quantitativa, a Flacso estabeleceu parceria com um núcleo acadêmico especializado em medidas psicológicas, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Alguns ajustes metodológicos se fizeram necessários na pesquisa quantitativa:

a. Por solicitação da coordenação do Programa, foi feita a substituição dos municípios de Guaíba e Viamão por Canoas e Sapucaia do Sul, respectivamente.

b. A temporalidade originalmente prevista (2003 a 2012) foi mantida na análise documental, entrevistas com as equipes e grupos focais, mas na aplicação dos questionários o período analisado se circunscreveu à implementação do Programa em 2013, devido à identificação

de lacunas na base de dados institucionais, o que inviabilizou a constituição de amostras confiáveis em anos anteriores.

c. Tal fato determinou a exclusão do município de Gravataí, uma vez que em 2013 o Programa não teve inscrições de projetos locais.

Do universo de 350 instituições participantes do Programa de 2003-2012 nos 11 municípios selecionados, 128 implementaram projetos em 2013. Assim sendo, desse universo nas 11 cidades, foram sorteadas 30 instituições, contemplando as variáveis geográficas (região metropolitana e interior do Estado), natureza institucional (escola pública ou privada) e tipo de Trilha desenvolvida em 2013, a fim de garantir certo equilíbrio na amostra em relação a tais questões. Participaram da amostra 655 alunos.

O *caminho quantitativo* foi construído através de pesquisa tipo *survey*, com a utilização de uma amostra probabilística estratificada por estágios. Foram construídos questionários para levantamento de informações junto aos tribeiros e suas famílias. Os instrumentos apresentaram questões fechadas e abertas referidas à percepção dos entrevistados sobre a implementação dos projetos e seus resultados. As referências para a modelagem desses instrumentos foram as metas do Termo de Referência, as questões balizadoras consensuadas e os resultados do pré-teste realizado em uma escola.

Nas escolas, os tribeiros responderam aos questionários. Para estabelecer comparativo entre tribeiros e não-tribeiros, foi usado um instrumento para avaliar satisfação de vida. Para crianças, se usou a Escala Multidimensional de Satisfação de Vida para Crianças (Giacomoni & Hutz, 2008[1]) e para adolescentes, a Escala Multidimensional de Satisfação de Vida para Adolescentes (Segabinazi, Giacomoni, Dias, Teixeira, & Moraes, 2010[2]), com 57 itens e sete fatores: self, self comparado, não-violência, família, amizade, escola e global.

Cada participante indicou o quanto concordava com o item, de 1 (nem um pouco) a 5 (muitíssimo). Os dados foram agrupados por faixa etária, tipo de escola e cidade, submetidos a análises de frequência e comparação de médias (teste t ou ANOVAs), com Post-Hoc de Games-Howell, quando pertinente.

Por sua vez, *o caminho qualitativo de pesquisa* teve como foco a análise de cinco projetos indicados pela ONG, pelas suas possibilidades de constituírem *cases* institucionais, contemplando a diversidade do universo (públicas e privadas, interior e capital, diferentes Trilhas):

1. Cachoeirinha: Escola Municipal de Educação Infantil Criança Feliz
2. Porto Alegre: Instituição Educacional São Judas Tadeu (Educação para a Paz)
3. Bagé: Escola Estadual Julinha da Costa Taborda (várias trilhas)
4. Nova Prata: EEEF Reinaldo Cherubini (Educação para a Paz)
5. Dom Pedrito: Escola Municipal Alcides Maia (Cultura)

Em cada projeto, foram utilizados três recursos metodológicos: entrevistas, grupos focais e observação de campo. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas em diferentes locais, com roteiros específicos para os cinco segmentos selecionados: diretores das escolas, integrantes locais das Unidades da ONG, principais parceiros do projeto no município, pais e responsáveis, docentes orientadores do projeto. Para os grupos focais foi feito um roteiro básico para uso dos moderadores. Os grupos foram realizados na própria escola, com a participação de tribeiros, agendados a partir de uma listagem dos

[1] GIACOMONI, Claudia Hofheinz; HUTZ, Cláudio Simon. Escala multidimensional de satisfação de vida para crianças: estudos de construção e validação. Estud. psicol. (Campinas), Campinas , v. 25, n. 1, Mar. 2008

[2] SEGABINAZI, Joice Dickel et al . Desenvolvimento e validação preliminar de uma escala multidimensional de satisfação de vida para adolescentes.Psic.: Teor. e Pesq., Brasília , v. 26, n. 4, Dec. 2010.

participantes de projetos em 2013. Todo o material foi degravado e analisado conforme as técnicas de análise de conteúdo.

A observação em campo seguiu o desenho não estruturado e participante como técnica exploratória e complementar aos demais recursos metodológicos. Utilizando o diário de campo, a equipe foi capacitada para efetuar anotações sobre observações aleatórias, seguindo técnicas de atenção flutuante, bem como para por em análise suas impressões diante das situações observadas/vividas em campo.

Também como parte da metodologia de uma pesquisa *work in process*, ao longo de sua execução, foram realizadas reuniões sistemáticas da equipe de pesquisadores, bem como reuniões mensais de acompanhamento com a equipe da ONG. Após a entrega dos relatórios de consultoria, aconteceram reuniões devolutivas com a participação da presidência da instituição para *feedback* e consenso sobre encaminhamentos.

3. Principais Indicativos:

3.1 Sobre a metodologia:

A focalização da ONG Parceiros Voluntários (PV) em práticas de voluntariado juvenil inicia em 1998 a partir da experiência de um professor de escola privada, preocupado em sensibilizar alunos do Ensino Médio para o tema da pobreza e desigualdades sociais. Inicialmente, com o apoio de "professores desbravadores" o "Programa Voluntariado da Escola" adaptou a metodologia desenvolvida com adultos. Mais tarde, consultores desenvolveram uma metodologia própria para o voluntariado juvenil na rede escolar - "Tribos nas Trilhas da Cidadania", que começou a ser implementada em 2003.

Algumas circunstâncias estruturais favoreceram a emergência dessa proposta, tais como o programa Comunidade Solidária, lançado pelo Governo Federal em 1995; a Lei sobre o Voluntariado, aprovada em 1998; as diretrizes curriculares sobre transversalidades, previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996; o Ano Internacional da Cultura da Paz (2000), e o Ano Internacional do Voluntário (2001), decretados pela ONU.

Nas entrevistas e nos documentos foram identificadas referências do universo empresarial (em termos como empreendedorismo, responsabilidade social individual, sustentabilidade etc.), como também marcos conceituais de distintas áreas do conhecimento (educação, engenharia, física e psicologia, entre outras).

Desde a origem, portanto, sobressaem duas fortes marcas fundantes do Programa: a porosidade para abertura de novos processos e o hibridismo de concepções. De um lado, se observa que o traço de permeabilidade institucional favorece o aproveitamento de oportunidades e a ampliação de horizontes, mas também conduz a alguns percalços que podem ser, em parte, debitados a certo pragmatismo ao se lançar a novos desafios sem a necessária consolidação. Exemplos disso foram a crescente exigência de organização de encontros estaduais com porte cada vez maior, a cada edição, o que inviabilizou sua continuidade nesse formato, bem como as dificuldades operacionais para acompanhamento dos projetos locais devido ao aumento de inscrições.

Por outro lado, a coexistência de diferentes marcos referenciais estimula a circulação de diversificados conceitos e o uso de diferentes ferramentas para operar as práticas com maior ecletismo e inventividade, porém incide para movimentos nem sempre convergentes do ponto de vista metodológico e de valores, como se constatou na operacionalização local com a grande variabilidade na formatação, tempos e alcance dos projetos.

Os desbravadores do Programa destacam que, logo nos primeiros anos, foram confrontados com o conservadorismo das escolas e o papel mais diretivo dos professores. Novas estratégias foram, então,

delineadas. A principal foi o desenvolvimento da metodologia do que viria a ser Tribos. A ONG realizou parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul para sistematização, entre 2004 e 2006, de sua metodologia de voluntariado juvenil. Em 2011, a iniciativa foi avaliada como estratégica para a certificação como Tecnologia Social, pela Fundação Banco do Brasil.

Na implementação, destacam-se alguns acertos metodológicos: (a) a mobilização de voluntários em torno de uma Tribo a partir de sua escola; (b) a delimitação de ações a serem desenvolvidas pela Tribo, em formato de Trilhas temáticas (Meio Ambiente, Cultura da Paz ou Cultura); (c) a mobilização e formação de professores e líderes juvenis, como estratégia inicial importante para o alinhamento conceitual; (d) a pactuação com o corpo diretivo das escolas e, em alguns casos, com secretarias de educação a fim de propiciar maior institucionalidade aos projetos; (e) o envolvimento local das Unidades da PV para apoio logístico aos projetos; (f) a organização de fóruns descentralizados, favorecendo o intercâmbio de experiências, com maior envolvimento regional.

Contudo, a presente pesquisa identificou alguns percalços metodológicos no percurso do Programa:

i. *A modelagem inicial da metodologia não contempla novos emergentes do Programa.*

Muito embora o Programa tenha sido modelado para o voluntariado de adolescentes e jovens do Ensino Médio, na pesquisa se verificou que menos de 6% dos tribeiros se encontram nessa condição. No universo pesquisado, 39% dos tribeiros se encontravam na faixa etária inferior a 12 anos de idade e 13% das instituições inscritas em 2013 eram escolas de educação infantil. Na medida em que crianças participam das Tribos, juntamente com adolescentes e jovens e o Programa aceita inscrições de escolas de educação infantil, é necessária adequação metodológica para contemplar a condição peculiar de desenvolvimento da infância. Ressalta-se que a focalização na primeira infância vem sendo colocada como estratégica na educação para valores, conforme apontado por organismos internacionais (tais como Unesco e Unicef) e políticas nacionais na área. Isso corrobora a pertinência de desenvolver tecnologias sociais direcionadas a esse segmento etário e que atendam sua condição peculiar de desenvolvimento. Outras possíveis adaptações se fazem necessárias pela participação de instituições não-escolares (abrigos, projetos de atendimento a crianças e adolescentes com deficiências etc.).

ii. *A metodologia original é pouco utilizada no cotidiano dos projetos locais.*

Apesar de o Programa contar com uma metodologia sistematizada e, inclusive, certificada como tecnologia social, essa não é uma referência para todas as escolas, especialmente para as "veteranas". Constatou-se a pouca utilização dos guias metodológicos, o não seguimento do roteiro sugerido para o plano de ações, tampouco a observância do calendário anual. Contudo, tais situações de "descompasso metodológico" podem não significar prejuízo, já que os projetos se estruturam a partir de um plano de trabalho de longa duração. Por outro lado, as escolas que "dissolvem" as Tribos a cada ano parecem correr mais riscos de descontinuidade pela recomposição do grupo de tribeiros e da própria reconfiguração da Trilha a cada período. Isso sugere a necessidade de contemplar distintas referências metodológicas para novos e antigos projetos e melhorar o sistema de acompanhamento de sua implementação.

iii. *O modelo emancipador de voluntariado coexiste com o modelo de filantropia.*

Foram constatadas diferenças de concepção em projetos locais, tais como o desenvolvimento de ações na perspectiva meramente assistencialista ou a prevalência de intervenções junto a segmentos considerados "desvalidos". Também se verificou a escassa problematização da realidade através de disciplinas afins e uma desarticulação com outros coletivos e iniciativas afins na cidade, resultando em maior risco dos tribeiros se sentirem licenciados socialmente a buscar soluções biográficas para contradições sistêmicas.

iv. *O processo grupal nas Tribos nem sempre favorece a horizontalidade nas relações e a construção coletiva.*

Há situações em que a própria dinâmica dos grupos se afasta do marco metodológico do Programa no que diz respeito a maior horizontalidade nas relações. Em contraste com a metodologia participativa, emerge em alguns grupos uma hierarquização de funções, com "cargos" diferenciados (tais como o "presidente" do grupo) e uma tendência à centralização das atividades na figura do orientador. Agrega-se a isso, o fato de que ¼ dos tribeiros pesquisados refere não ter participado do planejamento das ações de sua Tribo.

v. *As Trilhas foram investidas de novos sentidos nos projetos locais.*

Há um alargamento do sentido de Trilha proposto pela metodologia do Programa. Observa-se que algumas Tribos desenvolvem ações em mais de uma Trilha e existem casos em que os planos de trabalho nos últimos anos deixaram de lado os temas relacionados à Trilha original. Mesmo as Trilhas centradas em um mesmo tema apresentam uma multiplicidade de enfoques, como no caso da problematização da violência em que um conjunto de projetos pautam distintas nuances desse tema, tais como a violência no trânsito, nas questões de gênero, na escola e fora dela, o bullying etc. Por outro lado, chama a atenção a concentração de ações das Tribos em torno da Trilha do Meio Ambiente (principalmente nas escolas de educação infantil, em mais de 70% dos casos), enquanto a Cultura passa a ser mais um modo de operar as ações, em qualquer Trilha, do que uma Trilha temática.

vi. *As principais dificuldades encontradas na execução dos planos de ações das Tribos dizem mais respeito ao seu processo de trabalho.*

O levantamento em campo apontou que boas práticas de Tribos estão relacionadas a escolas bem sucedidas em seu projeto politico-pedagógico, apesar de sua precariedade. Coerentemente, as principais mudanças que os tribeiros apontam para o seguimento dos projetos em sua escola envolvem a tríade "mais colaboração, mais organização e mais recursos". Ressalve-se, contudo, que há diferenças entre as maiores dificuldades atribuídas pelos tribeiros de escolas privadas para a não conclusão das ações de suas Tribos (a falta de organização em 31% dos casos) e entre os alunos da rede pública de ensino (a escassez de recursos para 30% dos participantes).

3.2 Sobre os impactos do Programa:

De um modo geral, algumas dificuldades se apresentam na avaliação de impactos de programas sociais. No caso do Programa Tribos destacam-se a difícil mensuração de seu produto imaterial (desenvolvimento de habilidades, cuja percepção de resultados envolve médio e longo prazos), bem como a inexistência de instrumentos de mensuração "antes e depois". Por isso, a presente pesquisa teve um cunho exploratório, a fim de sinalizar indicativos para a construção de instrumentos de avaliação do Programa que possam ser utilizados de forma contínua e processual.

Considerando o conjunto dos resultados obtidos através dos instrumentos de pesquisa, foi possível delinear algumas impressões gerais sobre o impacto dessa tecnologia social:

i. *Os dados pesquisados apontam a forte permanência dos tribeiros nos projetos*.

Em média as crianças tribeiras participam há 14,1 meses e os adolescentes há 12,5 meses, destacando-se que ¼ do total de alunos pesquisados está no projeto há mais de dois anos. Esse número variou de 1 a 72 meses no total de instituições pesquisadas. Os tribeiros com mais tempo de envolvimento com o voluntariado (dois anos ou mais), em geral são meninas, com 13 ou mais anos de idade, estão entre o 7º e 8º anos do ensino fundamental, e são provenientes das regiões metropolitanas do estado. Verificou-se ainda que os tribeiros com maior tempo de permanência nos projetos pontuam melhor sua participação e a importância de seu papel na comunidade, além de indicarem desejo de continuidade no trabalho voluntário.

ii. *Foram identificadas pontuações altas para a percepção positiva dos tribeiros sobre resultados do Programa em sua vida*

Os tribeiros percebem que aprenderam coisas importantes (4,4) e novas (4,4); fizeram novas amizades (4,3) e tiveram maior participação na escola (4,2); bem como se sentiram mais responsáveis com as atividades escolares (4,3). Escores um pouco menores foram verificados sobre aumento da vontade de ficar na escola (4,0) ou da satisfação com as aulas (3,7), bem como sobre o aumento de conhecimento acerca de sua comunidade (4,0).

iii. *Existem diferenças significativas entre tribeiros e não-tribeiros nas escolas, apontando possíveis vantagens ao desenvolvimento e proteção dos alunos voluntários.*

Quando comparados às crianças e aos adolescentes não-tribeiros, os tribeiros apresentam uma menor frequência de comportamentos agressivos, uma maior satisfação com suas características e sua habilidade em realizar metas e valores, um maior envolvimento e satisfação com a escola e percebem suas amizades como mais acolhedoras e confiáveis.

iv. *Comparativamente com as escolas privadas, nas escolas públicas os tribeiros perceberam menos que o projeto oportunizou o conhecimento de pessoas importantes da comunidade ou diferentes.*

Segundo os tribeiros, o projeto que eles desenvolveram teve poucos impactos na comunidade em razão das ações ficarem restritas ao ambiente escolar. Isso pode sugerir uma tendência à entropia da Tribo, reforçando nos habitantes das periferias os sentimentos de exclusão, isolamento social e invisibilidade a que estão sujeitos na pólis. Dessa forma, o projeto perde oportunidades de se afirmar como "janela para o mundo".

v. *As famílias dos tribeiros destacam mudanças positivas na atitude dos filhos/alunos.*

Referem maior responsabilidade com atividades escolares, melhor uso do tempo, mais desinibição e maior conhecimento "de outras realidades". Em famílias com filhos em escolas privadas, foi valorizada ainda a qualificação do voluntariado para o currículo profissional, enquanto que no universo das escolas públicas foram destacadas as trocas inter-geracionais.

vi. *O ponto percebido como mais positivo pelos tribeiros se relaciona ao trabalho em equipe e cooperação*.

O trabalho colaborativo foi o ponto positivo mais pontuado pelos tribeiros, antecedendo os itens relativos à aprendizagem de novas informações e habilidades e a sua possibilidade de intervir na comunidade. Tal resultado se reproduz quando os tribeiros referem que a convivência em grupo foi o que mais aprenderam com o voluntariado. Ou seja, as oportunidades de socialização parecem ser os agenciamentos mais efetivos para o voluntariado infanto-juvenil. De certo modo, esses resultados contrastam com o trabalho voluntário adulto, onde são ressaltadas as possibilidades de sentir-se útil, estar mais próximo dos problemas sociais e ter a gratificação das pessoas atendidas.

vii. *A escola é o principal elo entre os tribeiros e seus projetos voluntários*.

O apoio da escola e dos professores foi o mais pontuado (4,4) pelos integrantes das Tribos (seguido do apoio das famílias e dos amigos, respectivamente 4,3 e 4,0). Cerca de 90% dos alunos envolvidos no Programa souberam dessa iniciativa através da escola e apenas 1% por meio de divulgação. Esses resultados reforçam o papel da escola no desempenho do Programa.

viii. *A escola não incorporou o tema do voluntariado em seu projeto político-pedagógico, com raras exceções.*

Apesar do mérito do Programa em situar o voluntariado na educação formal, ele ainda se encontra, na maioria das vezes, à margem do sistema educativo. Sua relação intrínseca com as diretrizes curriculares

sobre transversalidades na LDB e um tempo longo de implementação do voluntariado em algumas escolas não têm concorrido para sua oficialização na grade curricular, exigindo acordos pontuais para sua execução.

Em síntese, respondendo às questões formuladas no TR acerca dos impactos do Programa, a pesquisa sinaliza que:

- a experiência de voluntariado nas Tribos aumenta os conhecimentos do aluno sobre sua comunidade, muito embora sua participação seja mais pontual e circunscrita ao âmbito territorial;
- os tribeiros com maior tempo de permanência no Programa tem maior percepção de que seu papel na comunidade é importante;
- há maior envolvimento do aluno e satisfação com a escola, favorecendo novas amizades, mais desinibição, maior auto-confiança, mais responsabilidade com atividades escolares, melhor uso do tempo e desenvolvimento de habilidades em realizar metas;
- por limitações metodológicas, não foi possível mensurar se o Programa contribui para a permanência do aluno na escola, gerando impacto na evasão escolar;
- o Programa implementado na escola não foi plenamente incorporado no seu Projeto Político-Pedagógico, muito embora reconhecido pelo corpo docente e diretivo como plenamente afinado com as diretrizes curriculares da LDB;
- o Programa gera impacto nas relações da comunidade escolar, com engajamento de mais professores, especialmente quando os projetos têm o apoio da direção e são implementados de forma continuada;
- os professores participantes do Programa melhoram suas práticas educacionais de participação, mas ainda tendem a centralizar a tomada de decisão;
- por limitações metodológicas, não foi possível mensurar se o Programa gera efeitos positivos para a redução dos níveis de violência juvenil onde é implementado, muito embora tenha se verificado que os tribeiros apresentam diferenças significativas quanto a menor frequência de comportamentos agressivos em comparação com os não-tribeiros, ao mesmo tempo que percebem suas amizades como mais acolhedoras e confiáveis.

3.3 Sobre a gestão do Programa:

O crescimento do Programa, ao longo dos anos, exigiu mudanças em sua gestão, especialmente quanto à descentralização. Além da organização de fóruns regionais ao invés de um evento anual de abrangência estadual, a ONG propôs a integração de áreas da organização em torno do Programa.

De um lado, as suas Unidades nos municípios têm sido sensibilizadas para a mobilização local e apoio logístico aos projetos, com destacado desempenho nessas funções em algumas cidades, mas em outros locais com baixo envolvimento e até desinformação acerca do Programa e concepções distintas sobre o voluntariado e as Tribos. Como não realizam acompanhamento sistemático dos projetos, geralmente as Unidades desconhecem a avaliação de seus resultados, muito embora em alguns casos a aproximação estabelecida atrai ex-tribeiros como voluntários da Unidade, após saída da Tribo.

As Unidades referem boa relação com a ONG e sensibilidade para o Programa, mas se ressentem de falta de material de suporte. Buscam parcerias, principalmente no setor empresarial. Todavia, como o seu foco não é o desenvolvimento de competências pedagógicas, os projetos locais se ressentem da falta de retaguarda técnica e processual, especialmente porque a amplitude do Programa e a redução da equipe central não permitem, hoje, cobrir tais necessidades.

Outra medida para a descentralização do Programa foi a sua articulação a outras iniciativas da PV, como no caso da equipe que acompanha a rede de Unidades e das áreas de Tecnologia da Informação (para melhoria dos registros administrativos) e de Comunicação (para remodelagem visual do Programa na internet).

Quanto ao planejamento do Programa pela PV, observa-se que é de curto prazo (anual), com definição de metas nem sempre apoiadas na capacidade operacional, gerando esforços adicionais e algum desgaste para o enfrentamento de algumas situações.

Por outro lado, o Programa carece de mecanismos de monitoramento, tanto quantitativo quanto qualitativo. A base de dados sobre o Programa não está suficientemente estruturada, gerando equívocos na produção de informações básicas, tais como número de escolas e de tribeiros. Em certa medida, os relatórios gerenciais contabilizam ações. Ainda se observa uma subutilização dos Diários como instrumento de avaliação, que deixaram de ser exigência para as Tribos. Atualmente, nos projetos locais, o registro é basicamente visual, sendo iniciativa predominante do orientador e não dos tribeiros. Destaca-se, contudo, a importante iniciativa da ONG em editar uma publicação recente com o registro histórico do percurso de uma década do Programa.

Do ponto de vista financeiro, evidencia-se uma otimização de recursos do Programa, com baixos custos operacionais, favorecidos pela captação local de recursos, com projeções de sua sustentabilidade em médio prazo. Ressalve-se, entretanto, que tais perspectivas dependem muito da mobilização das Unidades e da visibilidade dos projetos. Muito embora a origem do Programa esteja relacionada à rede privada de ensino, atualmente há ao predomínio de escolas vinculadas aos governos estadual e municipais. A decorrente necessidade de articulação com o poder público poderá se constituir em desafio para a PV, dada sua natureza jurídica enquanto organização social.

Por último, destaca-se que, a par de suas dificuldades operacionais, é inequívoca a implicação das equipes da ONG envolvidas nesse Programa para a melhoria dos seus processos de trabalho, introduzindo várias mudanças na edição de 2014. A capacitação dos professores orientadores e dos tribeiros líderes foi projetada para enfatizar mais a necessidade do Plano de Ação, suas formas de acompanhamento e registro. Além disso, a ONG constituiu o “Conselho Comunitário Tribos” por meio da mobilização de adolescentes e jovens das regiões Metropolitana e Vale dos Sinos com o objetivo de ampliar a sua participação no Programas, assim como dar maior visibilidade para a ação dos tribeiros, em especial através das mídias sociais.

4. Recomendações:

4.1 Revitalização da metodologia:

Sugere-se que a metodologia seja revisada, de forma participativa, com envolvimento de professores orientadores e tribeiros a partir de alguns sinalizadores da pesquisa:

i. *Adequação às novas realidades*.

A emergência de novos cenários e demandas reforçam a necessidade de: (a) atualização de conceitos; (b) maior uso das manifestações culturais como matérias de expressão dos tribeiros, inovando formas tradicionais de ação coletiva; (c) adequação das linguagens à diversidade etária (crianças e adolescentes) na composição das Tribos no Ensino Fundamental; (d) formato específico para escolas de Educação Infantil; (e) remodelagem para Tribos nas instituições não-escolares; (f) inclusão de ações de mobilização e acompanhamento das famílias de tribeiros, entre outros aspectos.

ii. *Acentuação para o desenvolvimento de competências*.

Considerando o voluntariado infanto-juvenil prioritariamente como uma ação educativa, cabe centrar a metodologia do Programa no fortalecimento das competências de crianças e adolescentes e de acordo com sua faixa etária, em especial para o desenvolvimento de valores.

iii. *Acentuação para os processos de participação.*

É pertinente lembrar que alguns estudos apontam que os desenhos de programas direcionados às novas gerações nem sempre surtem os resultados esperados, na medida em que frustram a sua expectativa em sentir-se sujeitos da experiência ou quando não contam com a colaboração institucional para que disponham do capital cultural necessário para as práticas decorrentes dos projetos. Os resultados da pesquisa apontam na mesma direção, e evidenciam que quanto maior a garantia de participação na Tribo, melhor será o processo, com melhores resultados para as pessoas e para a comunidade. Portanto, é preciso que a participação no exercício do voluntariado seja significativa para os tribeiros, ou seja, faça sentido para as crianças e adolescentes, mostrando qual a relação com os seus interesses e condições de vida. Por isso, é totalmente questionável o envolvimento utilitarista de crianças e adolescentes como "figurantes" de processos promovidos por adultos, nos quais as crianças e adolescentes se veem envolvidos em ações sem sentido para eles.

iv. *Constituição de novas formas de acompanhamento pedagógico*.

Sugere-se o planejamento de estratégias diferenciadas de acompanhamento para as novas Tribos e para as instituições "veteranas", superando a ideia de que "a metodologia caminha sozinha". Propõe-se ainda a formação continuada dos professores, a fim de superar a elaboração experiencial do conhecimento, isto é, das práticas construídas basicamente por ensaio e erro. Esse processo poderia ser realizado a partir de modalidades EAD, incluindo investimentos na produção e socialização de textos-base e materiais de suporte.

v. *Maior uso das redes sociais para comunicação na lógica todos<->todos.*

Considerando a atração que as novas tecnologias de comunicação exercem sobre as novas gerações e a sua familiaridade com as redes sociais, é importante fazer uso dessas ferramentas, tais como blog, facebook, twitter, whatsapp etc., com finalidades de mobilização, registro e compartilhamento. Salientam-se as suas vantagens enquanto modelo acentrado de comunicação, de longo alcance, com imediata ressonância, efeito disseminador e baixo custo.

vi. *Maiores investimentos na identidade visual do Programa*.

Trata-se menos de uma estratégia de marketing institucional, voltada para o público externo e mais para os próprios tribeiros, na medida em que busca incidir para um maior sentido de pertencimento ao Programa. No caso das camisetas, por exemplo, observou-se que se constituem em objetos de desejo para os tribeiros, servindo para minimizar as situações de desigualdades percebidas entre eles, devido a diferenças de classes sociais, gênero, raça, faixas etárias ou interior e capital do estado.

vii. *Revisão do formato e abrangência dos Fóruns Tribais*.

Recomenda-se que os Fóruns sejam planejados com maior cuidado metodológico, favorecendo a comunicação entre pares e o intercâmbio interprofissional (no caso dos orientadores). Atualmente, os Fóruns se caracterizam mais como evento cultural, com apresentações "em palco", gerando uma certa hierarquização entre os grupos pelo uso diferenciado de aparatos mediáticos ou recursos artísticos.

4.2 Revisão dos procedimentos de gestão:

Operando com o modelo associativista e de responsabilidade social e individual, a ONG trouxe ao Programa as vantagens do desenvolvimento de tecnologias sociais, a experiência de mobilização de recursos e a atuação em rede. Todavia, o Programa demandou à entidade uma série de exigências,

como a construção de novas ferramentas de gestão ágeis e organizadas, uma vez que os projetos locais operam de forma descentralizada em diversificados contextos geopolíticos, em diferentes instituições e grupos etários.

Considerando o Programa como uma inovação social, cuja implementação implica em um processo que precisa ser gerido, sustentado e retroalimentado, sugere-se a revisão dos processos de trabalho na gestão do Programa, focalizando:

i. *Estabelecimento de novos critérios para inscrições ao Programa*.

Para garantir maior institucionalidade e sustentabilidade aos projetos locais, recomenda-se estabelecer critérios para inscrições ao Programa, ao invés de um processo aberto. Alguns cenários poderiam ser pré-condições: existência de Unidade da PV no município, focalização na rede escolar e, no caso de escolas públicas, a adesão da secretaria municipal de educação.

ii. *Redimensionamento da escala anual do Programa e estabelecimento de parcerias estratégicas*.

Faz-se necessário um plano de implementação do Programa em médio prazo, com mapa de necessidades definido, prevendo os recursos necessários, a fim de servir como orientador para o estabelecimento de parcerias estratégicas.

iii. *Maior envolvimento das Unidades*,

Para melhor compreensão do Programa, é pertinente prever a capacitação das equipes das Unidades, com sua mobilização para a inscrição das instituições, estabelecimento de parcerias e captação de recursos, inclusive para incidência à destinação de recursos aos projetos pelos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente

iv. *Maior articulação da ONG com setores e projetos relacionados ao segmento infanto-juvenil.*

Considerando a relação direta do Programa com a promoção dos direitos de crianças e adolescentes, sugere-se a aproximação de instâncias da rede de promoção dos direitos de crianças e adolescentes, promovendo a inscrição do Programa em Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, a participação da PV no Fórum de Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), a participação institucional e das Tribos no processo das Conferências- Crianças e Adolescentes, Juventude, Educação, entre outras iniciativas.

i. Diversificação no processo de captação de recursos.

Verifica-se que os patrocinadores do programa são eminentemente empresas. Uma possibilidade para ampliar a fonte de financiamento é buscar recursos públicos. Nesse sentido, importante observar que o programa está em conformidade com o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescente, bem como com o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 – PNH 3. Dessa forma, o Programa tem grandes chances de encontrar financiamento junto ao Poder Executivo nas pastas que tratam dos Direitos de Crianças e Adolescentes, bem como nos Fundos para Infância e Adolescência. Além disso, considerando que o programa quase na sua totalidade ocorre dentro das Escolas, é importante que a ONG tenha conhecimento das ações do Ministério da Educação - MEC, além das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, nas áreas de atuação do programa como direitos humanos e sustentabilidade socioambiental. Nessa esteira, sugerimos que a instituição conheça os programas e ações da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI do MEC, bem como áreas correlatas de atuação das Secretarias de Educação locais.

ii. *Revisão dos sistemas de registro*.

A criação e informatização de bases de dados padronizados, confiáveis e acessíveis devem se constituir em prioridade para o Programa, principalmente no que se refere às inscrições, aos processos de e ao acompanhamento e avaliação.

iii. *Adoção de uso de indicadores para a avaliação dos impactos do Programa e de sua gestão.*

No primeiro caso, sugere-se o desenvolvimento de uma escala de avaliação específica e sua aplicação juntos aos tribeiros na modalidade "antes e depois". E, para avaliação dos procedimentos de gestão, recomenda-se a estruturação de um sistema de indicadores que, além de específicos, sensíveis e periódicos, permitam monitorar a implementação processual do programa na lógica insumo-processo-resultado-impacto.

Como sugestão, o quadro abaixo sinaliza uma temporalidade para incorporação das recomendações, segundo o seu grau de emergência (imediata, curto e médio prazo):

Ações	Imediata	Curto Prazo	Médio Prazo
Revitalização da Metodologia			
Adequação às novas realidades		X	
Focalização no desenvolvimento de competências		X	
Acentuação para os processos de participação	X		
Constituição de novas formas de acompanhamento pedagógico	X		
Maior uso das redes sociais			X
Maiores investimentos na identidade visual do Programa			X
Revisão do formato e abrangência dos Fóruns Tribais		X	
Revisão dos procedimentos de gestão			
Estabelecimento de novos critérios para inscrições	X		
Redimensionamento da escala anual do Programa e estabelecimento de parcerias estratégicas		X	
Maior envolvimento das Unidades		X	
Maior articulação da ONG com setores e projetos relacionados ao segmento infanto-juvenil			X
Diversificação no processo de captação de recursos			X
Revisão dos sistemas de registro	X		
Adoção do uso de indicadores de avaliação dos impactos do Programa e de sua gestão		X	

Em síntese, a partir dos resultados das pesquisas quanti e qualitativa, pode-se afirmar que o Programa Tribos pode ser compreendido como campo de experimentação cívica para as novas gerações vivenciarem a participação como direito e responsabilidade. A experiência de voluntariado infanto-juvenil parece promover três ganhos básicos: (a) fomenta a ruptura com a cultura adultocêntrica, em que crianças e adolescentes são objetos da tutela dos adultos e beneficiários de suas ações; (b) garante maior visibilidade pública positiva aos seus direitos; (c) favorece o desenvolvimento pessoal e a proteção de crianças e adolescentes, pois melhora o nível de autoestima, cria autonomia, promove o domínio de habilidades sociais e capacidades de expressão de sentimentos e ideias.

Nesse sentido, a inserção do Programa prioritariamente na rede escolar parece ser uma estratégia bem sucedida. Muito embora um dos pontos altos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em especial nos artigos 2º e 3º, seja o reconhecimento da importância dos valores na educação escolar, observa-se que a escola tem se distanciado do seu fim último, que é a formação da cidadania. Poucos estabelecimentos de ensino conseguiram dar um tratamento novo e transversal ao currículo escolar, e, quando o fazem, configura-se no que pode ser denominado de "currículo oculto da escola".

Por outro lado, na perspectiva de implementação da meta do PNE quanto à escola em tempo integral, reitera-se a janela de oportunidades para o Programa se constituir em uma das alternativas de projeto pedagógico para essa finalidade. Uma das principais preocupações dos educadores é que, ao ampliar a carga horária, os sistemas de ensino se limitem a oferecer, no tempo extra, oficinas, atividades artísticas ou modalidades esportivas que estejam descoladas do currículo normal ou que confluam para um modelo assistencialista, no qual o aluno fica na escola apenas para "não estar na rua" ou, então, para "ocupar o seu tempo".

Nesse sentido, o Programa poderia investir mais na aproximação com a rede pública. De um lado, esse estudo demonstra que o Programa Jovens Voluntários se constitui em duplo atrativo: para as novas gerações (enquanto espaço continente de suas demandas de pertença e pluralismo de ideias) e para as escolas (pelas possibilidades de dar corpo à inserção e integralização dos conteúdos da educação em valores nos currículos escolares). Agrega-se a isso o fato de que o Programa foi concebido e tem sua implementação através de uma organização vinculada ao terceiro setor, desidentificada na opinião pública com a assistência ou partidarismos, o que poderia facilitar o estabelecimentos de acordos com o setor público.

Decorrida mais de uma década de sua criação, o desafio atual consiste em promover o seu rejuvenescimento. Parafraseando a campanha institucional lançada pela ONG em 2004, resta uma convicção: "Dá pra mudar. É só começar".

PROJETO AVALIAÇÃO TRIBOS – 10 ANOS

Contrato: ATN/OC-13677-BR

Produto 3

Revisão dos referenciais teóricos da metodologia

Setembro, 2014

1. Apresentação:

O presente documento explicita, em primeiro plano, os marcos teóricos acerca dos conceitos de infância, adolescência e juventude, bem como dos sentidos da educação, da participação e do voluntariado para as novas gerações, que serviram de referência para a construção dos instrumentos de pesquisa e, posteriormente, para a sistematização e avaliação dos dados. Na segunda parte, são apresentados os procedimentos metodológicos e sua base conceitual.

2. Revisão de conceitos

2.1 Infância e adolescência

Diferentes teorias desenvolvimentistas (BEE& BOYD, 2011; WINNICOTT, 2011; PIAGET & INHELDER, 1976) afirmam a importância de distinguir ciclos de vida quando se trabalha com diferentes grupos etários, dadas as suas diferenças quanto ao desenvolvimento global, percepções e interesses.

Autores como Ariès (2012) demonstram que o conceito de criança deve ser compreendido desde uma perspectiva histórica. Na Idade Média Ocidental, por exemplo, não havia uma ideia de infância como um estágio específico do desenvolvimento humano ou um período distinto da idade adulta. A constituição de um novo lugar e conceito de infância veio a se desenvolver somente a partir do século XVIII, junto com o sentimento de família, quando o Estado, movido por ideais burgueses e iluministas, deu início a novas estratégias sociais em torno de uma sociedade mais disciplinada. Com essas mudanças de mentalidade, o espaço interno das casas tornou-se programado para facilitar as brincadeiras de crianças, almejando-se com isso um desenvolvimento físico sadio e sem muitos contatos externos. As escolas, agora mais frequentadas, passaram a reproduzir os ideais de higiene e obediência, surgindo também o conhecimento técnico sobre a infância na educação e na medicina e, mais tarde, no direito e na psicanálise.

Na história da infância e adolescência no Brasil (PRIORI, 2007), é possível perceber que os tratamentos dirigidos a crianças e adolescentes pobres eram semelhantes aos da Europa, determinando o surgimento das primeiras formas de proteção através da Igreja e do Estado, tais como a “Roda dos Expostos”. Já no início do século XX, o grande contingente de ex-escravos sem trabalho fez formar a primeira grande massa de brasileiros excluídos e seus descendentes, surgindo crianças e adolescentes pelas ruas, que praticavam crimes e ameaçavam a ordem da sociedade (FRONTANA, 1999, apud OZELLA, 2003). Diante disso, os juristas concretizaram a promulgação do Código de Menores, em 1927, com o intuito de retirar as crianças das ruas e colocá-las em instituições disciplinadoras.

Com a ascensão dos militares no Brasil em 1964, afirmou-se o princípio da destituição do poder pátrio e deu-se ao juiz de menores a prerrogativa de decretar a sentença de abandono, transferindo a responsabilidade pelos cuidados das crianças ao Estado. Já em 1979, o Código de Menores foi alterado, adotando a Doutrina da Situação Irregular, segundo o qual a família era responsabilizada, cabendo ao Estado a tutela de seus filhos.

Desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, os menores de dezoito anos de idade são afirmados como sujeitos de direitos, a quem deva ser garantida a

proteção integral e respeitada sua condição peculiar de desenvolvimento. Ainda que a nova legislação traduza o conceito de criança cronologicamente por todas as pessoas com idade até 12 incompletos e adolescentes entre 12 e 18 anos de idade, uma parte considerável da população brasileira excluída do acesso aos bens materiais e simbólicos vive uma infância e adolescência de curta duração, pois logo devem ingressar no mercado de trabalho ou possuir desde cedo responsabilidades dentro da família. Nos relatos de crianças e adolescentes pobres, é possível perceber que o marco de entrada no mundo adulto não é exatamente a idade, mas as experiências de vida, tais como o advento da maternidade ou paternidade, do trabalho infantil ou mesmo o convívio com as drogas ilícitas, a criminalidade etc.

Persistem também alguns impasses relevantes sobre o entendimento dos legisladores acerca da construção da autonomia, como se pode verificar nas diferenças quanto aos marcos etários para a permissão do voto para maiores de 16 anos, a inclusão no mundo do trabalho a partir dos 14 anos (entre 14 e 16 anos é considerado aprendiz) e a inimputabilidade penal a partir dos 18 anos. Algumas escolas teóricas de distintos campos de conhecimento - como a psicologia, antropologia e sociologia, corroboram para essa situação nebulosa, pois pautam, com prioridade, as referências cronológicas e/ou biológicas em detrimento de outros condicionantes do comportamento humano (BEE & BOID, 2011).

Ainda que no plano de políticas públicas se faça necessário ter delimitações, inclusive etárias, do público alvo, não há consenso nas ciências humanas e sociais sobre a validade da idade como demarcador de etapas de vida e desenvolvimento humano. Autores mais comprometidos com a historicidade e a construção social do sujeito, por exemplo, acreditam que se deva superar as visões universalistas e neutralizantes e entender a infância e adolescência como um processo dependente de condições sócio-histórico-culturais específicas (OZELLA, 2003; PINHEIRO, 2006; PILLOTI & RIZZINI, 1995).

Além disso, as normas já positivadas, como o ECA e a Convenção sobre os Direitos da Criança, mostram-se ainda vagas em termos de contribuição para o tema da autonomia das novas gerações, como se pode constatar no preâmbulo da Convenção, que é mais evidentemente protecionista, ao declarar que "a criança, em virtude de sua *falta de maturidade física e mental*, necessita proteção e cuidados especiais, inclusive a devida proteção legal, tanto antes quanto após seu nascimento" (o grifo é nosso). Tais marcos jurídicos enfatizam mais a proteção e até mesmo tutela da família, comunidade e Estado, do que aspectos auto protetivos ou de socialização para a autonomia.

Essa visão ainda tutelar da infância e adolescência, contrasta, sobremaneira, com as transformações as quais as novas gerações vivenciaram ao longo dos últimos anos, construindo novos entendimentos e desenvolvendo novas habilidades. A familiaridade com as novas tecnologias, por exemplo, têm tornado as crianças e adolescentes, em certo ponto, igualados ou mesmo “superiores” aos adultos. Além disso, outros fatores têm sido relacionados, tais como a maior dependência financeira da família e, consequentemente, o prolongamento da vivência de jovens com a família; a diminuição da autoridade de pais e professores; a minimização das diferenças entre as gerações diante da sociedade de consumo; a erotização precoce que leva a um encurtamento da infância; a exaltação da adolescência como ideal social (SALLES, 2005; CALLIGARIS, 2000). Nesse contexto, adolescência é muitas vezes tida como uma etapa da vida de risco psicológico e comportamental acrescido, muitas

vezes motivado pela emergência de novos e competitivos interesses como o desejo sexual ou de aceitação social, nomeadamente através da integração no grupo de pares.

2.2 Juventude(s)

No Brasil, há um considerável acervo de estudos, pesquisas e proposições sobre juventude que tem legitimado o termo "juventudes" para ressaltar a diversidade de tal corte etário, o que implica em considerar que as políticas e programas para juventude deveriam ser sensíveis a essa pluralidade e cuidar para não generalizar ou usar referências descontextualizadas sobre essa população (ABRAMOVAY & CASTRO, 2010; CASTRO & ABRAMOVAY, 2009; NOVAES & VANNUCHI, 2004; PAPA &FREITAS 2011).

No senso comum, a juventude é referida a um ciclo ou a um quase não ciclo de vida, definido mais por uma passagem entre a infância e a condição de adulto, durante a qual se produziriam singulares mudanças biológicas e psicológicas, derivando em formas de ser e estar na sociedade e de reagir ou se inserir nas culturas modeladas pelos adultos, em especial os mais significativos, como pais e professores.

Convencionalmente, cortes de idade são usados para identificar empiricamente quem são os jovens. No caso do Brasil, desde 2005, com a criação da Secretaria Nacional de Políticas de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, esse intervalo foi ampliado para abranger a população de 15 a 29 anos, o que foi ratificado no Estatuto da Juventude promulgado em 2013. Tal abrangência considera o aumento do tempo dedicado atualmente à formação escolar e profissional das gerações jovens, sua permanência com as famílias de origem, assim como as dificuldades para se conseguir o primeiro emprego.

Se os programas e as políticas, ainda que com variações, recorrem basicamente a uma definição de juventude pela identificação estatístico-demográfica, no campo das ciências sociais há um amplo e antigo debate sobre o conceito de juventude, que decola pela crítica ao uso da idade como um indicador básico (CASTRO, ABROMOVAY & LEON, 2007). Já para outros autores, a associação entre juventude e um ciclo etário comprometeria seu estatuto conceitual, a sua desqualificação como categoria sociológica de análise ou com propriedades para uma sociologia específica.

A partir dos enfoques biológico e desenvolvimentista, a juventude estaria definida como o período que vai desde o momento em que se atinge a maturidade fisiológica até a maturidade social. Mas nem todas as pessoas de uma mesma idade percorrem esse período vital da mesma forma, nem atingem tal meta ao mesmo tempo, daí que a partir da sociologia e da ciência política se insiste na necessidade de incorporar outras dimensões de análise.

A complexidade do que se entende por juventude envolve distintos aspectos do ponto de vista epistemológico (BRANCO, ABRAMO et al, 2005). Primeiramente, há que se considerar os cenários históricos. É discutível ater-se a uma definição a-histórica, principalmente pela crescente abrangência do que seria o âmbito juvenil. Na medida em que as sociedades passam do rural ao urbano, do agrário ao industrial e do industrial à atual sociedade do conhecimento, esse âmbito vai se alargando e assume dimensões que são inéditas na história da humanidade. Um segundo aspecto são as disputas interdisciplinares por desenvolver sua própria especialidade no campo da juventude. Um terceiro fator é a perda da nítida definição de

características que identificam o que é ser um adulto, inclusive em termos de hábitos, uma vez que, socialmente, há uma tendência à 'juvenilização' dos adultos.

Há também que considerar que os jovens de hoje experimentam um processo de 'adultização' acelerado, estando expostos a vulnerabilidades sociais e múltiplos desafios. São os jovens – talvez mais do que qualquer outro grupo populacional – que enfrentam as maiores incertezas e os riscos advindos do processo de globalização. Ainda que em algumas partes do mundo, os níveis de escolarização tenham aumentado, questiona-se a qualidade do ensino, as dificuldades de permanência nas escolas e os obstáculos para sua incorporação no mercado de trabalho. Além disso, as profundas transformações econômicas e de valores afetam a transição dos jovens para a vida adulta, na medida em que vivemos em uma sociedade de consumo ostentatório que preza o exibicionismo e as aparências, suscitando no conjunto das juventudes, aspirações, mas também frustrações, em especial no contexto de fortes desigualdades sociais, como no caso do Brasil (ABRAMOVAY & CASTRO, 2010).

2.3 Educação

Na sociedade ocidental, a escola é considerada um local privilegiado para aprendizagem e socialização. Segundo Morin (2001), é um projeto necessário para a vida, que funciona como um "passaporte de entrada" e de integração na sociedade, mas também de acesso a uma vida melhor. Para Delors (2001), através da educação ampliam-se as possibilidades de um desenvolvimento humano mais harmonioso, com maior capacidade crítica e autonomia, capaz de fazer recuar determinados níveis de pobreza e de combater certas exclusões.

Assim sendo, conhecer, aprender e refletir são direitos dos alunos implícitos em qualquer projeto educacional. Através do conhecimento é possível visualizar novas saídas e possibilidades, bem como desenvolver protagonismos e potencialidades. Para isso, segundo Braslavsky (2004), uma educação de qualidade deveria ser pertinente, eficaz e eficiente. Infelizmente no Brasil, a educação de qualidade como direito para todos ainda é um caminho a ser trilhado.

Charlot (1997) ressalta que a escola possui um papel central no processo de aprendizagem, mas que estar matriculado em uma escola não implica, obrigatoriamente, em uma atitude positiva com o conhecimento, pois a relação com o saber é uma relação de sentidos. Portanto, a relação do aluno com a escola e com aquilo que se aprende, varia conforme seus interesses, projetos de futuro, sua condição econômica ou mesmo seu capital social e cultural.

A escola não é, em muitos casos, um espaço democrático, igualitário ou sedutor. Embora se espere que ela funcione como um lugar de inclusão, de convivência das diversidades, a escola possui seus próprios mecanismos de exclusão e seleção social, escolhendo alguns indivíduos e colocando "para fora" outros. Esses 'outros', em geral, são os que não conseguem responder às expectativas quanto à aprendizagem, ao comportamento e ao relacionamento com os integrantes da comunidade escolar.

Na escola, a exclusão se dá principalmente através do desempenho escolar, da repetência e do abandono. Existe uma lógica perversa em que os alunos com maiores dificuldades, em vez de serem vistos nas suas singularidades, são conduzidos a trajetórias escolares que tendem ao fracasso, o qual se concretiza através do retraimento do aluno, da evasão escolar ou da

própria violência contra o sistema educacional. A experiência com o fracasso escolar mina a autoestima e pode trazer significativas consequências para a convivência escolar.

Carrano (2000) aborda o tema da evasão escolar no Brasil, discutindo os pontos de tensão existentes entre a escola e as novas gerações, enfatizando o papel do professor no processo de integração desses dois mundos. O autor reforça que o educador precisa tentar compreender as subjetividades, os desejos e as potencialidades dos alunos. Além das culturas juvenis, a escola tem que conviver com uma série de diferenças marcadas pela etnia, gênero, classe social, além de outras diversidades que demandam atenção e despertam estranhamentos. A manifestação da cultura juvenil no espaço escolar é outro ponto de tensão na relação entre alunos e docentes (ABRAMOVAY e CASTRO, 2006).

De modo especial, cabe indagar sobre o potencial da escola para acolher as novas demandas juvenis, uma vez que o despreparo docente para acompanhar as formas de comunicação dos jovens, seu interesse no lúdico, o avanço tecnológico. As dificuldades para os professores fomentarem o diálogo inter geracional tem gerado barreiras quase intransponíveis entre o meio escolar e as diversificados grupos juvenis. No caso dos adolescentes e jovens de periferia e do campo, podem-se acrescer dificuldades da escola em dar resposta ao desejo de reconhecimento social desses grupos mais distanciados do acesso a uma estética juvenil globalizada devido a desigualdades sociais extremas, mas também porque se sentem destituídos simbolicamente, pois são recorrentemente desvalorizados no mercado de valores da sociedade consumista (OLIVEIRA, 2003).

Muito embora um dos pontos altos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em especial nos artigos 2º e 3º seja o reconhecimento da importância dos valores na educação escolar, observa-se que a escola tem se distanciado do fim último da educação, que é a formação da cidadania. Poucos estabelecimentos de ensino conseguiram dar um tratamento novo e transversal ao currículo escolar. E, quando o fazem, configura-se no que pode ser denominado de “currículo oculto da escola”. Contudo, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos aponta a educação como meio privilegiado na promoção dos direitos humanos.

2.4 Participação

Canclini e Urteaga (2012) questionam a prevalente codificação das novas gerações como sujeitos passivos e desencantados, apenas preocupados com dinheiro e prestígio e reféns de apelos consumistas. Os autores articulam essa despolitização e perda de interesse e confiança nos atores públicos com a crise do Estado, corrupção, precariedade econômica e insegurança social.

Para Lipovetsky e Serroy (2011), tendo como referência as novas gerações na Europa, a onda de desencanto sobre política explicaria uma grande parte do mal-estar vivenciado pela juventude na atualidade. Soma-se a isso, o fato de que a crise mundial de mercado e as ameaças planetárias relacionadas à degradação ambiental suscitam, especialmente sobre as novas gerações, uma reavaliação de valores e hábitos de vida e, num sentido mais amplo, de um novo contrato social.

Em tal cenário de perda das ancoragens identitárias e de insegurança, muitos jovens podem se sentir mais atraídos a propostas que reinvistam em comunidades particulares imediatas, capazes de recriar um sentimento de inclusão coletiva, através de "tribos" transversais e diversificadas, mesmo que de forma pontual. Entretanto, de acordo com Bauman (2003), quando muitas causas se combinam, a universalidade da cidadania torna-se pouco realista, menos urgente e menos avidamente buscada. Também aumentariam as razões para os indivíduos projetarem o medo nos estranhos e condenarem a convivência urbana por ser perigosa: perigosa pela sua diversidade.

Nessa direção, a literatura internacional vem problematizando a chamada Geração Z, nascida nas duas últimas décadas, que ficou conhecida pela intimidade com o processo de globalização e com as novas tecnologias de informação e comunicação. Para alguns autores, isso concorreria para tornar os jovens mais distanciados da convivência na cidade e da vida política de seu país (BAUMAN, 2013). Por sua vez, o questionamento contemporâneo acerca da viabilidade de grandes projetos políticos alternativos contribuiria para o seu ceticismo e descrédito em relação aos responsáveis políticos e fomentaria o desinteresse pela coisa pública (LIPOVETSKY & SERROY, 2011).

Já para outros pesquisadores, as redes sociais acionadas por jovens vêm dando lugar a novos processos de subjetivação engendrados na cyber cultura (PRETTO e SOARES 2012), incidindo para uma renovação nas mobilizações sociais com amplas agendas relacionadas a direitos humanos, democracia e crítica a formas de fazer política representativa, como vimos irromper em vários países nos últimos anos, em movimentos distintos de ocupação dos espaços públicos (ZIZEK, 2012). Pesquisas recentes, por exemplo, com jovens na Espanha, México e Argentina (CANCLINI 2008, HOPENHAYN, 2008) analisam as preferências juvenis por inserções em redes mais experimentais, com seus companheiros de idade e por meios digitais, que lhes brinda maior realização do que as relações presenciais ou estruturas entendidas como abstratas.

Cabe destacar os impactos sobre a participação política provocados pela familiaridade e atração das novas tecnologias de informação e, em especial, a constituição de redes sociais virtuais. Na literatura sobre o impacto da internet, dois vetores se consolidam: primeiro, insiste-se na recuperação da esfera da discussão pública e, segundo, destaca-se a capacidade das novas tecnologias de comunicação em superar o déficit democrático dos tradicionais meios de comunicação de massa. Nessa linhagem, a internet apresenta as seguintes vantagens: superação dos limites de tempo e espaço; extensão e qualidade do estoque de informações; comodidade, conforto, conveniência e baixo custo; não ter controles nem filtros; estimular a interatividade, o que apresenta oportunidades para vozes excluídas (GOMES, 2004).

Nesse contexto, desde a década de 80, emergem novos parâmetros no que concerne à participação. Diversos movimentos jovens não se remetem mais a organizações partidárias, sindicatos e grêmios estudantis, bem como surgem novas temáticas como "bandeiras" desses coletivos. Da mesma forma, não mais se orientam necessariamente para mudanças sociais macro formatadas. Assim, ganham terreno, quer em organizações políticas tradicionais, quer em espaços de múltiplas identidades. Exemplos disso, no Brasil, é o aumento da participação de jovens em associações da sociedade civil voltadas ao controle social e no campo das

chamadas políticas públicas de juventudes, conforme identificado nas duas conferências nacionais na área, que acionaram cerca de dois milhões de jovens inclusive com discussões sobre juventude e voluntariado, devidamente documentadas (CONJUVE, 2006; e CASTRO, ABRAMOVAY & LEON, 2007).

Considerando a mudança do contexto social brasileiro, desde a década de 90, vem se dando uma síntese entre velhos e novos problemas e demandas, resultando em uma nova formulação das lutas pela inclusão social (NOVAES, 2005. p.01). A autora destaca os seguintes indutores de participação política juvenil nesse período: a questão socioambiental, que tem se tornado tema obrigatório nos espaços de sociabilização de jovens; o referencial 'direitos humanos' e, com ele, são mobilizadas diferentes lutas frente à banalização da violência, da morte e das pendências legais; e a produção de sentidos simbólicos e identidades coletivas, que se convencionou chamar de cidadania cultural.

Pode-se considerar que tal diversidade desafiaria a criatividade na juventude, justamente pelo fato de que ela se caracteriza pela busca por identidades em trânsito e, dessa forma, se colocam mais sensíveis à multiplicação de frentes críticas e de projetos que investem em solidariedade. Ou seja, como bem afirma Dayrell, Moreira e Stengel (2011), decolando de pesquisas sobre juventudes no Brasil, as novas gerações se constituem em um "mosaico de possibilidades", o que legitima a realização de pesquisas com jovens em distintos projetos e programas.

A nosso juízo, mais do que qualificar tais manifestações como "novas formas de participação juvenil" ou sublinhar a diversidade de lugares de ativismo, ou o crescimento de entidades da sociedade civil, o novo seria essa combinação de causas, que atingem a individualidade e se organizam no sofrimento de muitos, pedindo ações coletivas. De certa forma, o voluntariado incide nessa mescla, mobilizando as novas gerações em especial por suscitar o estar junto com seus pares, ou seja, por viver uma fase mais propícia à redefinição das bases de socialização geracional (BRANDÃO, 2006).

Nesse sentido, observa-se que a adolescência e juventude se tornaram um foco privilegiado dos movimentos sociais. Contudo, para alguns, a "adrenalina jovem" é canalizada de forma construtiva, mas ainda em uma visão idealizada, como futuro e esperança do amanhã. Para outros, ela é vista como perigosa para a sociedade, em particular quando se expressa de forma disruptora e acentrada (SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 17).

De qualquer forma, quando participam, os jovens desenvolvem habilidades importantes na defesa de direitos, bem como interagem com diversas linguagens e tipos de engajamento, utilizando ferramentas que lhes permitem acessar outras informações à luz de perspectivas transformadoras. Algumas investigações apontam que os jovens envolvidos em projetos sociais, entidades comunitárias e/ou políticas e voluntariado apresentam noções de mobilidade e interação relevantes para a comunicação, enriquecendo vínculos, representando mudanças de hábitos que podem ensejar novas concepções de vida (SANTOS, 2012).

A manifestação de muitos jovens por se envolver em participações de cunho coletivo, ou seja, que tenham impacto direto em suas comunidades, ou grupos identitários, é ilustrada em distintas pesquisas. Por exemplo, em pesquisa realizada pelo UNICEF em 2007, dentre as atividades que maior despertaram interesse de adolescentes e jovens, registrou-se: minorias raciais (63%), mulheres (63%), melhorias comunitárias (61%), atos pela paz (59%), defesa do

meio ambiente (58%), atividades voluntárias (54%), direitos de homossexuais (24%), e por último, comícios de partidos (17%). Segundo as respostas obtidas por essa pesquisa, 28% dos jovens afirmaram participar de algum tipo de grupo. Porém, há diferenciações de classe social, escolaridade e idade, que também são relevantes para o entendimento da participação política da juventude brasileira.

Em pesquisa feita por IBASE/PÓLIS, em 2005, constatou-se que, quanto maior o estrato econômico social e maior a escolaridade, maiores as chances de envolvimento em práticas associativas. Contudo, o aumento da idade coincidiria com a diminuição do potencial de agregação. Já nos grupos jovens ligados à política e movimentos sociais, quanto maior a idade, maior o grau de ativismo. No entanto, os tipos de atividades mais realizadas entre esses grupos não são necessariamente considerados como "políticas", tendo como destaque: atividades religiosas (43%), esportivas (33%) e artísticas (27%). As atividades menos citadas foram: as estudantis (12%), de comunicação (6%), as relacionadas com melhorias no bairro (6%), de meio ambiente (5%), as político-partidárias (4%) e o trabalho voluntário (1%). Exclusivamente sobre participação política, 19% declararam ter envolvimento em ações coletivas orientadas para as melhorias das condições de vida.

Mobilizações sociais envolvendo as novas gerações mais recentemente no Brasil reativaram discussões em torno dos sentidos de participação política. Segundo Giovanni Alves (2013), para se entender quais jovens predominariam entre os que protestavam no Brasil em junho de 2013, é necessário refletir sobre o precariado, de classe média ou média baixa, composto por jovens adultos de média e alta escolaridade, mas com defasada inserção produtiva e que questionam o tipo de sua inserção social. Para outros autores, a recente mobilização da juventude no Brasil, através de movimento como "Passe Livre" e "Vem pra rua", parece ter confirmado duas questões: de um lado, observou-se a influência declinante dos partidos e das formas tradicionais de militância junto às novas gerações, o que não significa o desengajamento dos jovens uma vez que as redes sociais e a as ruas foram usadas como estratégias rizomáticas, operando por conexões e forte potência de contágio; por outro lado, também evidenciou que os jovens vêm buscando formas de renovação da política, modelando outras coletividades e questionando profecias sobre sua alienação e individualismo (CASTRO e ABRAMOVAY, 2009).

Contudo, no que se refere especificamente às crianças e aos adolescentes, ainda são recentes, dispersas e descontínuas as iniciativas que consideram suas vozes e interesses na elaboração e implementação de projetos ou políticas públicas que digam respeito a seus direitos, prevalecendo a lógica adultocêntrica e tutelar, como vimos anteriormente. As crianças e os adolescentes são vistos, hoje, muito mais como "consumidores preferenciais" do que como cidadãos com prioridade absoluta.

No entanto, estudos demonstram que estimular o pensamento crítico das crianças, associando direitos e responsabilidades, pode encorajar o seu comprometimento e apoio aos valores democráticos, incluindo o respeito às leis (MELTON; LIMBER, 1993). Nesse sentido, Covell e Howe (2000) demonstram que crianças entre 11 e 12 anos de idade, cuja formação escolar tenha incluído a noção de direitos, apresentam maior tolerância em relação às diferenças étnicas, de gênero e deficiência, por exemplo, sugerindo que crianças que estão familiarizadas com os seus direitos, consequentemente tendem a respeitar mais os direitos de terceiros. Por

sua vez, a constituição de espaços de participação de crianças e adolescentes influi na visão e atitude dos adultos (de "beneficiários", seres "incompletos" e objeto da tutela dos adultos passam ao reconhecimento deles como sujeitos de direitos), o que possibilita o desenvolvimento de relações mais igualitárias entre eles, garantindo também maior visibilidade pública positiva aos direitos das novas gerações (CECIP, 2013).

A Convenção Internacional dos Direitos da Criança estabelece o direito à participação sem discriminação, destacando que as crianças têm o direito de serem ouvidas, de expressar livremente seus pontos de vista em todos os assuntos que as afetam, de ter acesso à liberdade de expressão, pensamento, associação e à informação. A Carta Democrática Interamericana em seu artigo 6 estabelece que a participação nas decisões relativas a seu próprio desenvolvimento é um direito e uma responsabilidade e salienta que a participação é uma condição necessária para o exercício da democracia. Desde essa perspectiva, a participação é um princípio chave que orienta e é transversal a todos os direitos, da mesma forma que a não-discriminação, o interesse superior da criança e a autonomia progressiva. É um princípio facilitador, o que significa que o seu cumprimento contribui para assegurar o cumprimento dos demais direitos.

Vale destacar que a participação pode se desenvolver de duas maneiras: como um direito e como processo. A participação como um direito é um direito civil e político, assegurado na Constituição e nos Estatutos. A participação como processo envolve uma ação educativa, interativa, persistente, baseada na motivação e na capacidade de fortalecer as competências de crianças e adolescentes, visando o seu maior bem-estar, conforme o princípio do "interesse superior da criança", previsto na Convenção da ONU. Enquanto processo, a participação é entendida como uma ferramenta para o desenvolvimento pessoal de crianças e adolescentes, pois melhora o nível de autoestima, cria autonomia, promove o domínio de habilidades sociais e desenvolve suas capacidades de expressão de sentimentos e ideias. Para isso, ao mobilizar crianças e adolescentes para a participação, é fundamental dedicar atenção e cuidado na preparação do processo, possibilitando condições e um ambiente amigável onde eles possam se expressar de diversas maneiras, usando diferentes linguagens (oral, escrita, teatral, desenhos, músicas etc.) e envolvendo os participantes em cada estágio do planejamento das ações possibilitando oportunidades para trabalhar de maneira participativa (OEA, 2010).

2.5 Voluntariado

Uma das formas de participação que tem tido ampla importância para as novas gerações é a disposição ao voluntariado, o que também é ressaltado em literatura do início da década de 2000. Historicamente, o princípio do voluntariado ganhou grande destaque e atraiu numerosos jovens como forma de posição frente aos problemas coletivos (BRANCO; ABRAMO, 2005). O voluntariado[1] como um tipo de participação e de formação juvenil vem merecendo atenção crescente no Brasil, comumente por estudos de casos de experiências. Apesar de controvérsias sobre o sentido de tal participação – por exemplo, se assistencialista ou transformadora,

[1] A ONU (Organização das Nações Unidas) chama de voluntário "aquele que, devido seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico dedica parte de seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem estar social, ou outros campos...". (GROPPO e ZAMARIAN, 2010, p.20).

reconhece-se que, na contemporaneidade, as novas gerações desafiam modelos únicos e que cada caso pode comportar uma variedade de significados simbólicos e projetos de vida. Lipovestsky (2011) ressalta que se o momento é das identidades políticas mais individualizadas e, por isso mesmo, também mais hesitantes e incertas, é justamente tal condição que tornaria as novas gerações particularmente mais abertas a dar espaço ao pluralismo.

Em relação ao voluntariado, Johannpeter (2008) ressalta a recusa de uma visão mecanicista em favor de uma "visão ecológica", inspirada no "mundo que é vivo, sistêmico e espiritual". A partir dessa definição, pode-se afirmar que a missão da ONG Parceiros Voluntários em torno da disseminação de uma cultura do voluntariado se encontra imbricada a desafios da vida contemporânea, tais como o reconhecimento da interdependência, a construção de comunidades de interesse e o fomento ao cuidado mútuo, possibilitando dar sentido às novas gerações sobre uma antiga bandeira: "*pense globalmente e aja localmente*".

A revisão bibliográfica refere uma plêiade de intenções quer dos jovens quer das instituições, inclusive do Estado[2] quando estimulam e organizam o voluntariado: intenção de doação ao outro, à comunidade; sentido de ser útil socialmente; interesse de fratria e de fazer algo com pares; status em um determinado grupo; compromisso de cunho religioso e com a cidadania. O voluntariado poderia também ser acionado por jovens para ampliar o currículo e conseguir emprego, já que para muitas empresas essa experiência conta positivamente. Pesquisadores como Wilson e Musick (2000) e Alsaker & Dick-Niederhauser (2006) afirmam ainda que o envolvimento em atividades de voluntariado diminui a probabilidade de envolvimento em comportamentos de risco.

Em pesquisa de opinião sobre o trabalho voluntário, realizadas em 2001 e 2007 pelo IBOPE em cinco municípios do Rio Grande do Sul, apresentada em Dreyer e Johannpeter (2008, p. 78), foi constatado que, dos entrevistados, 38% acham que o motivo de uma pessoa fazer um trabalho voluntário é o sentir-se útil; 25% pela proximidade com problemas sociais e 47% pela satisfação e gratificação das pessoas atendidas. Já outra pesquisa ressalta a relação entre voluntariado jovem e modelações de amor e religião, onde um dos elementos-chave seria a concretização do amor ao próximo e ascetismo religioso (CALDANA e FIGUEIREDO, 2008, p.467).

Em termos compreensivos, há uma linha de defesa e outra de ataque ao voluntariado. Aqueles que o defendem, em especial com o envolvimento de jovens, destacam que, para ser um verdadeiro cidadão é necessário participar, de forma voluntária, de projetos sociais (GROPPO e ZAMARIAN, 2010). Também se advoga a importância do campo do voluntariado considerando sua importância para a democratização do país, ampliando a participação cidadã, o sentido de coletividade e responsabilidade social compartida. Também há quem justifique o voluntariado diante da omissão do Estado ou de sua ineficiência em assistir principalmente os mais vulnerabilizados socialmente.

Já os que criticam o trabalho voluntário geralmente o fazem em termos de sua associação à estratégia de um "terceiro setor" que minimiza a transformação tanto do Estado como do capitalismo. Argumenta-se que a "atividade voluntária privada" das ONGs prejudica o sentido

[2] O ano de 2001 foi declarado pela ONU como o Ano Internacional do Voluntário, com apoio de 123 países. Neste mesmo ano, pelos trabalhos realizados por seus 150.000 voluntários, a Pastoral da Criança é indicada ao Prêmio Nobel da Paz. Em 1998 foi sancionada a lei do voluntariado no Brasil. Em 2003, essa lei sofreu algumas alterações, tendo sido incorporados novos itens, visando atrair mais um público para o serviço voluntário: o público jovem. (GROPPO e ZAMARIAN, 2010).

da coisa pública, fomentando a ideia neoliberal da responsabilidade privada (GROPPO e ZAMARIAN, 201O). Por outro lado, Caldana e Figueiredo (2008, p. 476) referem que, da maneira em que está estruturado atualmente o voluntariado, ou seja, como elemento fundamental à ordem capitalista, tem gerado mais benefícios àqueles que fornecem a ajuda do que àqueles que a recebem.

Em síntese, a literatura sobre infância, adolescência e juventude e voluntariado indica que a necessidade de se levar em conta a condição peculiar de desenvolvimento desses grupos etários, mas também a pluralidade intrínseca a eles, superando discursos essencialistas ou identitários. Tal diversidade sinaliza o desafio de, nessa pesquisa, resgatar as diferentes perspectivas discursivas desses segmentos sobre o estar juntos em uma atividade de voluntariado e identificar as condições de exercício de tal atividade e como esta se relaciona a uma formação cidadã.

3. Referências Metodológicas

De um modo geral, na análise dos programas existe uma diferenciação de procedimentos conforme o tipo de avaliação buscada: insumo, processo, resultado ou impacto (JANUZZI, 2005). A avaliação de insumos corresponde às medidas associadas à disponibilidade de recursos humanos, financeiros ou de equipamentos alocados para um programa. A avaliação de resultado é mais vinculada aos seus objetivos finais, que permite avaliar a eficácia do cumprimento das metas especificadas. Na análise de impacto são identificados os efeitos e desdobramentos mais gerais, antecipados ou não, positivos ou não, que decorrem da sua implantação. A avaliação de processo ou fluxo é intermediária e busca mensurar o esforço operacional de alocação de recursos humanos, físicos ou financeiros (insumo) para a obtenção de melhorias efetivas de bem-estar (resultado ou impacto).

O TR dessa pesquisa previa uma avaliação de impactos do Programa. Por definição (CARVALHO, 2003), esse tipo de avaliação focaliza os efeitos ou impactos produzidos sobre a sociedade e beneficiários diretos da intervenção, avaliando-se sua efetividade social, a partir de dois pressupostos. O primeiro reconhece propósitos de mudança social no programa em análise e o segundo pressupõe uma relação causal entre a política ou programa e a mudança social provocada. Em suma, não basta constatar a ocorrência da mudança; é preciso provar que foi causada pelo programa.

Muito embora a literatura aponte que não existe uma clara diferenciação entre essas dimensões operacionais (COHEN & FRANCO, 2000), a avaliação realizada junto ao Programa Tribos ficou demarcada, predominantemente, como avaliação de processo em uma perspectiva analítica e não sintética, na medida em que não se teve a intenção de mensurar e refletir algum “comportamento médio” ou típico. De um lado, porque o universo pesquisado se caracteriza pela sua diversidade (projetos locais com tempos diferentes de implementação do programa, escolas privadas e públicas, do interior e da capital do estado, distintas faixas etárias, entre outras variáveis). Por outro lado, as dificuldades encontradas nessa pesquisa para obter dados válidos, específicos e regulares sobre o Programa, bem como a incipiente produção de conhecimentos sobre avaliação de programas similares e a consequente

necessidade de adaptação de instrumentos de avaliação quantitativa determinaram a escolha pelo estudo exploratório na formatação metodológica dessa pesquisa.

Trata-se, portanto, de uma avaliação formativa, isto é, aquela com os propósitos de acompanhar e monitorar a implementação do programa, a fim de verificar se os rumos traçados estão sendo implementados e permitir intervenções corretivas (CANO, 2002). A perspectiva analítica adotada é apontada na literatura como capaz de atender a necessidade de geração de informações primárias, tanto para a formulação de programas quanto para a tomada de decisões na disseminação de seu uso e resultados (CARVALHO, 2003). Entende-se que a maior contribuição desse estudo exploratório reside na possibilidade de prospectar dados a fim de orientar a futura construção de indicadores de boa confiabilidade, validade e desagregabilidade, que auxiliem na definição do chamado "marco zero", a partir do qual se poderá, então, melhor avaliar a eficácia e efetividade do Programa em torno das mudanças desejadas.

A presente pesquisa foi desenvolvida em duas etapas. A primeira, descrita no Relatório referente ao Produto 1, focalizou a compreensão da origem e percurso do Programa em seu contexto intra e extra institucional, a explicitação de seus valores e missão e, por final, a identificação do estado da arte de implementação dos projetos locais e dos processos de trabalho da gestão realizada pela ONG. Para esses levantamentos iniciais foram utilizados três recursos metodológicos: análise documental, entrevistas semiestruturadas e observação em campo.

A segunda etapa, registrada no Relatório para o Produto 2, contemplou o levantamento em campo, junto aos projetos locais, a partir de estratégias de investigação quantitativa e qualitativa. O *caminho quantitativo* foi construído através de pesquisa tipo *survey*, com a utilização de uma amostra probabilística estratificada por estágios. Foram construídos questionários para levantamento de informações junto aos tribeiros e suas famílias. Os instrumentos apresentaram questões fechadas e abertas referidas à percepção dos entrevistados sobre a implementação dos projetos e seus resultados. As referências para a modelagem desses instrumentos foram as metas constantes do Termo de Referência original, as questões balizadoras consensuadas e também os resultados do pré-teste realizado em uma escola de Porto Alegre.

Para estabelecer algum ponto comparativo com não tribeiros, foi utilizado um instrumento que avaliou a satisfação de vida. Para crianças, foi utilizada a Escala Multidimensional de Satisfação de Vida para Crianças (GIACOMONI & HUTZ, 2008) e para adolescentes, a Escala Multidimensional de Satisfação de Vida para Adolescentes (SEGABINAZI, GIACOMONI, DIAS, TEIXEIRA, & MORAES, 2010). A primeira é composta por 57 itens (índice de consistência de 0,93), com sete fatores: self, self comparado, não-violência, família, amizade, escola e global. A segunda, com 52 itens e índice de consistência de 0,94, possui também sete dimensões, porém distribuídas da seguinte forma: família, self, escola, self comparado, não-violência, auto eficácia e amizade.

Huebner (apud GIACOMONI E HUTZ, 2008) identificou, entre os domínios de bem-estar subjetivo infantil, aspectos relacionados à família, escola, amizade, self, oportunidades de lazer e o ambiente onde vive. Levando em conta tais dimensões, os autores das escalas

multidimensionais acima referidos desdobraram os fatores de satisfação de vida e os descreveram:

Self: composto por itens que descrevem o self como positivo, com características positivas, como autoestima, bom-humor, capacidade de relacionar-se, capacidade de demonstrar afeto etc.
Self Comparado: este fator agrupa itens que se caracterizam por realizar avaliações comparativas com seus pares. Os itens possuem conteúdos relacionados ao lazer, à amizade e à satisfação de desejos e afetos.
Não-violência: este fator inclui itens que possuem conteúdos associados a comportamentos agressivos.
Família: envolve itens descritores de um ambiente familiar saudável, harmônico, afetivo, de relacionamentos satisfatórios, além de indicações de satisfação quanto à diversão.
Amizade: fator que se caracteriza pelos relacionamentos com pares, nível de satisfação desses relacionamentos e algumas indicações ao lazer, situações de diversão e apoio.
Escola: os itens descrevem a importância da escola, do ambiente escolar, dos relacionamentos interpessoais nesse espaço e o nível de satisfação em relação a esse ambiente.

O domínio auto eficácia está presente apenas na escala para adolescentes em função de ter se destacado quando da criação da escala para essa faixa etária (SEGABINAZI, GIACOMONI, DIAS, TEIXEIRA, & MORAES, 2010). Ela agrupa itens que se caracterizam por avaliações da capacidade de realização e competência no alcance de metas estabelecidas pelo adolescente (os itens possuem conteúdos relacionados à autonomia, lazer, satisfação material e de desejos e Self).

Segundo diversos autores, a satisfação de vida é diretamente influenciada pelas referências específicas e dominantes da vida, como a família, os amigos, o próprio, os vizinhos, o trabalho, a escola e o ambiente envolvente, motivo pelo qual se optou pelo uso de escalas multidimensionais que avaliassem tais dimensões. Outro fator importante é que nestes instrumentos não são estabelecidos critérios *a priori* que definem o que é ou não necessário para estar satisfeito, a própria criança ou adolescente define esses critérios conforme seus valores pessoais.

Indicativos presentes na extensa literatura pesquisada por Elvas e Muniz (2010) permitem apontar a relação existente entre o sentimento de comunidade e a satisfação de vida: a nível individual, um maior sentimento de comunidade se reflete no aumento do bem-estar individual, da qualidade e satisfação de vida individual, do sentido de justiça social, da saúde mental, do capital social, num maior sentimento de identificação e de autoconfiança, maiores níveis de participação comunitária e menor sentimento de solidão. A nível coletivo, os

resultados da investigação apontaram para a relação entre o sentimento de comunidade e uma maior colaboração e força comunitária, maior mobilização da comunidade para as soluções dos seus problemas comuns e maior construção do sentido de comunidade.

Por sua vez, *o caminho qualitativo de pesquisa* teve como foco a análise de cinco projetos indicados pela ONG. Em cada projeto, foram utilizados três recursos metodológicos: entrevistas, grupos focais e observação de campo.

A opção por utilizar a entrevista como recurso técnico metodológico, de forma complementar aos questionários, se deve a algumas vantagens, como maior oportunidade para respostas abertas e detalhamento de pontos de vista do que no uso de questionários e, por outro lado, menor pressão e influência de outros participantes do que na realização de grupos focais (KAUFMANN, 1996). De fato, a entrevista, quando comparada ao questionário, oferece maior liberdade ao entrevistador, pois não limita as respostas do entrevistado a um documento rígido. Os entrevistadores podem explicitar questões ao longo da entrevista, reformulá-las para ajustar a entrevista à realidade do entrevistado e, ainda, explorar possíveis desdobramentos que não estavam previstos na elaboração do roteiro da entrevista. Sua flexibilidade oferece um contato mais íntimo entre o entrevistador e o entrevistado, permitindo uma exploração mais profunda dos conhecimentos do entrevistado. A flexibilidade permite também extrair do entrevistado informações muitas vezes mais próximas da complexidade das situações, fenômenos ou acontecimentos.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas em diferentes locais, com roteiros específicos para os cinco segmentos selecionados: diretores das escolas, integrantes locais das Unidades da ONG, principais parceiros do projeto no município, pais e responsáveis e docentes orientadores do projeto. Para os grupos focais foi feito um roteiro básico para uso dos moderadores. Os grupos foram realizados na própria escola, com a participação de tribeiros, previamente agendados a partir de uma listagem dos participantes de projetos em 2013.

Por outro lado, considerou-se o grupo focal como uma adequada técnica de pesquisa por suas possibilidades de obter mais informações e com riqueza de detalhes para dar respostas em curto prazo às indagações sugeridas em campo e, além disso, possibilitar uma abordagem multifacetada das questões na medida em que prevê a composição diversificada de integrantes (DEBUS, 1997). A técnica de grupo focal vem sendo cada vez mais utilizada em avaliações de programas e projetos. Essa valorização da técnica resulta principalmente das suas vantagens estratégicas que possibilitam obter informação sobre percepções, sentimentos e atitudes do ponto de vista dos interessados, possibilitando respostas abertas, sem limitações de escolha.

Sua principal vantagem é que neste tipo de trabalho os entrevistados falam, dividem opiniões e discutem, trazendo à tona os fatores críticos de determinada problemática, que dificilmente aparecem tanto nos questionários fechados como nas entrevistas individuais abertas. Com isso, a técnica permite a manifestação de uma grande diversidade de ideias, opiniões, conceitos, mostrando atitudes e valores num ambiente onde os indivíduos interagem como na vida real.

Considerando o público das Tribos, compostas por crianças, adolescentes e jovens, a técnica grupal foi especialmente indicada, considerando sua utilidade na medida em que tais

segmentos se caracterizam por falas lacônicas, em código, em especial diante de adultos e as discussões em grupo ajudam a atenuar dificuldades como inibição, timidez ou desconfiança.

A observação em campo seguiu o desenho não estruturado e participante como técnica exploratória e complementar aos demais recursos metodológicos. Utilizando o diário de campo, a equipe foi capacitada para efetuar anotações sobre observações aleatórias, seguindo técnicas de atenção flutuante para a leitura dos deslocamentos do que é textual, bem como para por em análise suas impressões diante das situações observadas/vividas em campo.

Os dados obtidos através das entrevistas, dos grupos focais e da observação em campo, foram tratados de acordo com o método de Bardin (2009) para análise de conteúdos. O processo de categorização da informação não partiu de quaisquer categorias *a priori*, seguindo as regras da análise categorial temática (CAREGNATO & MUTTI, 2006). Este procedimento permite a formulação de categorias e subcategorias emergentes do texto, sendo, portanto, mais sensível à informação facultada pelos participantes. Ao investigador cabe, neste caso, a função de agrupar a informação saliente em categorias e subcategorias relacionáveis com o conhecimento teórico.

Também como parte da metodologia de uma pesquisa *work in process*, ao longo de sua execução foram realizadas reuniões sistemáticas da equipe de pesquisadores, em caráter presencial e virtual, bem como reuniões mensais de acompanhamento com a equipe da ONG.

PROJETO AVALIAÇÃO TRIBOS – 10 ANOS

Contrato: ATN/OC-13677-BR

Produto 3

Relatório final

Setembro, 2014

1. Apresentação:

O presente documento apresenta os resultados da consultoria desenvolvida pela Flacso no "Programa de Avaliação e Apoio à Gestão de Programas de Voluntariado no Estado do Rio Grande do Sul", contratado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em parceria com a ONG Parceiros Voluntários (PV) para avaliação do Programa "Tribos nas Trilhas da Cidadania", focalizado no voluntariado infanto-juvenil através da rede de ensino e de organizações sociais.

O plano de trabalho foi executado entre 23 de setembro de 2013 a 30 de setembro de 2014 e teve como referência a proposta geral aprovada (ATN/OC- 13677-BR), abrangendo duas linhas de base: o levantamento dos impactos do Programa Tribos para o cotidiano dos alunos, da escola e da comunidade; e a análise dos procedimentos institucionais de gestão, principalmente no que se refere às práticas de monitoramento e avaliação.

Neste documento são, primeiramente, descritos os procedimentos metodológicos utilizados nessa investigação e, na sequência, são discutidas as principais conclusões sobre os impactos do Programa e a sua gestão, finalizando com recomendações para o seu seguimento.

2. Descrição Metodológica:

A primeira etapa, descrita no Relatório referente ao Produto 1, focalizou a compreensão da origem e percurso do Programa em seu contexto intra e extra institucional, a explicitação de seus valores e missão e, por final, a identificação do estado da arte de implementação dos projetos locais e dos processos de trabalho da gestão realizada pela ONG.

Para esses levantamentos iniciais foram utilizados três recursos metodológicos: (a) análise documental (a partir do portal da ONG e da leitura de mais de cem documentos, dentre projetos, relatórios, guias, registros de capacitações, estudos realizados, publicações, entre outros); (b) entrevistas semiestruturadas, num total de treze entrevistados, seguindo roteiro (anexo 1) para segmentos estratégicos (presidência da ONG, equipe diretiva, precursores e colaboradores); (c) observação de dois Fóruns Tribais, em duas cidades de regiões distintas (Dom Pedrito e Canela), cuja atividade não estava prevista originalmente, mas foi incluída devido ao seu caráter precursor como estratégia avaliativa do Programa e intercâmbio entre projetos e ainda justificada pelo fato de que os Fóruns são realizados ao final de cada ano letivo e o calendário da pesquisa em 2014 não abrangeria esse período.

Ainda nessa etapa, foram revisadas as questões balizadoras para análise dos impactos do Programa. Decidiu-se, com consenso junto à PV, manter os itens originais e agregar outros, totalizando 25questões:

Avaliação do impacto do Programa
1. Participação social dos estudantes na comunidade 2. Participação social dos estudantes na escola 3. Permanência escolar dos estudantes 4. Mudanças de atitude dos estudantes (autoestima, autonomia etc.) 5. Fomento ao educador para práticas de participação na escola 6. Fomento à escola para implementação de projetos sociais 7. Redução da violência infanto-juvenil na escola 8. Incorporação de práticas de cuidado do meio ambiente 9. Participação em atividades culturais na comunidade 10. Participação dos tribeiros nas Conferências 11. Participação de ex-tribeiros no PJV da instituição 12. Aquisição de novos conhecimentos 13. Indução para novo voluntariado ou implementação do PJV em outras instituições 14. Inserção do PJV no Projeto Político-Pedagógico/LDB 15. Articulação do PJV com políticas públicas e rede de proteção dos direitos 16. Relações inter-geracionais 17. Relações entre pares e o tema das diversidades
Avaliação da gestão do Programa
18. Planejamento 19. Apoio aos Projetos (incluindo capacitação, mobilização de parcerias etc.) 20. Articulação com demais equipes do PV 21. Relações institucionais 22. Sistemas de Registro 23. Gestão financeira 24. Monitoramento 25. Estratégias de avaliação

A segunda etapa, registrada no Relatório para o Produto 2, contemplou o levantamento em campo, junto aos projetos locais, a partir de estratégias de investigação quantitativa e qualitativa.

Para garantir maior rigor e qualidade na pesquisa quantitativa, a Flacso optou pelo estabelecimento de parceria com um núcleo acadêmico especializado em medidas psicológicas, integrante do Centro de Avaliação Psicológica e do Grupo de Estudos, Aplicação e Pesquisa em Avaliação Psicológica, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Alguns ajustes metodológicos (anexo 2) se fizeram necessários na pesquisa quantitativa:

a) Por solicitação da coordenação do Programa, foi feita a substituição dos municípios de Guaíba e Viamão por Canoas e Sapucaia do Sul, respectivamente.
b) A temporalidade originalmente prevista (2003 a 2012) foi mantida na análise documental, entrevistas com as equipes e grupos focais, mas na aplicação dos questionários o período analisado se circunscreveu à implementação do Programa em 2013, devido à identificação de lacunas na base de dados institucionais, o que inviabilizou a constituição de amostras confiáveis em anos anteriores.
c) Tal fato determinou a exclusão do município de Gravataí.

Assim sendo, do universo de 11 cidades, foram sorteadas 30 instituições, contemplando as variáveis geográficas (região metropolitana e interior do Estado), natureza institucional (escola

pública ou privada) e tipo de Trilha desenvolvida em 2013, a fim de garantir certo equilíbrio na amostra em relação a tais questões.

O *caminho quantitativo* foi construído através de pesquisa tipo *survey*, com a aplicação utilização de uma amostra probabilística estratificada por estágios. Foram construídos questionários para levantamento de informações junto aos tribeiros e suas famílias (anexos 3, 4 e 5). Os instrumentos apresentaram questões fechadas e abertas referidas à percepção dos entrevistados sobre a implementação dos projetos e seus resultados. As referências para a modelagem desses instrumentos foram as metas constantes do Termo de Referência original, as questões balizadoras consensuadas (anexo 6) e também os resultados do pré-teste realizado em uma escola de Porto Alegre.

Os questionários foram aplicados localmente, em cada escola sorteada, por auxiliares de pesquisa previamente capacitados e acompanhados em campo por um pesquisador auxiliar. Considerando a existência de tribeiros crianças em Tribos compostas por adolescentes e jovens, houve necessidade de adaptação dos questionários e dos procedimentos de aplicação (no caso de crianças, o auxiliar de pesquisa auxiliava, diretamente, o preenchimento do instrumento).

Em cada escola sorteada, responderam aos questionários e escalas de avaliação todas as crianças e os adolescentes vinculados às Tribos além dos alunos não-tribeiros disponíveis no momento da coleta para compor o grupo de comparação. Para estabelecer algum ponto comparativo com não tribeiros, foram utilizados instrumentos que avaliam a satisfação de vida (anexos 9 e 10). Para crianças, foi utilizada a Escala Multidimensional de Satisfação de Vida para Crianças (GIACOMONI & HUTZ, 2008) e para adolescentes, a Escala Multidimensional de Satisfação de Vida para Adolescentes (SEGABINAZI, GIACOMONI, DIAS, TEIXEIRA, & MORAES, 2010). A primeira é composta por 57 itens (índice de consistência de 0,93), com sete fatores: self, self comparado, não-violência, família, amizade, escola e global. A segunda (índice de consistência de 0,94) possui também sete dimensões, porém distribuídas da seguinte forma: família, self, escola, self comparado, não-violência, auto eficácia e amizade.

Cada participante indicou o quanto concordava com o item, sendo (1) nem um pouco, (2) bem pouco, (3) mais ou menos, (4) bastante e (5) muitíssimo. Os dados foram agrupados por faixa etária, por tipo de escola e por cidade. Foram realizadas análises de frequência e comparação de médias (teste t ou ANOVAs), com Post-Hoc de Games-Howell, quando pertinente.

Os fatores são definidos por Giacomoni e Hutz (2008, p.27) como:

Self: composto por itens que descrevem o self como positivo, com características positivas, como autoestima, bom-humor, capacidade de relacionar-se, capacidade de demonstrar afeto etc.
Self Comparado: este fator agrupa itens que se caracterizam por realizar avaliações comparativas com seus pares. Os itens possuem conteúdos relacionados ao lazer, à amizade e à satisfação de desejos e afetos.
Não-violência: este fator inclui itens que possuem conteúdos associados a comportamentos agressivos.

Família: envolve itens descritores de um ambiente familiar saudável, harmônico, afetivo, de relacionamentos satisfatórios, além de indicações de satisfação quanto à diversão.
Amizade: fator que se caracteriza pelos relacionamentos com pares, nível de satisfação desses relacionamentos e algumas indicações ao lazer, situações de diversão e apoio.
Escola: os itens descrevem a importância da escola, do ambiente escolar, dos relacionamentos interpessoais nesse espaço e o nível de satisfação em relação a esse ambiente.

Em relação ao instrumento utilizado com os adolescentes, os fatores são semelhantes, incluindo o fator auto eficácia, "que agrupa itens que se caracterizam por avaliações da capacidade de realização e competência no alcance de metas estabelecidas pelo adolescente (os itens possuem conteúdos relacionados à autonomia, lazer, satisfação material e de desejos e self)" (SEGABINAZI, GIACOMONI, DIAS, TEIXEIRA, & MORAES, 2010, p. 655).

Os instrumentos foram aplicados nas salas de aula das escolas sorteadas, por psicólogos (as) e/ou estudantes de psicologia. Em alguns casos, foram deixados alguns questionários para serem entregues posteriormente pelos professores ao escritório da PV. Em cada escola sorteada, responderam aos questionários todas as crianças/adolescentes vinculadas às Tribos, além dos não-tribeiros disponíveis no momento da coleta para compor o grupo de comparação. Em várias das instituições sorteadas, o número previsto de crianças e adolescentes foi menor do que o esperado, em função de saídas da escola.

Além disso, a ideia que se tinha de as escolas possuírem mais de uma Trilha praticamente não se confirmou. Portanto, o número de participantes acabou ficando em 655 crianças e adolescentes, sendo 427 tribeiros e 228 não-tribeiros, de 30 escolas diferentes. Desse total de escolas, cinco eram privadas. O total de tribeiros que responderam, nas escolas privadas, foi de 62.

Tabela 1: Distribuição do universo e da amostra de instituições e tribeiros

Municípios	Total de Instituições 2003-2013	Universo Instituições 2013	Amostra Instituições 2013	Total coletado por cidade	Tribeiros coletados por cidade
Alvorada	25	10	2	8	8
Bagé	31	5	2	27	27
Cachoeirinha	55	10	2	36	13
Canela	26	18	4	106	62
Canoas	-	16	5	110	87
Charqueadas	6	4	1	32	16
Dom Pedrito	11	5	1	36	23
Gravataí*	30	--	--	--	--
Guaíba**	3	--	--	--	--
Itaqui	16	8	2	38	8
Nova Prata	23	13	2	82	70
Porto Alegre	112	19	4	72	72
Sapucaia do Sul	-	20	5	108	41
Viamão***	12	--	--	--	--
TOTAL	**350**	**128**	**30**	**655**	**427**

*Excluído da lista por não ter instituições participantes em 2013
**Substituído por Canoas, a pedido da PV.
***Substituído por Sapucaia do Sul, a pedido da PV

Abaixo, segue a tabela desses dados dividida por crianças até 12 anos e adolescentes com mais de 12 anos.

Tabela 2. Participantes da avaliação e grupo de comparação por sexo e faixa etária

Tribeiros/sexo	Crianças tribeiras	Crianças não tribeiras	Adolescentes tribeiros	Adolescentes não tribeiros	Total
Meninos	32 (43,2%)	56 (48,3%)	148 (41,9%)	55 (48,7%)	291 (44,4%)
Meninas	42 (56,8%)	60 (51,7%)	205 (58,1%)	58 (51,3%)	365 (55,6%)
Total	74 (100%)	116 (100%)	353 (100%)	113 (100%)	656 (100%)

Com relação à idade dos participantes, responderam aos instrumentos crianças e adolescentes de 9 a 19 anos, sendo a média de idade de 12,95. Entre os tribeiros, foi de 12,96 e entre os não-tribeiros, 12,93; entre os meninos, 12,92 e no grupo de meninas, 12,98. Ou seja, não se observaram diferenças significativas nos grupos.

Por sua vez, *o caminho qualitativo de pesquisa* teve como foco a análise de cinco projetos indicados pela ONG, pelas suas possibilidades de constituírem *cases* institucionais, contemplando a diversidade do universo (públicas e privadas, interior e capital, diferentes Trilhas):

1. Cachoeirinha: Escola Municipal de Educação Infantil Criança Feliz
2. Porto Alegre: Instituição Educacional São Judas Tadeu (Educação para a Paz)
3. Bagé: Escola Estadual Julinha da Costa Taborda (várias trilhas)
4. Nova Prata: EEEF Reinaldo Cherubini (Educação para a Paz)
5. Dom Pedrito: Escola Municipal Alcides Maia (Cultura)

Em cada projeto, foram utilizados três recursos metodológicos: entrevistas, grupos focais e observação de campo. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas em diferentes locais, com roteiros específicos (anexo 7) para os cinco segmentos selecionados: diretores das escolas, integrantes locais das Unidades da ONG, principais parceiros do projeto no município, pais e responsáveis, docentes orientadores do projeto. Para os grupos focais foi feito um roteiro básico para uso dos moderadores (anexo 8), em torno de quatro questões básicas: “a. Como você explicaria para um amigo/familiar o que é a Tribo? b. Como a Tribo dessa escola funcionou no ano passado? c. O que você mudaria na Tribo de sua escola? d. Fez diferença para você ter participado da Tribo? Em que?”. Os grupos foram realizados na própria escola, com a participação de tribeiros, previamente agendados a partir de uma listagem dos participantes de projetos em 2013.

As entrevistas e os grupos foram coordenados por auxiliares de pesquisa, com apoio do pesquisador assistente, capacitados de antemão para a tarefa. As entrevistas e as discussões nos grupos foram registradas em áudio e complementadas com registro dos analisadores. Em todos os percursos dos caminhos quantitativo e qualitativo de pesquisa, os sujeitos pesquisados foram informados a respeito do objetivo geral da investigação e de seus direitos à confidencialidade, com solicitação de consentimento aos pais/responsáveis (anexos 9 a 12).

A observação em campo seguiu o desenho não estruturado e participante como técnica exploratória e complementar aos demais recursos metodológicos. Utilizando o diário de

campo, a equipe foi capacitada para efetuar anotações sobre observações aleatórias, seguindo técnicas de atenção flutuante para a leitura dos deslocamentos do que é textual, bem como para por em análise suas impressões diante das situações observadas/vividas em campo.

Também como parte da metodologia de uma pesquisa *work in process*, ao longo de sua execução, foram realizadas reuniões sistemáticas da equipe de pesquisadores, em caráter presencial e virtual, bem como reuniões mensais de acompanhamento com a equipe da ONG. Após a entrega dos três relatórios de consultoria, aconteceram reuniões devolutivas que tiveram a participação da presidência da ONG para *feedback* conjunto e estabelecimento de consenso sobre encaminhamentos.

3. O caminho percorrido do Programa:

A focalização da ONG Parceiros Voluntários (PV) em práticas de voluntariado juvenil inicia em 1998, a partir da experiência de um professor de escola privada, preocupado em sensibilizar alunos do Ensino Médio para o tema da pobreza e desigualdades sociais. Inicialmente, com o apoio de "professores desbravadores" o "Programa Voluntariado da Escola" adaptou a metodologia desenvolvida com adultos. Mais tarde, consultores desenvolveram uma metodologia própria para o voluntariado juvenil na rede escolar - "Tribos nas Trilhas da Cidadania", que começou a ser disseminada em 2003.

Algumas circunstâncias favoreceram a emergência dessa proposta, tais como o programa Comunidade Solidária, lançado pelo Governo Federal em 1995; a aprovação da lei sobre o voluntariado, nº. 9608/98; as diretrizes curriculares sobre transversalidades previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996; o Ano Internacional da Cultura da Paz (2000) e o Ano Internacional do Voluntário (2001), decretados pela ONU.

Nas entrevistas e nos documentos foram identificadas referências conceituais advindas do universo empresarial (em termos como empreendedorismo, responsabilidade social individual, desenvolvimento sustentável etc.), como também marcos teóricos de distintas áreas do conhecimento (educação, engenharia, física e psicologia, entre outras).

Desde a origem, portanto, sobressaem duas fortes marcas fundantes do Programa: a porosidade para abertura de novos processos e o hibridismo de concepções. De um lado, se observa que o traço de permeabilidade institucional favorece o aproveitamento de oportunidades e seu movimento de ampliação de horizontes, mas também conduz a alguns percalços que podem ser, em parte, debitados a certo pragmatismo ao se lançar a novos desafios sem a necessária consolidação. Exemplo disso foi a crescente exigência de organização de encontros estaduais com porte cada vez maior, a cada edição, o que inviabilizou sua continuidade nesse formato.

Por outro lado, a coexistência de diferentes marcos referenciais favorece a circulação de diversificados conceitos e o uso de diferentes ferramentas para operar as práticas com maior ecletismo e inventividade, porém incide para movimentos nem sempre convergentes do ponto de vista metodológico e de valores, como se constatou na operacionalização local, a exemplo da grande variabilidade na formatação, tempos e alcance dos projetos.

Os desbravadores do Programa destacam que, logo nos primeiros anos, foram confrontados com o conservadorismo das escolas e o papel mais diretivo dos professores. Novas estratégias

foram, aos poucos, delineadas para o enfrentamento dessas questões. A principal foi a divisão de duas áreas na ONG, uma voltada para o desenvolvimento da metodologia do que viria a ser Tribos e outra para dar continuidade ao Programa de Voluntariado na Escola a fim de "ir preparando um campo pra quando chegasse o novo projeto tivesse aonde colar" (sic).

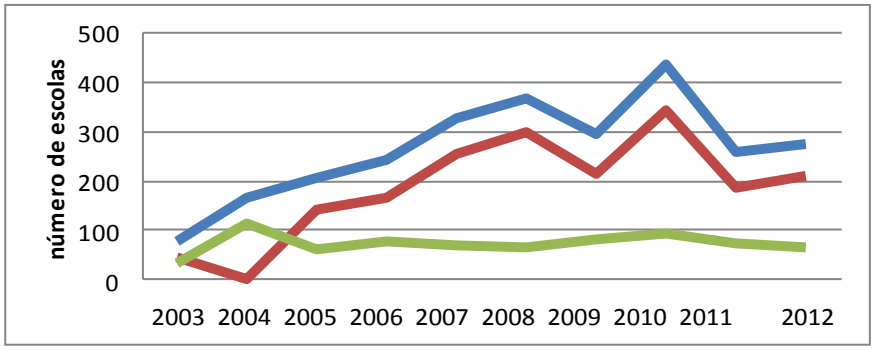
A ONG realizou parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para sistematização, entre 2004 e 2006, de sua metodologia de voluntariado juvenil. Em 2011, a iniciativa foi avaliada como estratégica para a obtenção da certificação como Tecnologia Social, pela Fundação Banco do Brasil.

Para a sua operacionalização, o Programa aponta algumas diretrizes: (a) aberto a qualquer escola de ensino fundamental e/ou médio, bem como outras instituições de caráter educacional, que inscrevem anualmente, em período indicado pela ONG, a Tribo e a Trilha correspondente (Meio Ambiente, Cultura ou Educação para a Paz) para o desenvolvimento de ações voluntárias na comunidade; (b) a ONG capacita o líder (jovem escolhido entre os participantes para representar a Tribo) e o orientador (educador indicado pela escola participante), e ainda acompanha e repassa material para as Tribos; (c) cada Tribo deve realizar, no mínimo, quatro ações voluntárias na comunidade, seguindo um roteiro de planejamento (o que, por que, como, quem faz, quando, onde, beneficiados, quanto custa), antecedido de atividades de pesquisa para maior conhecimento de sua comunidade e dos temas relacionados; (d) as atividades são organizadas e executadas com a participação ativa dos tribeiros e a atuação dos educadores e adultos colaboradores se restringe ao estímulo, apoio e orientação; (e) as ações são desenvolvidas em parcerias com organizações e projetos sociais no município, com o apoio das Unidades da ONG na mobilização de parceiros e recursos; (f) o registro das atividades no Diário Tribal e/ou mídias sociais e a partilha de experiências entre tribeiros através dos Fóruns municipais e regionais são importantes para a avaliação das ações realizadas e dos resultados obtidos.

Essa formatação teve início em 2003, com a participação de 79 escolas (46 públicas e 33 privadas), envolvendo 74 Tribos e cerca de 300 ações, em 33 cidades do Rio Grande do Sul. As Trilhas percorridas foram Meio Ambiente (33), Cultura (21) e Educação para a Paz (20).

Alguns gráficos permitem visualizar a trajetória na primeira década de implantação do Programa:

Gráfico 1: Número de escolas mobilizadas no período 200-2012, por natureza da rede de ensino

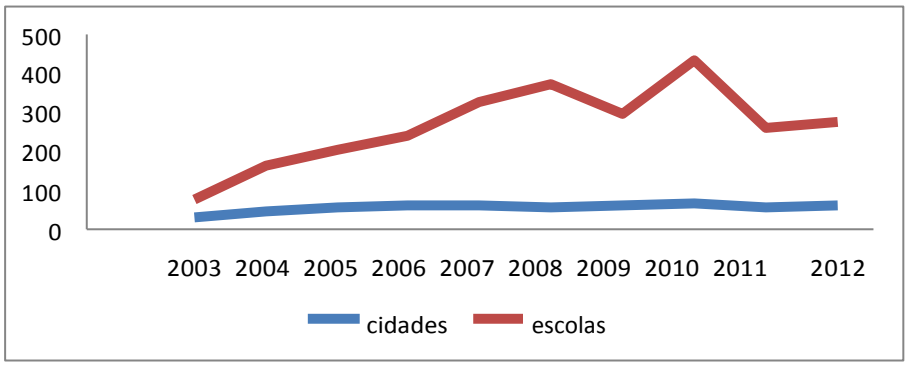


Fonte: Parceiros Voluntários, 2013
Legenda: escola mobilizada escola pública escola privada

Nesse processo de implementação, observa-se que o maior crescimento de adesões ao Programa se deu na rede pública de ensino. Há certa irregularidade nessa trajetória, com

períodos de diminuição de escolas mobilizadas, seguidos de aumento e vice-versa, contrastando com o número praticamente estável de escolas privadas.

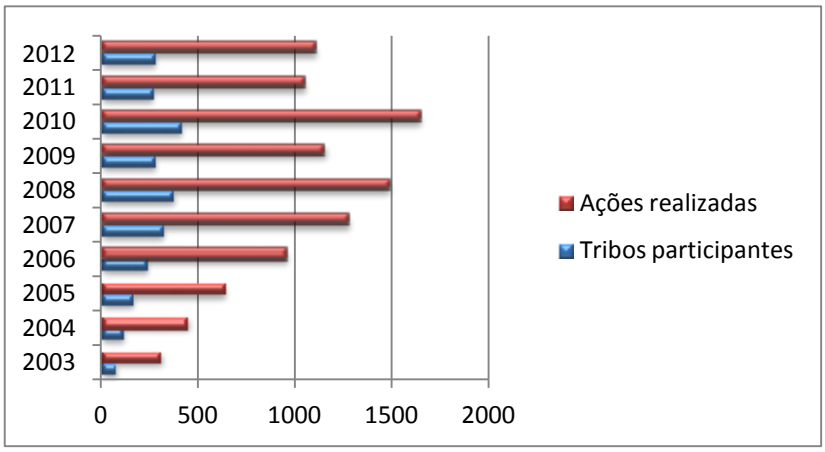
Gráfico 2: Número de escolas e de cidades mobilizadas no período 2003-2012



Fonte: Parceiros Voluntários, 2013

Observa-se que o número de cidades mobilizadas ficou estabilizada em cada ano (em torno de 60 municípios), mas com crescimento na quantidade de escolas inscritas no Programa. Em 2010, se registra a maior proporção, com quase sete escolas/cidade; e a menor foi em 2003, em torno de duas escolas/município.

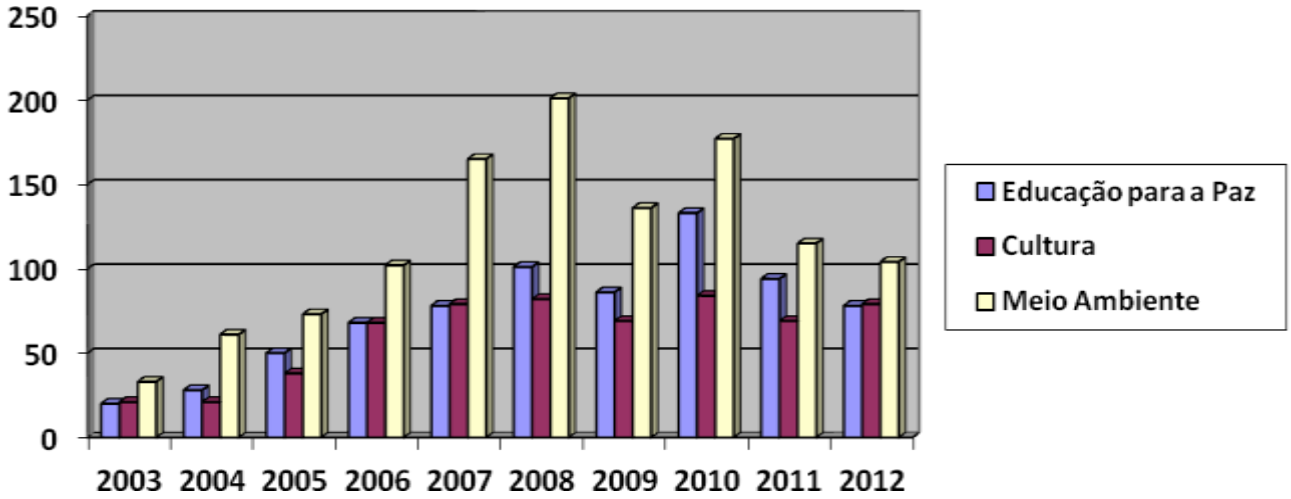
Gráfico 3: Número de Tribos participantes e ações realizadas no período 2003-2012



Fonte: Parceiros Voluntários, 2013

Ressalte-se o crescimento exponencial das ações realizadas pelas Tribos, com aumento de 300 (em 2003) para 1.108 ações (em 2012), com um pico atingido em 2010. No período houve uma média anual de quatro ações por Tribo. Quanto às Tribos, chama a atenção que, em cada ano, há um número inferior de Tribo comparado ao número de escolas mobilizadas. Exemplos: em 2003 haviam 79 escolas sensibilizadas e 74 Tribos, culminando com 2005 em que há registro de 205 escolas e, no entanto, apenas 161 Tribos. Tais situações podem indicar falhas no sistema de informações do Programa ou desvios metodológicos.

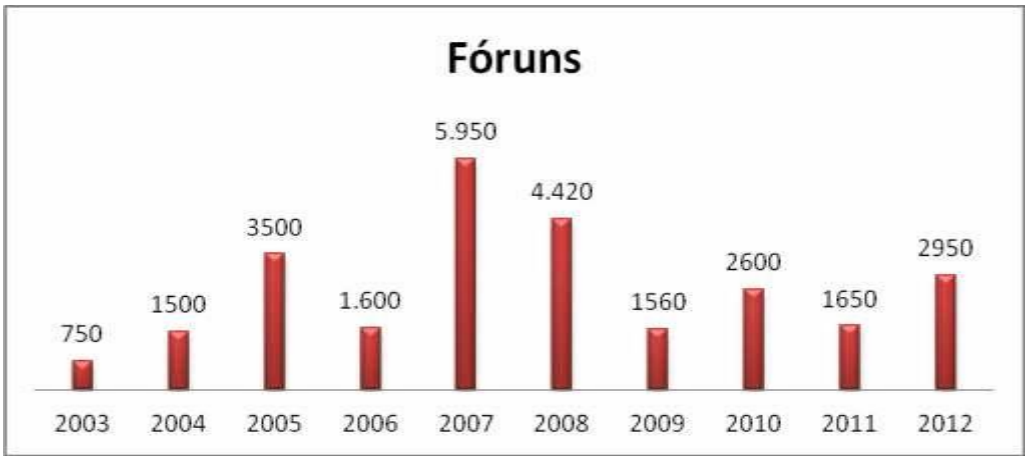
Gráfico 4: Distribuição das Trilhas no período 2003-2012



Fonte: Parceiros Voluntários, 2013

Em todos os anos do período, observa-se um predomínio de Trilhas relacionadas ao Meio Ambiente (culminando nos anos 2007 e 2008, onde representam o dobro das demais). A segunda mais prevalente é a Trilha da Educação para a Paz e, por último a de Cultura. No entanto, nos dois últimos anos do período avaliado, há uma tendência a uma preferência mais equitativa pelas Trilhas.

Gráfico 5: Número de participantes em Fóruns de integração estadual/regional, no período 2002-2012



Fonte: Parceiros Voluntários, 2013

Os encontros de integração no período tiveram um número oscilante de participantes. Nos três primeiros anos, de 2003-2005, os encontros eram de abrangência estadual, realizados em Porto Alegre e cresceram de 750 para 3.500 participantes. A partir de 2006, os encontros foram regionais, destacando-se os anos de 2007 e 2008, que mobilizaram 5.950 e 4.420 participantes, respectivamente.

4. Análise dos Impactos do Programa:

De um modo geral, algumas dificuldades se apresentam na avaliação de impactos de programas sociais, como no caso do Programa Tribos, pela difícil mensuração de seu produto imaterial (desenvolvimento de habilidades, cuja percepção de resultados envolve médio e longo prazos), bem como a inexistência de instrumentos de mensuração "antes e depois".

Na análise dos programas, entretanto, existe uma diferenciação de procedimentos conforme o tipo de avaliação buscada: insumo, processo, resultado ou impacto (JANUZZI, 2005). A avaliação de insumos corresponde às medidas associadas à disponibilidade de recursos humanos, financeiros ou de equipamentos alocados para um programa. A avaliação de resultado é mais vinculada aos seus objetivos finais, que permite avaliar a eficácia do cumprimento das metas especificadas. Na análise de impacto, são identificados os efeitos e desdobramentos mais gerais, antecipados ou não, positivos ou não, que decorrem da sua implantação. A avaliação de processo ou fluxo é intermediária e busca mensurar o esforço operacional de alocação de recursos humanos, físicos ou financeiros (insumo) para a obtenção de melhorias efetivas de bem-estar (resultado ou impacto).

O TR dessa pesquisa previa uma avaliação de impactos do Programa. Por definição (CARVALHO, 2003), esse tipo de avaliação focaliza os efeitos ou impactos produzidos sobre a sociedade e beneficiários diretos da intervenção, avaliando-se sua efetividade social, a partir de dois pressupostos. O primeiro reconhece propósitos de mudança social no programa em análise e o segundo pressupõe uma relação causal entre a política ou programa e a mudança social provocada. Em suma, não basta constatar a ocorrência da mudança; é preciso provar que foi causada pelo programa.

Muito embora a literatura aponte que não existe uma clara diferenciação entre essas dimensões operacionais (COHEN & FRANCO, 2000), a avaliação realizada junto ao Programa Tribos ficou demarcada, predominantemente, como avaliação de processo em uma perspectiva analítica e não sintética, na medida em que não se teve a intenção de mensurar e refletir algum "comportamento médio" ou típico. De um lado, porque o universo pesquisado se caracteriza pela sua diversidade (projetos locais com tempos diferentes de implementação do programa, escolas privadas e públicas, do interior e da capital do estado, distintas faixas etárias, entre outras variáveis). Por outro lado, as dificuldades encontradas nessa pesquisa para obter dados válidos, específicos e regulares sobre o Programa, bem como a incipiente produção de conhecimentos sobre avaliação de programas similares e a consequente necessidade de adaptação de instrumentos de avaliação quantitativa determinaram a escolha pelo estudo exploratório na formatação metodológica desta pesquisa.

Trata-se, portanto, de uma avaliação formativa, isto é, aquela com os propósitos de acompanhar e monitorar a implementação do programa, a fim de verificar se os rumos traçados estão sendo implementados e permitir intervenções corretivas (CANO, 2002). A perspectiva analítica adotada é apontada na literatura como capaz de atender a necessidade de geração de informações primárias, tanto para a formulação de programas quanto para a tomada de decisões na disseminação de seu uso e resultados (CARVALHO, 2003). Entende-se que a maior contribuição desse estudo exploratório reside na possibilidade de prospectar dados a fim de orientar a futura construção de indicadores de boa confiabilidade, validade e desagregabilidade, que auxiliem na definição do chamado "marco zero", a partir do qual se

poderá, então, melhor avaliar a eficácia e efetividade do Programa em torno das mudanças desejadas.

Feitas essas considerações iniciais, seguem dois blocos avaliativos: um, sobre o percurso metodológico e, outro, sobre as percepções dos tribeiros sobre o Programa. A partir dessas duas perspectivas de análise, são retomadas as questões previstas no TR da presente pesquisa para avaliação do Programa quanto a seus resultados.

4.1 Análise do percurso metodológico:

Nesse percurso de implementação, alguns acertos metodológicos devem ser destacados: (a) a sintonia do Programa com as diretrizes curriculares da LDB sobre as transversalidades no projeto político-pedagógico; (b) a mobilização de voluntários juvenis a partir de sua escola; (c) a delimitação de ações a serem desenvolvidas pela Tribo em projetos locais, em formato de Trilhas temáticas (Meio Ambiente, Cultura da Paz ou Cultura); (d) a mobilização e formação de professores e lideres juvenis, como estratégia inicial importante para o alinhamento conceitual; (e) a pactuação com o corpo diretivo das escolas e secretarias de educação, a fim de propiciar maior institucionalidade aos projetos; (f) o envolvimento local das Unidades da PV, para apoio logístico para os projetos; (g) a organização de fóruns descentralizados, favorecendo o intercâmbio de experiências, com maior envolvimento regional.

Apesar dos avanços quantitativos na implementação do Programa, o levantamento em campo na presente pesquisa identificou alguns problemas metodológicos nesse percurso:

i. *A modelagem inicial da metodologia não contempla novos emergentes do Programa.*
Muito embora o Programa tenha sido modelado para o voluntariado de adolescentes e jovens do Ensino Médio, a pesquisa constatou que menos de 6% dos tribeiros se encontram nessa condição. Na amostra, 39% dos tribeiros se encontram na faixa etária inferior a 12 anos de idade e, do total de instituições inscritas em2013, 13% eram escolas de educação infantil. Na medida em que crianças participam das Tribos, juntamente com adolescentes e jovens, e o Programa aceita inscrições de escolas de educação infantil, é necessária a adequação metodológica para contemplar a condição peculiar de desenvolvimento da infância. Ressalta-se que a focalização na primeira infância vem sendo colocada como estratégica na educação para valores, conforme apontado por organismos internacionais (tais como UNESCO e UNICEF) e políticas nacionais na área. Isso corrobora a pertinência de desenvolver tecnologias sociais direcionadas a esse segmento etário. Outras possíveis adaptações se fazem necessárias pela participação de instituições não-escolares (abrigos, projetos de atendimento a crianças e adolescentes com deficiências etc.).

ii. *A metodologia original é pouco utilizada no cotidiano dos projetos locais.*
Apesar de o Programa contar com uma metodologia sistematizada e, inclusive, certificada como tecnologia social, essa não é uma referencia para todas as escolas, especialmente para as "veteranas". Constatou-se a pouca utilização dos guias metodológicos, o não seguimento do roteiro sugerido para o plano de ações, tampouco a observância do calendário anual. Contudo, tais situações de "descompasso metodológico" podem não significar prejuízo já que, em alguns casos, os projetos se estruturam a partir de um plano de trabalho de longa duração. Por outro lado, as escolas que "dissolvem" as Tribos a cada ano, parecem correr mais riscos de descontinuidade pela recomposição do grupo de tribeiros e da própria reconfiguração da

Trilha a cada período. Isso sugere a necessidade de contemplar distintas referências metodológicas para novos e antigos projetos e melhorar o sistema de acompanhamento de sua implementação.

iii. *O modelo emancipador de voluntariado coexiste com o modelo de filantropia.*

Foram constatadas diferenças de concepção em projetos locais, tais como o desenvolvimento de ações na perspectiva meramente assistencialista ou a prevalência de intervenções junto a segmentos considerados "desvalidos". Também se verificou a escassa problematização da realidade através de disciplinas afins e uma desarticulação com outros coletivos e iniciativas afins na cidade, resultando em maior risco dos tribeiros se sentirem licenciados socialmente a buscar soluções biográficas para contradições sistêmicas.

iv. *O processo grupal nas Tribos nem sempre favorece a horizontalidade nas relações e a construção coletiva.*

Há situações em que a própria dinâmica dos grupos se afasta do marco metodológico do Programa no que diz respeito a uma maior horizontalidade nas relações. Em contraste com a metodologia participativa, emerge em alguns grupos uma hierarquização de funções, com "cargos" diferenciados (tais como o "presidente" do grupo) e uma tendência à centralização das atividades na figura do orientador. Agrega-se a isso, o fato de que ¼ dos tribeiros pesquisados refere não ter participado do planejamento das ações de sua Tribo e que os pontos negativos mais prevalentes dessa experiência foram a falta de colaboração e os desentendimentos. Ao mesmo tempo, a convivência é sinalizada como o aprendizado mais relevante no voluntariado juvenil. Todos esses aspectos justificam a necessidade de maior foco no processo grupal.

v. *As Trilhas foram investidas de novos sentidos nos projetos locais.*

Há um alargamento do sentido de Trilha proposto pela metodologia do Programa. Observa-se que algumas Tribos desenvolvem ações em mais de uma Trilha e existem casos em que os planos de trabalho, nos últimos anos, deixaram de lado os temas relacionados à Trilha original. Mesmo as Trilhas centradas em um mesmo tema apresentam uma multiplicidade de enfoques. Na problematização da violência, por exemplo, os projetos pautam distintas nuances desse tema, tais como a violência no trânsito, nas questões de gênero, na escola e fora dela, no bullying etc. Por outro lado, chama a atenção a concentração de ações das Tribos em torno da Trilha do Meio Ambiente (principalmente nas escolas de educação infantil, em mais de 70% dos casos), enquanto a Cultura passa a ser mais um modo de operar as ações, em qualquer Trilha, do que uma Trilha temática.

vi. *As principais dificuldades encontradas na execução dos planos de ações das Tribos se relacionam mais diretamente ao seu processo de trabalho.*

O levantamento em campo apontou que boas práticas de Tribos estão relacionadas a escolas bem sucedidas em seu projeto politico-pedagógico, apesar de sua precariedade. Coerentemente, as principais mudanças que os tribeiros apontam para o seguimento dos projetos em sua escola envolvem a tríade "mais colaboração, mais organização e mais recursos", como veremos a seguir na análise dos questionários aplicados com os tribeiros. Ressalve-se, contudo, que há diferenças entre as maiores dificuldades atribuídas pelos tribeiros de escolas privadas para a não conclusão das ações de suas Tribos (a falta de organização em 31% dos casos) e entre os alunos da rede pública de ensino (a escassez de recursos para 30% dos participantes).

4.2 Análise da percepção dos tribeiros sobre o Programa:

Inicialmente, serão aprofundadas as questões relativas aos tribeiros de uma forma geral, com comparações entre escolas públicas e privadas. Em cada questão, os tribeiros foram avaliados comparando-se as cidades participantes da pesquisa. É importante lembrar que algumas cidades foram representadas por um número bem pequeno de casos (Itaqui e Alvorada, 8 casos em cada, Cachoeirinha, 13 e Charqueadas, 16). No restante, a maioria das escolas teve acima de 20 casos. Foram relatados os resultados considerados mais relevantes, em função de uma comparação dos mesmos com as médias do grupo todo.

Quanto ao perfil dos tribeiros, verifica-se que se encontram em séries que vão desde o terceiro ano do Ensino Fundamental até o terceiro ano do Ensino Médio, conforme tabela 3. A maioria deles está entre o 7º e 8º ano.

Tabela 3. Frequência das séries dos participantes

Ano escolar	F	% válido
Terceiro Ano	11	2,7
Quarto Ano	24	5,8
Quinto Ano	24	5,8
Sexto Ano	56	13,5
Sétimo Ano	130	31,4
Oitavo Ano	129	31,2
Nono Ano	17	4,1
Primeiro EM	12	2,9
Segundo EM	10	2,4
Terceiro EM	1	,2
Dados faltantes (missing)	13	-
Total	427	100

Em termos de situação familiar, os tribeiros possuem de 0 a 11 irmãos, sendo que 60% deles possuem até dois irmãos. Em média, o número de irmãos ficou em 2,57. Em 67% dos casos, os participantes moram com os pais, 88,5% moram com a mãe e menos de 10% dos casos residem também com avós ou outros familiares. Em média, moram 4,68 pessoas nas suas casas.

Com relação aos projetos, 89,9% deles ficaram sabendo do mesmo pela escola, alguns (8,2%) receberam informação por amigos e muito poucos por material de divulgação (1,2%), familiar (1,9%) ou comunidade (2.1%).

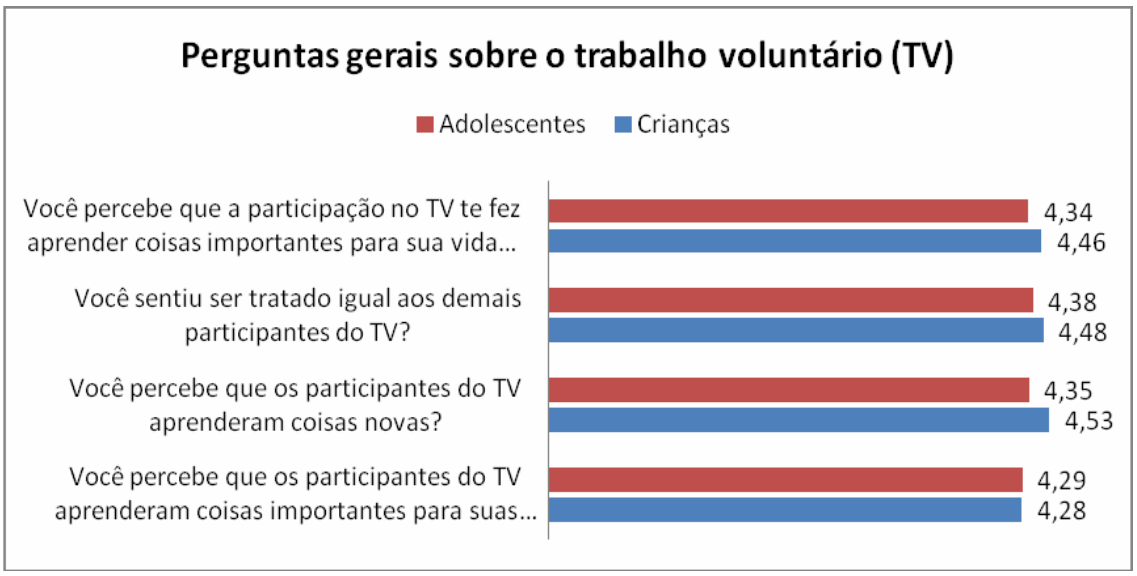
Sobre o projeto, em média as crianças tribeiras participam há 14,1 meses e os adolescentes há 12,5 meses. Esse número variou de 1 a 72 meses de participação no projeto. A seguir são apresentados gráficos e tabelas relativas às perguntas sobre o projeto voluntário. Nas tabelas, é apresentado o percentual total de crianças ou adolescentes tribeiros que responderam afirmativamente às questões colocadas. Nos gráficos, estão colocadas as médias dqueles que concordaram com as afirmativas colocadas por grupo (crianças e adolescentes), lembrando que a amplitude de resposta é de 1 (absolutamente não) a 5 (sim, muito).

Tabela 4. Percentual de respostas afirmativas a várias perguntas sobre o projeto

Questões	Crianças tribeiras	Adolescentes tribeiros	Escola pública	Escola privada
Você participou da escolha das ações da sua tribo?	93,2%	74,6%	78,2%	75,4%
Você participaria de outro trabalho voluntário semelhante?	67,6%	74,2%	70,4%	87,1%
Você participaria de outro tipo de projeto voluntário?	63,5%	73,1%	68,6%	86,9%
Você tem o desejo de continuar seu trabalho voluntário?	97,3%	92,1%	92,1%	98,4%
Você sentirá falta quando interromper o trabalho voluntário?	93,2%	87,7%	87,3%	96,8%
Você indicaria o trabalho voluntário a um amigo ou familiar?	91,9%	91,8%	91,5%	93,5%

De um modo geral, não se observaram marcadas diferenças entre crianças e adolescentes, exceto quanto à participação na escolha das ações da Tribo (93% das crianças e 78% dos adolescentes responderam que participaram). É interessante problematizar que possivelmente as crianças menores e, em parte, as de escola pública, não tenham compreendido bem as perguntas relacionadas a outros projetos, já que, a grande maioria, sentiriam falta deste projeto ou mesmo indicaria para outro familiar. Talvez tenham pensado que não fariam outro similar ou de outro tipo, pois gostariam de fazer o que estão fazendo.

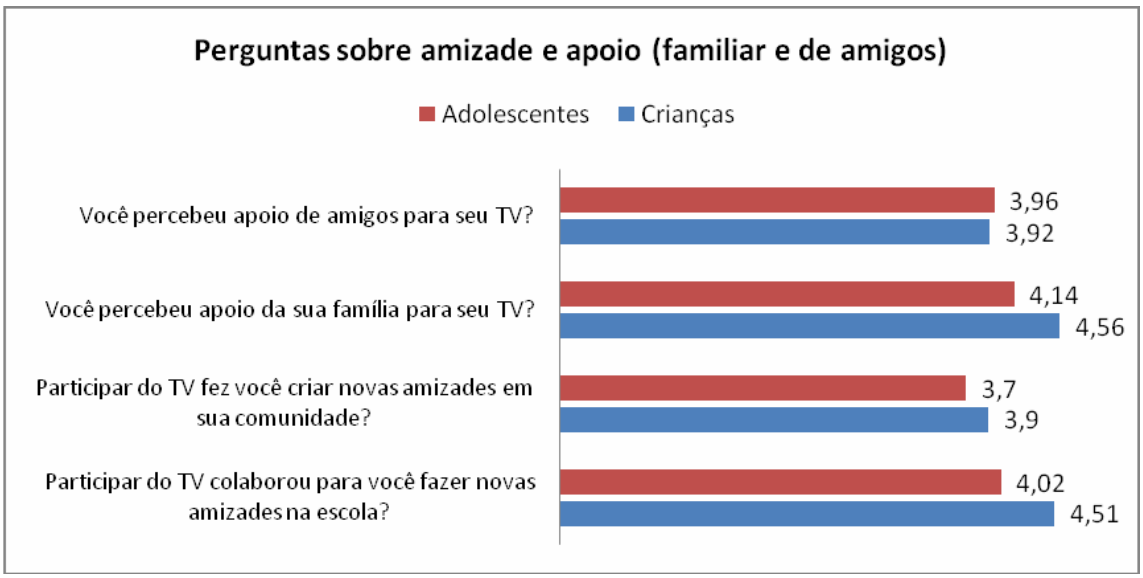
Gráfico 6: Distribuição das questões sobre trabalho voluntário entre adolescentes e crianças



As pontuações foram altas para a percepção de que aprenderam coisas novas e importantes através do voluntariado, ligeiramente maiores entre as crianças. Destaca-se que, com relação

às perguntas gerais sobre o projeto, as cidades de Dom Pedrito, Cachoeirinha, Alvorada e Itaqui receberam pontuações mais elevadas, enquanto a cidade de Porto Alegre pontuou de forma mais rebaixada.

Gráfico 7: Distribuição das questões sobre amizade e apoio entre adolescentes e crianças



As crianças pontuaram melhor do que os adolescentes na maioria das questões, destacando-se as diferenças relativas ao apoio da família para o seu trabalho voluntário e as oportunidades de fazer novas amizades na escola por meio da participação na Tribo. Sobre perguntas relacionadas à amizade e ao apoio, as cidades de Dom Pedrito e Alvorada receberam pontuações mais elevadas, enquanto a cidade de Porto Alegre pontuou de forma mais rebaixada.

Gráfico 8: Distribuição das questões sobre escola entre adolescentes e crianças

Novamente, se observam pontuações mais altas entre as crianças, em especial sobre maior responsabilidade com as atividades escolares e mais vontade de ficar na escola. Sobre perguntas relacionadas à escola, as cidades de Dom Pedrito, Alvorada e Itaqui receberam pontuações mais elevadas, enquanto a cidade de Porto Alegre pontuou de forma mais rebaixada.

Gráfico 9: Distribuição das questões sobre comunidade entre adolescentes e crianças

Os escores relativos à comunidade foram, de um modo geral, inferiores aos da percepção sobre os impactos do voluntariado na sua relação com a escola. Ressalta-se a baixa pontuação dada pelos adolescentes acerca das oportunidades para conhecer pessoas importantes na sua comunidade. Com relação às perguntas sobre o projeto relacionadas à comunidade, as cidades de Dom Pedrito, Cachoeirinha e Itaqui receberam pontuações mais elevadas, enquanto as cidades de Alvorada e Porto Alegre pontuaram de forma mais rebaixada.

Com relação a essas questões, encontrou-se diferença significativa entre escolas púbicas e privadas apenas para as seguintes questões:

Você percebe que está mais responsável com as atividades escolares?

Pública 4,24 e Privada 3,89

Participar do trabalho voluntário colaborou pra você conhecer pessoas diferentes na sua comunidade?

Pública 3,7 e Privada 4,02

O projeto voluntário fez você perceber que tem um papel importante para sua comunidade?

Pública 3,96 e Privada 4,31

Observa-se, portanto, que os alunos das escolas públicas se sentem mais responsáveis com as atividades escolares a partir da experiência na Tribo. Por outro lado, os tribeiros de escolas privadas consideram ter tido mais oportunidades para conhecer pessoas diferentes e importantes de sua comunidade.

Aos participantes, foi perguntado "Caso sua tribo não tenho conseguido concluir as suas ações, marque os motivos". As respostas mais frequentes foram:

Gráfico 10: Distribuição dos motivos para não conclusão das ações da Tribo entre adolescentes e crianças

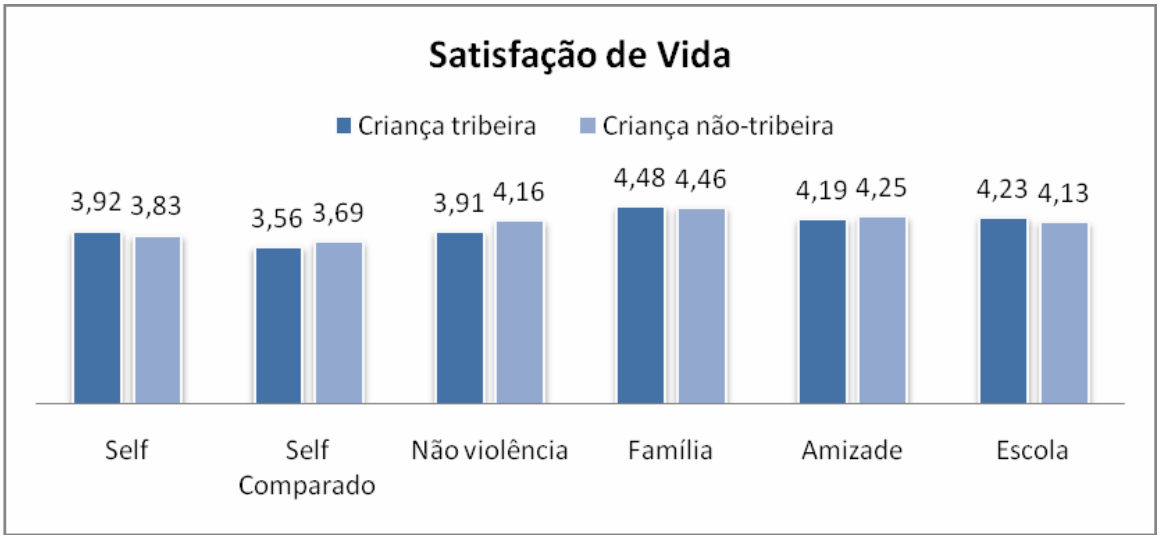
Os adolescentes atribuem a não conclusão de ações mais à falta de recursos, enquanto as crianças ressaltam as dificuldades de organização e falta de articulação/mobilização. Nesses itens, quando comparadas escolas públicas e privadas, tivemos os seguintes resultados:

Gráfico 11: Distribuição dos motivos para não conclusão das ações entre escolas privadas e públicas

Quando comparadas as escolas públicas e privadas quanto aos motivos para a não conclusão das ações, fica evidente a presença de dois distintos perfis. Nas escolas privadas, os tribeiros ressaltam dificuldades de planejamento e organização, já os alunos das escolas públicas apontam a falta de recursos como o fator de maior importância. Ainda nesse último grupo, o aspecto "falta de articulação/mobilização" também é citado com uma frequência maior quando comparado ao grupo de escolas privadas. Portanto, nos participantes de escolas privadas as questões de gerenciamento promoveram um impacto negativo em suas ações, enquanto que para os estudantes da rede pública de ensino, as questões de falta de recursos materiais e humanos, somadas a falhas de comunicação acabam por ter um peso maior para o insucesso dos projetos. Esses resultados, advindos dos dois tipos de escolas e tribeiros, enfrentam limitações distintas e, por conta disso, necessitam de ações específicas no sentido de facilitar a realização de suas ações.

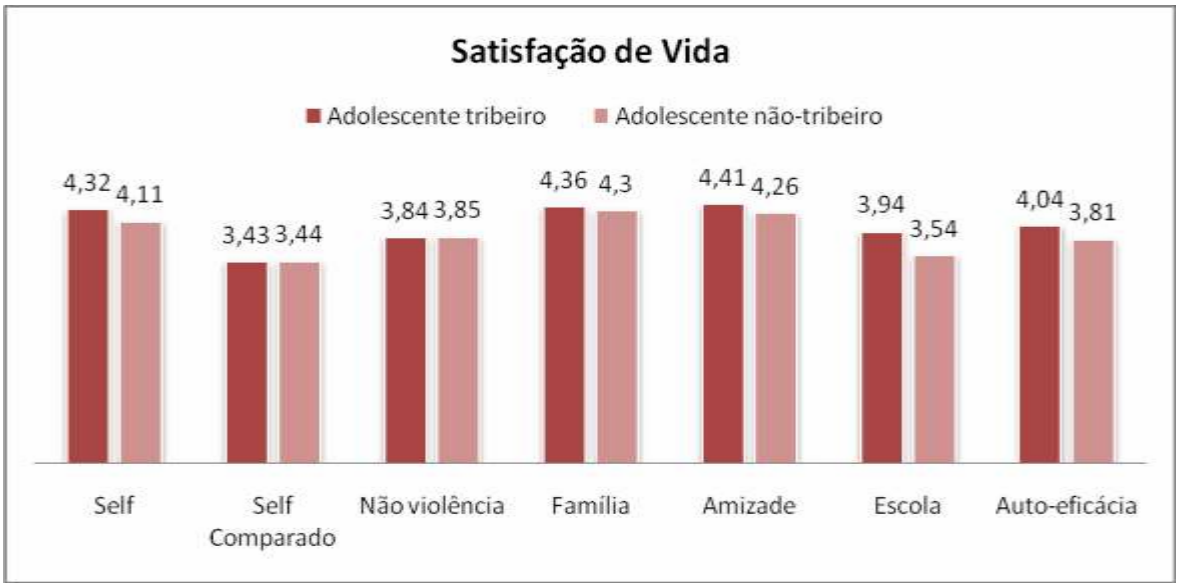
Ainda, foram realizadas comparações relacionadas com a Satisfação de Vida das crianças e adolescentes tribeiras e não tribeiras (gráficos abaixo). Com relação às crianças, diferenças significativas foram encontradas somente no fator não-violência, em favor do grupo de não-tribeiros.

Gráfico 12: Distribuição das questões sobre satisfação de vida entre crianças tribeiras e não-tribeiras



Entre as crianças não-tribeiras há maior percepção de comportamentos agressivos.

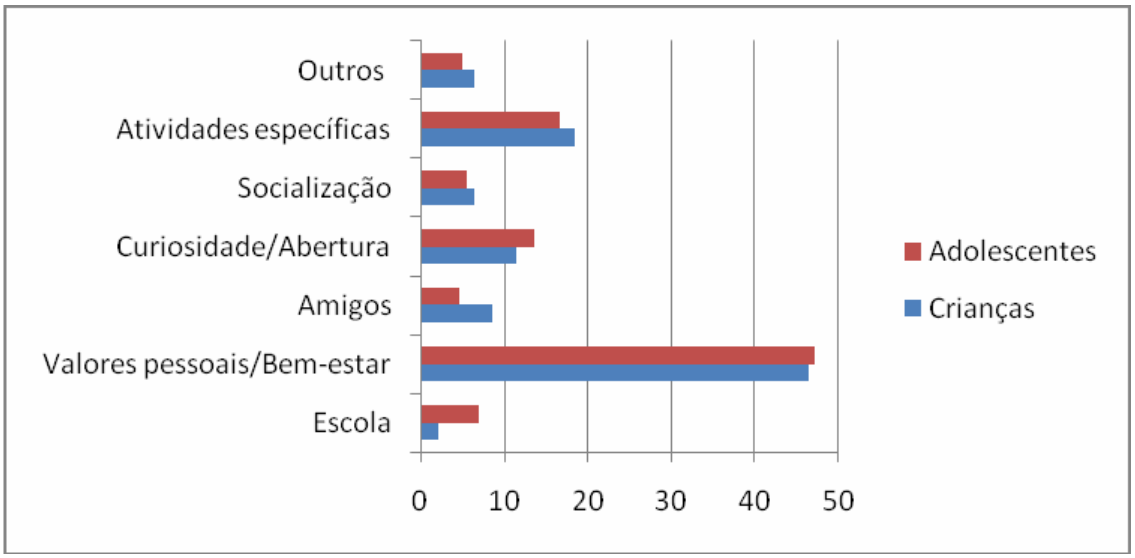
Gráfico 13: Distribuição das questões sobre satisfação de vida entre adolescentes tribeiros e não-tribeiros



Com relação aos adolescentes, diferenças significativas foram encontradas nos fatores Self, Escola, Auto eficácia e Amizade, todos em favor do grupo de tribeiros.

As respostas dos tribeiros às questões de repostas abertas foram analisadas quanto ao seu conteúdo, sendo organizadas em categorias por critérios semânticos e apresentadas em termos de frequência relativa (porcentagens). Para a questão "O que fez você participar do trabalho voluntário", as respostas se agruparam de forma a representar a influência da escola e de professores (Escola), a satisfação de valores intrínsecos e a sensação de bem-estar associada à atividade (Valores pessoais/Bem-estar), a influência ou convite de amigos (Amigos), a curiosidade e abertura as novas experiências (Curiosidade/Abertura), a expectativa de fazer novas amizades e interagir com novas pessoas (Socialização), o envolvimento em atividades específicas, como esporte, artes e informática (Atividades específicas).

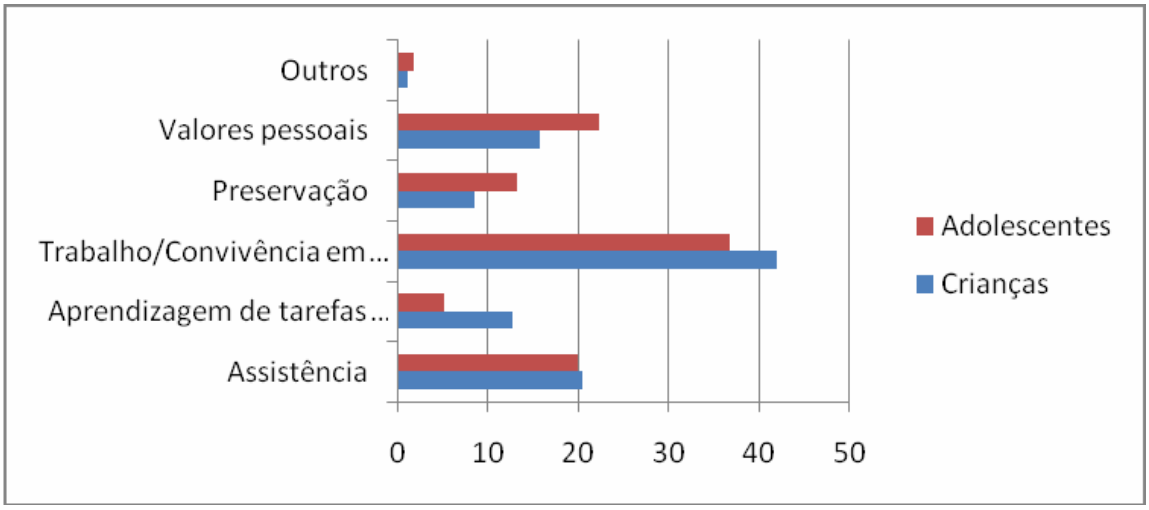
Gráfico 14: Distribuição dos motivos para participar da Tribo entre adolescentes e crianças



Os motivos mais prevalentes entre adolescentes e crianças foram relativos a valores pessoais e bem-estar, seguidos do interesse por atividades específicas, curiosidade e socialização.

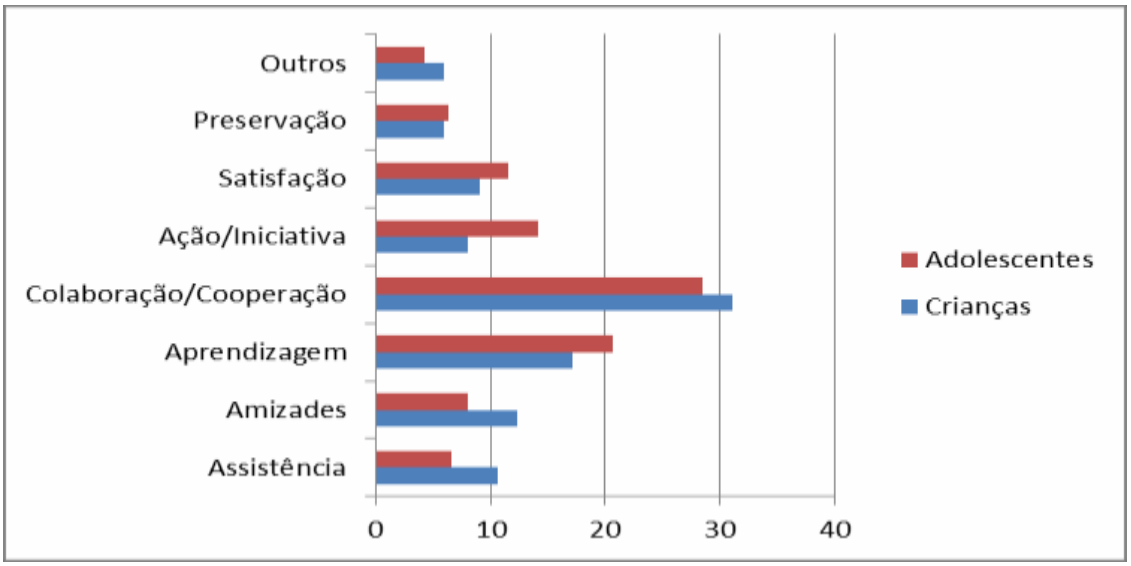
Para a questão "Cite as três coisas mais importantes que você aprendeu", as respostas foram agrupadas nas categorias referentes aos valores intrínsecos de doar-se ou ajudar (Assistência), às aprendizagens de habilidades específicas como artes, informática, etc. (Aprendizagem de tarefas específicas), ao desejo de participar de grupos e integrar-se em sua comunidade (Convivência em grupo), à manutenção e preservação de espaços de convivência e do meio ambiente (Preservação), à satisfação de valores pessoais como caridade, solidariedade etc. (Valores pessoais).

Gráfico 15: Distribuição das coisas mais importantes que aprendeu entre adolescentes e crianças



O aspecto referido como aprendizado mais importante com o voluntariado foi a convivência, em adolescentes e crianças. A seguir, destacam a assistência e os valores pessoais.

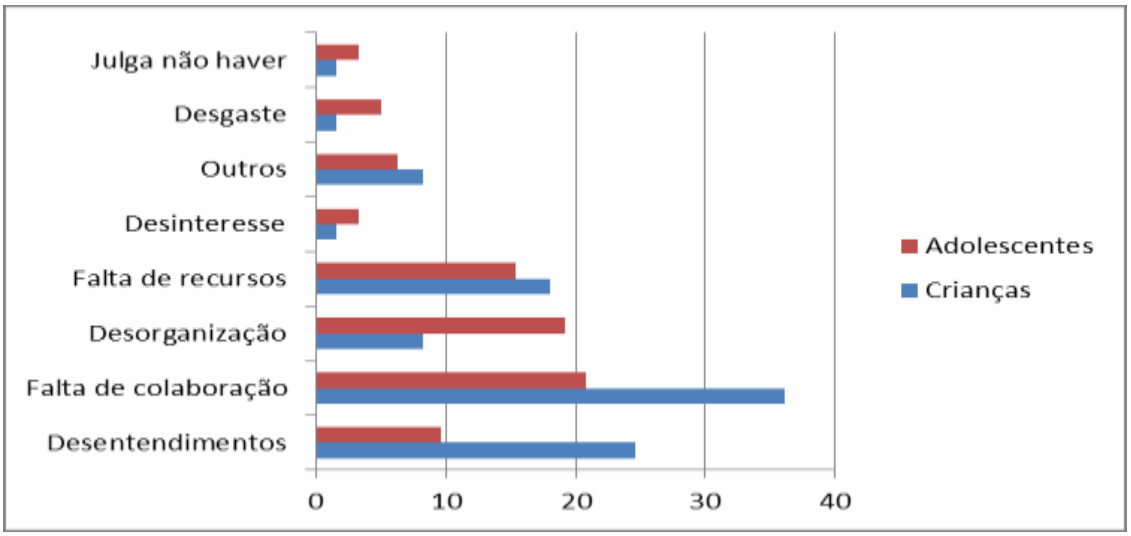
Gráfico 16: Distribuição dos pontos positivos do Programa entre adolescentes e crianças



Em relação à questão "Cite os três principais pontos positivos", os tribeiros deram respostas semelhantes às anteriores, ou seja, com predomínio de itens relativos à colaboração/cooperação, agregando as aprendizagens significativas para áreas importantes de sua vida (Aprendizagem), à valorização das novas amizades construídas (Amizades), ao desenvolvimento de habilidades relacionadas à iniciativa e ação para atingir objetivos (Ação/Iniciativa) e à satisfação de valores pessoais (Satisfação).

Em uma diferente perspectiva, os tribeiros foram questionados sobre os pontos negativos de sua experiência ("Cite os três principais pontos negativos").

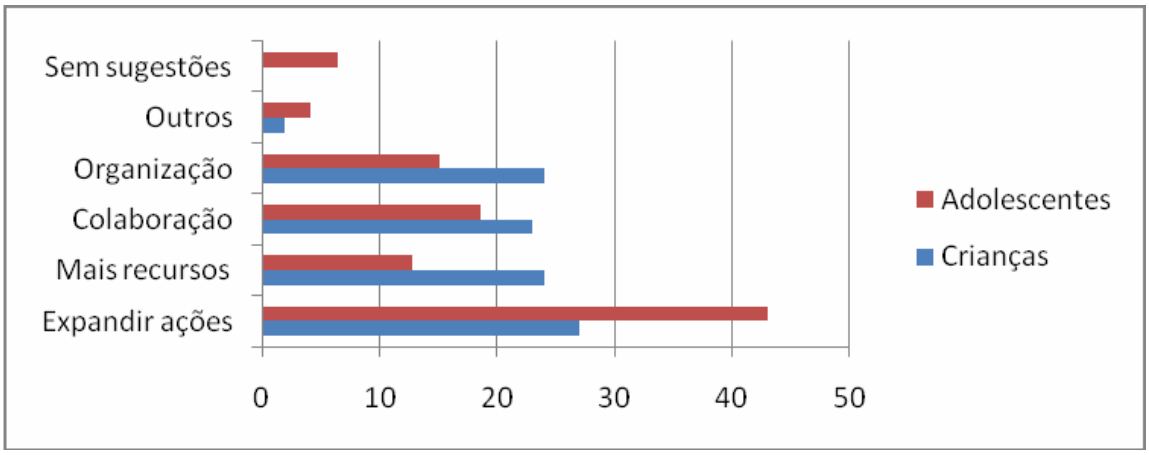
Gráfico 17: Distribuição dos pontos negativos do Programa entre adolescentes e crianças



Na avaliação dos pontos negativos surgiram conteúdos relacionados às brigas, discussões e outros problemas de relacionamentos (Desentendimentos) e à falta de colaboração de colegas ou outros membros da equipe (Falta de colaboração). Ressalte-se que esses itens tiveram maior prevalência entre as crianças. Já entre os adolescentes predominou à falta de organização e planejamento das ações (Desorganização). Contudo, os aspectos relativos ao desinteresse e ao desgaste foram pouco mencionados.

Por fim, os tribeiros foram convidados a sugerir mudanças que julgassem importantes em sua experiência com a tribo ("Quais mudanças você sugere para o trabalho voluntário"). Suas respostas podem ser sumarizadas em quatro grandes categorias: a expansão das ações em outros contextos e objetivos (Expandir ações), a necessidade de mais recursos materiais, de pessoal e de apoio, como divulgação, (Mais recursos), a conscientização dos participantes sobre a colaboração e responsabilidade para com as ações do grupo (Colaboração) e um maior esforço no sentido de organizar melhor as ações do grupo (Organização).

Gráfico 18: Distribuição de sugestões para o Programa entre adolescentes e crianças



A sugestão mais apontada entre adolescentes e crianças (com maior número entre os primeiros) foi a expansão de ações. A seguir, temos os itens de organização, colaboração e recursos, sendo que esses aspectos foram mais sugeridos pelas crianças.

Em uma última análise sobre os participantes, foi investigado o perfil dos tribeiros que há mais tempo estavam engajados no trabalho voluntário, sendo posteriormente comparados com os tribeiros iniciantes. Desta forma, a amostra de tribeiros foi dividida em dois grupos: aqueles com menos de dois anos (313 alunos, perfazendo 73,8%) e com dois anos ou mais de participação (111 tribeiros, totalizando 26,2%). As características principais deste grupo são apresentadas na Tabela 5.

Tabela 5. Perfil dos tribeiros com dois ou mais anos de trabalho voluntário

Características	Distribuição
Sexo	Feminino = 73 (65,8%) Masculino = 38 (34,2%)
Idade	Tribeiro com 12 anos ou menos = 15 (13,5%) Tribeiro com 13 anos ou mais = 96 (86,5%) Média = 13,24 (1,14)
Série	5º ano = 2 (1,9%) 6º ano = 5 (4,7%) 7º ano = 46 (43,4%) 8º ano = 42 (39,6%) 9º ano = 4 (3,8%) 1º ensino médio = 4 (3,8%) 2º ensino médio = 2 (1,9%) 3º ensino médio = 1 (0,9%)
Cidade	Nova Prata = 20 (18%) Canoas = 19 (17,1%) Porto Alegre = 17 (15,3%) Dom Pedrito = 16 (14,4%) Sapucaia do Sul = 15 (13,5%) Canela = 12 (10,8%) Alvorada = 3 (1,7%) Charqueadas = 3 (2,7%) Bagé = 2 (1,8%) Cachoeirinha = 2 (1,8%) Itaqui = 2 (1,8%)

Em relação às questões sobre o trabalho voluntário, o grupo de tribeiros que participa há dois anos ou mais dos projetos relatam níveis mais altos nos indicadores em que se avaliou se "Participa na escolha das ações da sua trilha" (83%), "O PV fez você perceber que tem um papel importante para sua comunidade" (média = 4,38, desvio-padrão = 0,94) e o "Desejo de continuar seu trabalho voluntário" (100%), em comparação com os tribeiros iniciantes. Nas variáveis sobre o bem-estar, não foram observadas diferenças significativas entre os dois grupos.

4.3 Indicativos sobre os impactos do Programa:

Considerando o conjunto dos resultados obtidos através dos instrumentos de pesquisa, foi possível delinear algumas impressões gerais sobre o impacto dessa tecnologia social:

i. *Os dados pesquisados apontam a forte permanência dos tribeiros nos projetos*.

Em média, as crianças tribeiras participam há 14,1 meses e os adolescentes há 12,5 meses, destacando-se que ¼ do total de alunos pesquisados está no projeto há mais de dois anos. Esse número variou de 1 a 72 meses no total de instituições pesquisadas. Os tribeiros com mais tempo de envolvimento com o voluntariado (dois anos ou mais), em geral são meninas, com 13 ou mais anos de idade, estão entre o 7º e 8º anos do ensino fundamental, e são provenientes das regiões metropolitanas do estado. Verificou-se ainda que os tribeiros com maior tempo de permanência nos projetos pontuam melhor sua participação e a importância de seu papel na comunidade, além de indicarem desejo de continuidade no trabalho voluntário.

ii. *Foram identificadas pontuações altas para a percepção positiva dos tribeiros sobre resultados do Programa em sua vida*

Os tribeiros percebem (numa escala de 1 a 5) que aprenderam coisas importantes (4,4) e novas (4,4); fizeram novas amizades (4,3) e tiveram maior participação na escola (4,2); bem como se sentiram mais responsáveis com as atividades escolares (4,3). Escores um pouco menores foram verificados sobre aumento da vontade de ficar na escola (4,0) ou da satisfação com as aulas (3,7), bem como sobre o aumento de conhecimento acerca de sua comunidade (4,0).

iii. *Existem diferenças significativas entre tribeiros e não-tribeiros nas escolas, apontando possíveis vantagens ao desenvolvimento e proteção dos alunos voluntários.*

Quando comparados às crianças e aos adolescentes não-tribeiros, os tribeiros apresentam uma menor frequência de comportamentos agressivos, uma maior satisfação com suas características e sua habilidade em realizar metas e valores, um maior envolvimento e satisfação com a escola e percebem suas amizades como mais acolhedoras e confiáveis.

iv. *Comparativamente com as escolas privadas, nas escolas públicas os tribeiros perceberam menos que o projeto oportunizou o conhecimento de pessoas importantes da comunidade ou diferentes.*

Segundo os tribeiros, o projeto que eles desenvolveram teve poucos impactos na comunidade em razão das ações ficarem restritas ao ambiente escolar. Isso pode sugerir uma tendência à entropia da Tribo, reforçando nos habitantes das periferias os sentimentos de exclusão, isolamento social e invisibilidade a que estão sujeitos na pólis. Dessa forma, o projeto perde oportunidades de se afirmar como "janela para o mundo".

v. *As famílias dos tribeiros destacam mudanças positivas na atitude dos filhos/alunos.*

Os familiares referem maior responsabilidade com atividades escolares, melhor uso do tempo, mais desinibição e maior conhecimento "de outras realidades". Em famílias com filhos em escolas privadas, foi valorizada ainda a qualificação do voluntariado para o currículo profissional, enquanto que no universo das escolas públicas, foram destacadas as trocas inter-geracionais.

vi. *O ponto percebido como mais positivo pelos tribeiros se relaciona ao trabalho em equipe e cooperação*.

O trabalho colaborativo foi o ponto positivo mais pontuado pelos tribeiros, antecedendo os itens relativos à aprendizagem de novas informações e habilidades e a sua possibilidade de intervir na comunidade. Tal resultado se reproduz quando os tribeiros referem que a convivência em grupo foi o que mais aprenderam com o voluntariado. Ou seja, as oportunidades de socialização parecem ser os agenciamentos mais efetivos para o voluntariado infanto-juvenil. De certo modo, esses resultados contrastam com o trabalho voluntário adulto, onde são ressaltadas as possibilidades de sentir-se útil, estar mais próximo dos problemas sociais e ter a gratificação das pessoas atendidas.

vii. *A escola é o principal elo entre os tribeiros e seus projetos voluntários*.

O apoio da escola e dos professores foi o mais pontuado (4,4) pelos integrantes das Tribos (seguido do apoio das famílias e dos amigos, respectivamente 4,3 e 4,0). Cerca de 90% dos alunos envolvidos no Programa souberam dessa iniciativa através da escola e apenas 1% por meio de divulgação. Esses resultados reforçam o papel da escola no desempenho do Programa.

viii. *A escola não incorporou o tema do voluntariado em seu projeto político-pedagógico, com raras exceções.*

Apesar do mérito do Programa em situar o voluntariado na educação formal, ele ainda se encontra, na maioria das vezes, à margem do sistema educativo. Sua relação intrínseca com as diretrizes curriculares sobre transversalidades na LDB e um tempo longo de implementação do voluntariado em algumas escolas, não têm concorrido para sua oficialização na grade curricular, exigindo acordos pontuais para sua execução.

Em síntese, respondendo às questões formuladas no TR acerca dos impactos do Programa, a pesquisa sinaliza que:

a) a experiência de voluntariado nas Tribos aumenta os conhecimentos do aluno sobre sua comunidade, muito embora sua participação seja mais pontual e circunscrita ao âmbito territorial;

b) os tribeiros com maior tempo de permanência no Programa tem maior percepção de que seu papel na comunidade é importante;

c) há maior envolvimento do aluno e satisfação com a escola, favorecendo novas amizades, mais desinibição, maior autoconfiança, mais responsabilidade com atividades escolares, melhor uso do tempo e desenvolvimento de habilidades em realizar metas;

d) por limitações metodológicas, não foi possível mensurar se o Programa contribui para a permanência do aluno na escola, gerando impacto na evasão escolar;

e) o Programa implementado na escola não foi plenamente incorporado no seu Projeto Político-Pedagógico, muito embora reconhecido pelo corpo docente e diretivo como plenamente afinado com as diretrizes curriculares da LDB;

f) o Programa gera impacto nas relações da comunidade escolar com engajamento de mais professores, especialmente quando os projetos têm o apoio da direção e são implementados de forma continuada;

g) os professores participantes do Programa melhoram suas práticas educacionais de participação, mas ainda tendem a centralizar a tomada de decisão;

h) por limitações metodológicas, não foi possível mensurar se o Programa gera efeitos positivos para a redução dos níveis de violência juvenil onde é implementado, muito embora tenha se verificado que os tribeiros apresentam diferenças significativas quanto a menor frequência de comportamentos agressivos em comparação com os não-tribeiros, ao mesmo tempo em que percebem suas amizades como mais acolhedoras e confiáveis.

5 Análise das estratégias de gestão do Programa:

5.1 Avaliação e Monitoramento:

O crescimento do Programa, ao longo dos anos, exigiu mudanças em sua gestão, especialmente quanto à descentralização. Além da organização de fóruns regionais ao invés de um evento anual de abrangência estadual, a ONG propôs a integração de áreas da organização em torno do Programa.

De um lado, houve o aproveitamento da regionalização da ONG com suas Unidades no interior do estado. Trata-se de uma rede com grande capilaridade, composta por 51 Unidades em 48 cidades. Muitas Unidades nos municípios têm sido sensibilizadas para a mobilização local e apoio logístico aos projetos, com destacado desempenho nessas funções em algumas cidades, mas em outros locais apresentam baixo envolvimento e até desinformação acerca do Programa e concepções distintas sobre o voluntariado e as Tribos. Como não realizam acompanhamento sistemático dos projetos, geralmente as Unidades desconhecem a avaliação de seus resultados, muito embora, em alguns casos, a aproximação estabelecida atraia ex-tribeiros como voluntários da Unidade depois de saída da Tribo.

As Unidades referem boa relação com a ONG e sensibilidade para o Programa, mas se ressentem de falta de material de suporte. Buscam parcerias, principalmente no setor empresarial. Todavia, como o seu foco não é o desenvolvimento de competências pedagógicas, os projetos locais se ressentem da falta de retaguarda técnica e processual, especialmente porque a amplitude do Programa e a redução da equipe central não permitem, hoje, cobrir tais necessidades.

Outra medida para a descentralização do Programa foi a sua articulação a outras iniciativas da PV, como no caso da equipe que acompanha a rede de Unidades e das áreas de Tecnologia da Informação (para melhoria dos registros administrativos) e de Comunicação (para remodelagem visual do Programa na internet).

Quanto ao planejamento do Programa pela PV, observa-se que é de curto prazo (anual) com definição de metas nem sempre apoiadas na capacidade operacional, gerando esforços adicionais e algum desgaste para o enfrentamento de algumas situações.

Por outro lado, o Programa carece de mecanismos de monitoramento, tanto quantitativo quanto qualitativo. A base de dados sobre o Programa não está suficientemente estruturada, gerando equívocos na produção de informações básicas, tais como número de escolas e de tribeiros. Em certa medida, os relatórios gerenciais contabilizam ações. Ainda se observa uma subutilização dos Diários como instrumento de avaliação, que deixaram de ser exigência para as Tribos. Atualmente, nos projetos locais, o registro é basicamente visual, sendo iniciativa predominante do orientador e não dos tribeiros. Destaca-se, contudo, a importante iniciativa da ONG em editar uma publicação recente com o registro histórico do percurso de uma década do Programa.

Por último, destaca-se que, a par de suas dificuldades operacionais, é inequívoca a implicação das equipes da ONG envolvidas nesse Programa para a melhoria dos seus processos de trabalho, introduzindo várias mudanças na edição de 2014. A capacitação dos professores orientadores e dos tribeiros líderes foi projetada para enfatizar mais a necessidade do Plano de Ação, suas formas de acompanhamento e registro. Além disso, a ONG constituiu o "Conselho Comunitário Tribos", através da mobilização de adolescentes e jovens das regiões Metropolitana e Vale dos Sinos, com o objetivo de ampliar a sua participação no Programas, assim como dar maior visibilidade para a ação dos tribeiros, em especial por meio das mídias sociais.

5.2 Custos:

Do ponto de vista financeiro, identificou-se que há três tipos de custos do Programa. O primeiro se refere ao funcionamento central do Programa, que é a remuneração da coordenação do projeto, a contratação dos consultores, as capacitações e os deslocamentos da equipe técnica em diferentes escolas e municípios. O segundo diz respeito aos custos geridos pelas Unidades da ONG nos municípios, envolvendo contratação de transporte para os tribeiros em uma ação específica, a confecção de camisetas do projeto, ou seja, valores ou bens e serviços necessários para realização de determinadas ações das Tribos. O terceiro tipo de custos envolve os valores ou bens e serviços disponibilizados pela PV para a realização do Programa, constituindo a contrapartida da instituição, tais como o pagamento dos salários da equipe técnica da ONG que presta serviços para o Programa, o parque tecnológico à disposição do projeto (tais como computadores e impressoras multifuncionais), o espaço para funcionamento do projeto e para as capacitações, etc.

No que concerne ao funcionamento central do programa, percebe-se uma contabilidade organizada e o seu aperfeiçoamento durante o passar dos anos. Verifica-se um planejamento dos custos, com definição de objetivos e metas e a divisão dos valores em diversas rubricas. Além disso, o valor que é destinado (captado) para o projeto não se confunde com os demais recursos da Organização. Assim, é possível mensurar de forma consistente valores que são gastos com o projeto.

Cumpre frisar a realização de um acompanhamento sistemático da equipe financeira da ONG em conjunto com a coordenadora do programa dos valores dispendidos e tarefas pendentes

para que se possa acompanhar a evolução do planejamento e, caso necessário, tomar decisões acerca dos rumos do programa que sejam financeiramente factíveis. Assim, percebe-se que há uma gestão de custos adequada às necessidades gerenciais da Instituição. Esse modelo de gestão permite uma maior segurança no processo de tomada de decisões.

Ademais, verificou-se que há um planejamento anual por parte da coordenação do Programa em que há a definição de metas para o período e são considerados os riscos que podem inviabilizar o atingimento das metas estabelecidas. Não obstante, caso seja necessária a readequação de valores que por ventura possam ter sido subestimados ou metas superestimadas, a previsão de cortes se dá nas ações de capacitação, o que se entende temerário, pois coloca em risco a execução do Programa segundo sua metodologia, uma vez que a sua certificação como Tecnologia Social pela Fundação Banco do Brasil incluiu cursos para lideranças juvenis e educadores.

Outro importante ponto a observar se refere à captação de recursos, seja em espécie ou bens e serviços, realizada pelas Unidades da Parceiros Voluntários nos Municípios. Verifica-se que há uma autonomia da Unidade sem que haja maior ingerência e acompanhamento por parte da coordenação do Programa. Nesse ponto, seria importante que houvesse uma maior proximidade da coordenação do programa e a unidade no sentido de acompanhar as atividades que impactam (positiva e negativamente) na execução, como forma de permitir que a Unidade possa efetivamente dar suporte as ações locais.

Ressalve-se que não foi possível quantificar por meio das entrevistas qual o período de tempo que a equipe fixa da ONG se dedica ao Programa. Diante disso, sugere-se que a Instituição mapeie qual o percentual de dedicação de todos os que se envolvem diretamente e de forma fixa na execução das ações, bem como o custo e periodicidade da atualização do parque tecnológico utilizado e demais custos referentes ao Programa.

Nesse sentido, impõe-se a necessidade da Instituição em quantificar o aporte financeiro realizado por ela que não faz parte dos valores captados para o Programa, que são, por exemplo, as horas de trabalho do seu corpo técnico fixo (a exceção da coordenadora do projeto que está prevista na captação do Programa), o desgaste do parque tecnológico da ONG, o custo dos espaços disponibilizados para as captações, insumos que não estão previstos na captação e são gastos da ONG. Tais valores compõem os custos do Programa e ainda não foi realizado um levantamento para verificar qual é esse montante.

Considera-se que esta informação é ferramenta importante para a captação de recursos junto a financiadores, públicos ou privados, para que tenham conhecimento da parcela que é envolvida pela Instituição ou por outros parceiros, bem como a ONG possa determinar uma contrapartida condizente com sua realidade econômica.

É mister referir a respeito da captação de recursos para consecução do programa. Observa-se que a prospecção de recursos é realizada levando-se em consideração o período de funcionamento de três anos, o que é benéfico, permitindo um tempo maior de realização do programa, bem como a possibilidade demonstração de resultados parciais ao patrocinador e ampliação da possibilidade de participação dele, caso queira.

6 Recomendações:

6.1 Revitalização da metodologia:

Sugere-se que a metodologia seja revisada, de forma participativa, com envolvimento de professores orientadores e tribeiros, a partir de alguns sinalizadores da pesquisa:

i. Adequação às novas realidades.

Ressaltam-se alguns dados levantados nesse estudo e que demonstram tal demanda: 39% dos tribeiros têm menos de 12 anos, 13% das escolas são de educação infantil, mais de 80% dos tribeiros adolescentes se encontram nas 7ªs e 8ªs séries, mais de 2/3 dos tribeiros são meninas.

A emergência desses novos cenários e demandas reforçam a necessidade de: (a) atualização de conceitos; (b) maior uso das manifestações culturais como matérias de expressão dos tribeiros, inovando formas tradicionais de ação coletiva; (c) adequação das linguagens à diversidade etária (crianças e adolescentes) na composição das Tribos no Ensino Fundamental; (d) formato específico para escolas de Educação Infantil; (e) remodelagem para Tribos nas instituições não-escolares; (f) inclusão de ações de mobilização e acompanhamento das famílias de tribeiros, entre outros aspectos.

ii. Focalização no desenvolvimento de competências.

Considerando o voluntariado infanto-juvenil prioritariamente como uma ação educativa, cabe centrar a metodologia do Programa no fortalecimento das competências de crianças e adolescentes e de acordo com sua faixa etária, em especial para o desenvolvimento de valores. Ao demarcar a diferença entre trabalho voluntário adulto e aquele voluntariado direcionado para a infância e adolescência poder-se-ia, inclusive, denominá-lo de "voluntariado educativo", uma vez que o exercício de cidadania de crianças e adolescentes está menos alicerçado em uma orientação de conduta já dada do que pelo aprendizado por meio da reflexão sobre critérios, valores e posições, predominantemente facilitada pelo acesso a conteúdos e atitudes exemplares em que a retórica se funde com prática.

Estudos sintetizados em Souza (2008) apontam algumas competências relacionadas ao "voluntariado educativo": julgamento ético, senso de pertencimento a uma coletividade, convivência no espaço público, habilidade de comunicação, habilidade de negociação de ideias e interesses, criatividade, disposição para o risco, gestão pacífica de conflitos. Basicamente envolvem o aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser, cujo processo deve ser entendido como "educação ao longo da vida", para o qual não há fronteiras institucionais e temporais, uma vez que deve ocorrer em todos os momentos e em todos os lugares. Além disso, o termo "desenvolvimento de competências" já declara o pressuposto de que elas não são adquiridas ou inatas enquanto talentos ou aptidões individuais e naturais.

iii. Acentuação para os processos de participação.

É pertinente lembrar que alguns estudos apontam que os desenhos de programas direcionados às novas gerações nem sempre surtem os resultados esperados, na medida em que frustram a sua expectativa em sentir-se sujeitos da experiência ou quando não contam com a colaboração institucional para que disponham do capital cultural necessário para as práticas decorrentes dos projetos. Os resultados da pesquisa apontam na mesma direção, e

evidenciam que quanto maior a garantia de participação na Tribo, melhor será o processo, com melhores resultados para as pessoas e para a comunidade. Portanto, é preciso que a participação no exercício do voluntariado seja significativa para os tribeiros, ou seja, faça sentido para as crianças e adolescentes, mostrando qual a relação com os seus interesses e condições de vida. Por isso, é totalmente questionável o envolvimento utilitarista de crianças e adolescentes como "figurantes" de processos promovidos por adultos, nos quais as crianças e adolescentes se veem envolvidos em ações sem sentido para eles.

iv. Constituição de novas formas de acompanhamento pedagógico.

Sugere-se o planejamento de estratégias diferenciadas de acompanhamento para as novas Tribos e para as instituições "veteranas", superando a ideia de que "a metodologia caminha sozinha". O possível estabelecimento de parcerias com as secretarias municipais de educação, no caso da rede escolar pública, poderia contar com o acompanhamento nas escolas pela equipe técnica desse órgão, como contrapartida. Propõe-se, ainda, a formação continuada dos professores, a fim de superar a elaboração experiencial do conhecimento, isto é, das práticas construídas basicamente por ensaio e erro. Esse processo poderia ser realizado a partir de modalidades EAD, incluindo investimentos na produção e socialização de textos-base e materiais de suporte.

v. Maior uso das redes sociais para comunicação na lógica todos<->todos.

Considerando a atração que as novas tecnologias de comunicação exercem sobre as novas gerações e a sua familiaridade com as redes sociais, é importante fazer uso dessas ferramentas, tais como blog, facebook, twitter, whatsapp etc., com finalidades de mobilização, registro e compartilhamento. Salientam-se as suas vantagens enquanto modelo acentrado de comunicação, de longo alcance, com imediata ressonância, efeito disseminador e baixo custo.

vi. Maiores investimentos na identidade visual do Programa.

Trata-se menos de uma estratégia de marketing institucional, voltada para o público externo e mais para os próprios tribeiros, na medida em que busca incidir para um maior sentido de pertencimento ao Programa. No caso das camisetas, por exemplo, observou-se que se constituem em objetos de desejo para os tribeiros, servindo para minimizar as situações de desigualdades percebidas entre eles, devido a diferenças de classes sociais, gênero, raça, faixas etárias ou interior e capital do estado.

vii. Revisão do formato e abrangência dos Fóruns Tribais.

Recomenda-se que os Fóruns sejam planejados com maior cuidado metodológico, favorecendo a comunicação entre pares e o intercâmbio Interprofissional (no caso dos orientadores). Atualmente, os Fóruns se caracterizam mais como evento cultural, com apresentações "em palco", gerando certa hierarquização entre os grupos pelo uso diferenciado de aparatos mediáticos ou recursos artísticos.

6.2 Revisão dos procedimentos de gestão:

Operando com o modelo associativista e de responsabilidade social e individual, a ONG trouxe ao Programa as vantagens do desenvolvimento de tecnologias sociais, a experiência de mobilização de recursos e a atuação em rede. Todavia, o Programa demandou à entidade uma série de exigências, como a construção de novas ferramentas de gestão ágeis e organizadas,

uma vez que os projetos locais operam de forma descentralizada em diversificados contextos geopolíticos e em diferentes instituições grupos etários.

Considerando o Programa como uma inovação social, cuja implementação implica em um processo que precisa ser gerido, sustentado e retroalimentado, sugere-se a revisão dos processos de trabalho na gestão do Programa, focalizando:

i. Estabelecimento de novos critérios para inscrições ao Programa.

Para garantir maior institucionalidade e sustentabilidade aos projetos locais, recomenda-se estabelecer critérios para inscrições ao Programa, ao invés de um processo aberto. Alguns cenários poderiam ser pré-condições: existência de Unidade da PV no município, focalização na rede escolar e, no caso de escolas públicas, a adesão da secretaria municipal de educação.

ii. Redimensionamento da escala anual do Programa e estabelecimento de parcerias estratégicas.

Faz-se necessário um plano de implementação do Programa em médio prazo com mapa de necessidades definido, prevendo os recursos necessários, a fim de servir como orientador para o estabelecimento de parcerias estratégicas.

iii. Maior envolvimento das Unidades.

Para melhor compreensão do Programa, é pertinente prever a capacitação das equipes das Unidades com sua mobilização para a inscrição das instituições, estabelecimento de parcerias e captação de recursos, inclusive para incidência à destinação de recursos aos projetos pelos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

iv. Maior articulação da ONG com setores e projetos relacionados ao segmento infanto-juvenil.

Considerando a relação direta do Programa com a promoção dos direitos de crianças e adolescentes, sugere-se a aproximação de instâncias da rede de promoção dos direitos de crianças e adolescentes, promovendo a inscrição do Programa em Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, a participação da PV no Fórum de Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), a participação institucional e das Tribos nas Conferências- Crianças e Adolescentes, Juventude, Educação entre outras iniciativas.

v. *Diversificação no processo de captação de recursos.*

Verifica-se que os patrocinadores do programa são eminentemente empresas. Uma possibilidade para ampliar a fonte de financiamento, é buscar recursos públicos. Nesse sentido, importante observar que o programa está em conformidade com o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, aprovado em abril de 2011 pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda, em especial no que concerne o seu eixo 3 que trata do protagonismo e participação de crianças e adolescentes, bem como com o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 – PNH 3, em especial a Diretriz 8.

Dessa forma, o Programa tem grandes chances de encontrar financiamento junto ao Poder Executivo nas pastas que tratam dos Direitos de Crianças e Adolescentes, bem como nos Fundos para Infância e Adolescência. Assim, reitera-se a recomendação para que a instituição procure participar dos Conselhos de Direitos Municipais, Estadual e Nacional para que possa disseminar a sua experiência com outras organizações defensoras dos direitos de crianças e adolescentes e com o Poder Público.

Além disso, considerando que o programa quase na sua totalidade ocorre dentro das Escolas, é importante que a ONG Parceiros Voluntários tenha conhecimento das ações do Ministério da Educação - MEC, além das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, nas áreas de atuação do programa como direitos humanos e sustentabilidade socioambiental. Nessa esteira, sugerimos que a instituição conheça os programas e ações da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI do MEC, bem como áreas correlatas de atuação das Secretarias de Educação locais.

Em especial, sugere-se o estudo de compatibilidade do Programa com as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei Federal 1303/2014. A escola em tempo integral é uma das 20 metas a serem cumpridas nos próximos dez anos. Pelo menos, 25% dos alunos da educação básica terão de passar pelo menos sete horas por dia em atividades escolares. Levando em consideração os números de hoje, isso significaria oferecer a modalidade em mais de 75 mil escolas, abrangendo 10 milhões de alunos. No Rio Grande do Sul, onde funcionam 7,5 mil escolas públicas, o PNE é reforçado por uma lei em vigor desde janeiro do corrente ano, que determinou a oferta de educação integral em 50% dos estabelecimentos estaduais de Ensino Fundamental, no prazo de 10 anos. A Secretaria Estadual da Educação (SEC) começou a implantação em 51 escolas em 38 municípios.

Nesse caso, considera-se que o Programa vem se constituir em uma das alternativas para a rede pública implementar essa meta do PNE, uma vez que tem uma metodologia já desenvolvida e uma trajetória de implementação nos últimos dez anos, inclusive com parcerias na rede estadual e municipal.

vi. *Revisão dos sistemas de registro*.

A criação e informatização de bases de dados padronizados, confiáveis e acessíveis devem se constituir em prioridade para o Programa, principalmente no que se refere a inscrições, processos de acompanhamento e avaliação.

vii. *Adoção de uso de indicadores para a avaliação dos impactos do Programa e de sua gestão.*

Para avaliação dos impactos do Programa, sugere-se o desenvolvimento de uma escala de avaliação específica e sua aplicação junto aos tribeiros na modalidade “antes e depois”. Tal ação poderia ser empreendida em parceria com algum núcleo acadêmico de pesquisa, a exemplo do Grupo de Estudo, Aplicação e Pesquisa em Avaliação Psicológica – GEAPAP, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e que participou, de forma associada, nessa pesquisa. O ponto de partida poderia ser os instrumentos utilizados na atual avaliação (Escala Multidimensional de Satisfação de Vida de Crianças e Escala Multidimensional de Satisfação de Vida de Adolescentes) ou similar. Também poderiam ser utilizados indicadores relativos ao percurso de aprendizagem, especialmente quanto à progressão, frequência, evasão e conclusão, o que demandaria negociação para acesso a informações da rede de ensino, de forma individualizada para conhecimento da trajetória particular dos tribeiros e possível comparabilidade com não-tribeiros.

E, para avaliação dos procedimentos de gestão, recomenda-se a estruturação de um sistema de indicadores que, além de específicos, sensíveis e periódicos, permitam monitorar a implementação do programa na lógica insumo-processo-resultado-impacto. Na sequência, são

sugeridos alguns desses indicadores. É possível que para a sua implementação, será necessária a adaptação/ampliação de bases de dados. De qualquer forma, é importante constituir o chamado "marco zero", que permita a comparabilidade futura.

Como sugestão, o quadro abaixo sinaliza uma temporalidade para incorporação das recomendações, segundo o seu grau de emergência (imediata, curto e médio prazo):

Ações	Imediata	Curto Prazo	Médio Prazo
Revitalização da Metodologia			
Adequação às novas realidades		X	
Focalização no desenvolvimento de competências		X	
Acentuação para os processos de participação	X		
Constituição de novas formas de acompanhamento pedagógico	X		
Maior uso das redes sociais			X
Maiores investimentos na identidade visual do Programa			X
Revisão do formato e abrangência dos Fóruns Tribais		X	
Revisão dos procedimentos de gestão			
Estabelecimento de novos critérios para inscrições	X		
Redimensionamento da escala anual do Programa e estabelecimento de parcerias estratégicas		X	
Maior envolvimento das Unidades		X	
Maior articulação da ONG com setores e projetos relacionados ao segmento infanto-juvenil			X
Diversificação no processo de captação de recursos			X
Revisão dos sistemas de registro	X		
Adoção do uso de indicadores de avaliação dos impactos do Programa e de sua gestão		X	

6.3 Indicadores para a avaliação da gestão do Programa:

No quadro abaixo, são sinalizados indicadores que poderiam ser usados para avaliação da gestão do Programa. Levando em conta os argumentos e definições trazidos anteriormente (item 4. na p.4), focalizamos aqui a avaliação de processo, que busca mensurar o esforço operacional de alocação de recursos humanos, físicos ou financeiros (insumo) para a obtenção de melhorias efetivas de bem-estar (resultado ou impacto)[1]. Considera-se a avaliação de processo ou fluxo como intermediária, cujos indicadores costumam ser chamados de indicadores de esforço.

[1] Para a avaliação de resultado , que é vinculada aos objetivos finais do Programa e a eficácia no cumprimento de metas especificadas, seria necessário estabelecer inicialmente tais referências. A recomendação vii no item 6.2 indica meios de construção desse tipo de indicador.

a) Quantidade de tribeiros que participam em cada escola/instituição e sua proporção em relação ao número total de cada segmento (crianças, adolescentes e jovens);

b) Quantidade de adultos (na escola, na Unidade, na cidade e na ONG) envolvidos diretamente na implementação dos projetos;

c) Frequência (semanal, mensal ou anual) prevista para os encontros da Tribo;

d) Existência de meios escrito, oral, audiovisual ou virtual para registrar e compartilhar o processo e resultados dos projetos da Tribo;

e) Existência de instâncias ou ações de formação e capacitação em cada âmbito (local, municipal, regional ou estadual) com vistas à implementação do Programa;

f) Existência de orçamentos/recursos para a implementação dos projetos em cada âmbito (na escola/instituição, na Unidade e na ONG PV);

g) Existência de atividades de mobilização e constituição de parcerias através das Unidades da PV para o desenvolvimento dos projetos das Tribos de sua cidade

h) Existência de atividades de acompanhamento pelas Unidades da PV com vistas à implementação dos projetos em sua área de abrangência.

i) Existência de atividades de mobilização e acompanhamento das famílias de tribeiros com vistas à implementação dos projetos;

j) Existência e efetivação de atividades de avaliação do processo e resultados dos projetos da Tribo, incluindo transformações atitudinais e relacionais dos tribeiros e no âmbito institucional.

7 Melhorias implementadas no Programa durante o processo da consultoria:

Destacam-se, a seguir, algumas mudanças desencadeadas no percurso dessa consultoria, a partir das avaliações conjuntas realizadas entre a equipe da PV e os consultores, no sentido de aperfeiçoamento do Programa e dos processos de trabalho envolvidos em sua gestão.

7.1 Mudanças na revisão da metodologia:

1) Ampliação do uso das redes sociais, especificamente o Facebook, dando maior visibilidade para as ações realizadas pelas Tribos durante o ano.

2) Investimento no desenvolvimento de metodologia específica para educadores que atuam com crianças sobre valores humanos na educação.

3) Implementação do instrumento “Mapa da Trilha”, formulário desenvolvido para que cada Tribo apresente para a Unidade Parceiros Voluntários o diagnóstico resumido e o planejamento das ações de voluntariado a serem realizadas ao longo do ano. O documento é remetido para equipe técnica da ONG Parceiros Voluntários, que emite um retorno com orientações para as Unidades Parceiros Voluntários acompanharem a implementação da metodologia junto às escolas.

De acordo com o total de 308 Tribos inscritos, 69 entregaram o Mapa da Trilha (22,40%) e 100% receberam retornos com orientações para potencializar e qualificar a ação planejada até setembro/14. Este procedimento permite analisar o conteúdo produzido pelas Tribos, gerando uma base de dados com informações referencias para a elaboração de indicadores qualitativos do Programa.

4) Em junho/14, foi criado o Conselho Comunitário Tribos, com a participação quinzenal de participantes do Programa em ações de fomento e mobilização juvenil por meio das Redes Sociais. Essa ação está em fase experiência, buscando o maior engajamento de participantes das diversas regiões do Rio Grande do Sul.

5) Ao longo do processo as Unidades Parceiros Voluntários foram orientadas para realização da captação local de recursos para fins de produção de camisetas e aquisição de materiais necessários para as ações junto às escolas, através de Guia de Mobilização de Recursos e assessoria da Equipe Técnica da Rede Parceiros Voluntários.

7.2 Mudanças na revisão dos procedimentos de gestão:

1) Adoção de metodologia de gerenciamento de projetos a partir das boas práticas do modelo PMI, sistematizando o monitoramento do escopo, indicadores (metas), custos, cronograma, riscos e comunicações.

2) Desenho do fluxo do processo da Tecnologia Social Tribos nas Trilhas da Cidadania, a partir das atribuições de cada um dos públicos envolvidos (ONG Parceiros Voluntários, Agente Social Local/Unidade Parceiros Voluntários, Instituições de Ensino e Tribos).

3) Redução da meta de escolas inscritas para a edição 2014 do Programa, a fim de não ampliar a abrangência e sim qualificar o processo de acompanhamento das escolas/Tribos.

4) Aproximação com a Rede Parceiros Voluntários (Unidades e Agentes Sociais Locais) através de reuniões mensais de acompanhamento por meio de ferramenta online. Essa iniciativa permite a coleta sistemática de lições aprendidas do projeto.

5) Realização de reuniões quinzenais com a equipe interna da ONG Parceiros Voluntários, a fim de acompanhar as entregas e resultados do projeto e para elaborar providências em casos de fraquezas ou ameaças.

6) Estruturação de base de dados, em formato Excel, das escolas inscritas no Programa, a partir das inscrições realizadas.

7) Implementação do documento de autorização dos estudantes participantes no Programa, devidamente assinados pelos responsáveis legais. Essa medida proporcionou a construção de base de dados dos participantes, contendo informações como: escolaridade, faixa etária, escola de origem, endereço, renda per capita familiar,

dados dos responsáveis legais, contatos (telefones e e-mail) e breve histórico de participação no Programa.

Foram coletados mais de 1.800 cadastros. Cabe destacar que a base de dados referida, viabilizará o acompanhamento futuro dos participantes para avaliação do Programa.

8) Foram estabelecidas parcerias estratégicas para o Programa, como: Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, Sindicato das Escolas Privadas do Rio Grande do Sul, Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e Unesco Brasil. Nos municípios, as Unidades Parceiros Voluntários foram orientadas a estabelecer parceria com as Secretarias Municipais de Educação e Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente. As parcerias são formalizadas por meio de Termos de Parceria, e permanecem ativas junto ao Projeto.

9) Definição de indicadores quantitativos do processo, como: nº de escolas inscritas, nº de Tribos inscritas, nº de equipes diretivas sensibilizadas; nº de educadores capacitados; nº de tribeiros capacitados; nº de ações desenvolvidas; nº de Mapas da Trilha.

8 Considerações Finais:

De um modo geral, identificou-se que o Programa traz significativas vantagens para a rede de ensino: (a) viabiliza o cumprimento da LDB quanto à transversalidade dos valores na educação escolar, inclusive com maior eficácia do que os métodos tradicionais de aulas expositivas, uma vez que permite conjugar teoria com práticas de relevância social; (b) promove a problematização do contexto onde a escola e os alunos estão inseridos, numa perspectiva de intervenção local e de integração comunitária; (c) fomenta a implicação institucional, “contaminando” a organização curricular e mobilização de mais professores na escola; (d) sua natureza inclusiva favorece práticas de não discriminação no ambiente escolar, a começar pelo acolhimento da diversidade na composição das Tribos e no intercâmbio escolar através dos Fóruns Tribais; (e) constitui oportunidade de descoberta de competências e “talentos” específicos (liderança, trabalho em grupo, expressão artística, uso de mídias etc); (f) oportuniza aprendizado de planejamento, organização e avaliação em torno de atividades práticas e coletivas, ou seja, prepara o aluno para transformar ideias em ação, desenvolvendo a iniciativa e responsabilidade.

Em síntese, a partir dos resultados das pesquisas quanti e qualitativa, pode-se afirmar que o Programa Tribos pode ser compreendido como campo de experimentação cívica para as novas gerações vivenciarem a participação como direito e responsabilidade. A experiência de voluntariado infanto-juvenil parece promover três ganhos básicos: (a) fomenta a ruptura com a cultura adultocêntrica, em que crianças e adolescentes são objetos da tutela dos adultos e beneficiários de suas ações; (b) garante maior visibilidade pública positiva aos seus direitos; (c) favorece o desenvolvimento pessoal e a proteção de crianças e adolescentes, pois melhora o nível de autoestima, cria autonomia, promove o domínio de habilidades sociais e capacidades de expressão de sentimentos e ideias.

Nesse sentido, a implementação do Programa prioritariamente na rede escolar parece ser uma estratégia bem sucedida. Muito embora um dos pontos altos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em especial nos artigos 2º e 3º, seja o reconhecimento da importância dos valores na educação escolar, observa-se que a escola tem se distanciado do seu fim último, que é a formação da cidadania. Poucos estabelecimentos de ensino conseguiram dar um tratamento novo e transversal ao currículo escolar. E, quando o fazem, configura-se no que pode ser denominado de "currículo oculto da escola".

Por outro lado, na perspectiva de implementação da meta do PNE quanto à escola em tempo integral, reitera-se a janela de oportunidades para o Programa se constituir em uma das alternativas de projeto pedagógico para essa finalidade. Uma das principais preocupações dos educadores é que, ao ampliar a carga horária, os sistemas de ensino se limitem a oferecer, no tempo extra, oficinas, atividades artísticas ou modalidades esportivas que estejam descoladas do currículo normal ou que confluam para um modelo assistencialista, no qual o aluno fica na escola apenas para "não estar na rua" ou, então, para "ocupar o seu tempo".

Nesse sentido, o Programa poderia investir mais na aproximação com a rede pública. De um lado, esse estudo demonstra que o Programa Jovens Voluntários se constitui em duplo atrativo: para as novas gerações (enquanto espaço continente de suas demandas de pertença e pluralismo de ideias) e para as escolas (pelas possibilidades de dar corpo à inserção e integralização dos conteúdos da educação em valores nos currículos escolares). Agrega-se a isso o fato de que o Programa foi concebido e tem sua implementação através de uma organização vinculada ao terceiro setor, desidentificada na opinião pública com a assistência ou partidarismos, o que poderia facilitar o estabelecimento de acordos com o setor público.

Quanto aos desafios sinalizados por essa pesquisa, no sentido de revitalização da metodologia e revisão dos procedimentos de gestão do Programa, é importante destacar que tal avaliação encontra eco no processo de planejamento estratégico em implementação a partir de 2012, com a criação do Escritório de Gerenciamento de Projetos e também com a reconfiguração do foco e dos objetivos estratégicos da Organização. Tornar-se referência em capacitação com o tema da sustentabilidade social (foco 7), potencializar parcerias governamentais (objetivo 13), desenvolver processos críticos finalísticos (objetivo 14) e de apoio (objetivo 14), são movimentos institucionais em convergência com as novas demandas para o Programa Tribos com vistas ao seu aprimoramento e disseminação.

Decorrida mais de uma década de sua criação, o grande desafio atual para o Programa consiste em promover o seu rejuvenescimento. Parafraseando a campanha institucional lançada pela ONG em 2004, resta uma convicção, com base na trajetória institucional: "Dá pra mudar. É só começar".

9 Referências Bibliográficas:

1) ABRAMOVAY, M., CASTRO, M. G (Coord.) Mostra Jovem. Rompendo Invisibilidades. PROJOVEM. Brasília: RITLA, 2010.
2) ABRAMOVAY, M; CASTRO, M. G. Caleidoscópio de violências nas escolas. Brasília: Missão Criança, 2006.
3) ABRAMOVAY, M.; CUNHA, A. L.; CALAF, P. P. Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas. Brasília: Secretaria de Estado de Educação e GDF, 2009.
4) ALSAKER, F. D., & DICK-NIEDERHAUSER, A. Depression and suicide. In Jackson, S. & Goossens, L. (Eds.), Handbook of Adolescent Development (pp. 308-336). New York: Psychology Press, 2006.
5) ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
6) BAUMAN, Zygmunt. Comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.
7) _____Sobre educação e juventude. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
8) BARBOUR, R. Grupos Focais. Porto Alegre: Artmed, 2009.
9) BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2009.
10) BECK, U. Sociedade de Risco. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2010.
11) BEE, Helen; BOYD, Denise. A criança em desenvolvimento. 12ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
12) BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
13) BOURDON, R.; BARRICAULD, F. Violência In: BOURDON, R.; BARRICAUD, F. Dicionário crítico de sociologia. São Paulo: Ática, 1993. p. 505-614.
14) BRANCO, P. P. M.; ABRAMO, H. W. (Org.). Retratos da juventude brasileira. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, 2005.
15) BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA - Lei 8060/1990. Brasília: Governo Federal, 1990.
16) BRASIL. Estatuto da Juventude. Lei 12.852/2013. Brasília: Governo Federal.
17) BRASLAVSKY, C. Diez factores para una educación de calidad para todos en el siglo XXI: documento básico. Madrid: Fundación Santillana, 2004.
18) CALDANA, A. C. F. e FIGUEIREDO, M. A. de C. O Voluntariado em Questão: a subjetividade permitida. Psicologia Ciência e Profissão, v. 28, n.3, p. 466-479, 2008.
19) CANCLINI, Néstor Garcia e URTEAGA, Maritza (Coord.) Cultura y Desarrollo: una visión critica desde los jóvenes. Buenos Aires: Paidós, 2012.
20) CANO, I. Avaliação de programas sociais. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
21) CAREGNATO, R. C. A. e MUTTI, R. Pesquisa Qualitativa: Análise de discurso versus Análise de conteúdo. Texto Contexto , 15(4), 679-684, 2006.
22) CARRANO, P. Identidades juvenis e escola: alfabetização e cidadania. Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora no Brasil (RAAAB), São Paulo, n.10, nov. 2000.
23) CARREIRA, Denise (org.). A participação de crianças e adolescentes e os Planos de Educação. São Paulo: Ação Educativa, 2013, 1ª edição
24) CARVALHO, Sônia. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 17(3-4): 185-197, 2003
25) CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. Quebrando Mitos: juventude, participação e políticas. Perfil, percepção e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Brasília: RITLA, 2009.
26) CASTRO, M.; ABRAMOVAY, M.; LEON, A. de. Juventude: tempo presente ou tempo futuro? Dilemas em propostas de políticas de juventude. São Paulo: GIFE/AVINA, 2007.
27) CECIP (org.). Vamos ouvir as crianças? Caderno de Metodologias Participativas. Rio de Janeiro : CECIP, 2013

28) COHEN, E.; FRANCO, R. Avaliação de projetos sociais. Petrópolis: Vozes, 2000.
29) COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE. Panorama Social de América Latina 2000. Santiago de Chile: CEPAL, 2000.
30) CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE. Politica Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas. Brasília: Governo Federal, 2006.
31) DALLARI, D. de A. O que é Participação Política. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
32) DAYRELL, J.; MOREIRA, M. I.; STENGEL, M. (Org.). Juventudes Contemporâneas: um mosaico de possibilidades. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011.
33) DEBUS, M. Manual para excelencia en la investigación mediante grupos focales. Washington: Academy for Educational Development, 1997.
34) DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC / UNESCO, 2001.
35) ELVAS, Susana e MONIZ, Maria João Vargas. Sentimento de comunidade, qualidade e satisfação de vida. Análise Psicológica, v.28. n.3, Lisboa, set. 2010.
36) GENTILI, P. et al. Educação e população afrodescendente no Brasil: avanços, desafios e perspectivas. Espanha: FLACSO/ Fundação Carolina, 2011.
37) GOMES, W. Comunicação e Democracia de Massa: problemas e perspectivas. In: Internet e participação política em sociedades democráticas. São Paulo: Paulus, 2004.
38) GROPPO, L. A. e ZAMARIAN, M. J. Z. Juventude e voluntariado: considerações sobre o novo modelo de participação social e os jovens no Brasil. In GROPPO, L. A.; MACHADO, O. L. TIRELLI, J.; ZAIDAN, M. Práticas e perspectivas da juventude contemporânea. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010.
39) HAIR, J. F. et al. Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração. Porto Alegre: Bookman, 2005
40) INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS; INSTITUTO PÓLIS. Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas. Rio de Janeiro: Ibase, 2005. 103p. (Relatório de Pesquisa).
41) JANUZZI. Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público Brasília 56 (2): 137-160 Abr /Jun 2005.
42) JOHANPETER, Maria Elena Pereira; HAETINGER, Daniela. Tribos na Trilha da Cidadania: 10 anos de voluntariado juvenil e ações transformadoras. Porto Alegre: Parceiros Voluntários, 2013.
43) JOHANNPETER, M. E. P. O Voluntariado como Processo Criativo de Formação de Pessoas. In DREYER, L. e JOHANNPETER, P. M. H. O Quinto Poder. Consciência Social de uma Nação. Porto Alegre: L&PM, 2008.
44) KAUFMANN, J.C. L'entretien compréhensif. Paris: Nathan, 1996.
45) LIPOVETSKY, G. O luxo eterno: da idade do sagrado ao tempo das marcas. São Paulo: Companhia das letras. 2005.
46) LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
47) MORIN, E. Os sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.
48) NOVAES, R., VANNUCHI, P. Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
49) NOVAES, R.. A Juventude de Hoje: (Re) Invenções da Participação Social. Resumo da Conferência do 75º Aniversário da Fundação W.K.KELLOG. São Paulo: 2005.
50) OEA. Menu de Indicadores e Sistema de Monitoramento do Direito à Participação de Meninos, Meninas e Adolescentes. Montevideo: IIN, 2010.
51) OLIVEIRA, C. S. Escola e Delito: Invenções de lugar na juventude de periferia. In: MARASCHIN, C. [et al]. Psicologia e Educação: múltiplos sentidos, olhares e experiências. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

52) OLIVEIRA, S. F. A Infância violentada. In: Sinais dos Tempos. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2002. (Número Especial: Quebrando o Silêncio).
53) OZELLA, Sérgio (Org.) Adolescências Construídas: a visão da psicologia sócio histórica. São Paulo: Cortez, 2003
54) PAPA, F. de C. e FREITAS, M.V. de (Org.). Juventude em Pauta: políticas públicas no Brasil. São Paulo: Petrópolis, 2011.
55) PARCEIROS VOLUNTÁRIOS. Projeto Parceiros Jovens Voluntários. Relatório Técnico Final. Porto Alegre, 2006
56) PARCEIROS VOLUNTÁRIOS. Relatório de Análise das Estratégias do Guia de Ações Jovens e Participação Social. Porto Alegre, 2006.
57) PILOTTI, F.; RIZZINI, Irene. (Ed.) A arte de governar crianças. Rio de Janeiro: EDUSU, 1995.
58) PINHEIRO. Ângela. Criança e adolescente no Brasil: porque o abismo entre a lei e a realidade. Fortaleza: Editora UFC, 2006.
59) PERALVA, A. Escola e violência nas periferias urbanas francesas. In: GUIMARÃES, E.; PAIVA, E. (Org.). Violência e vida escolar. Contemporaneidade e Educação. Revista semestral de Ciências Sociais e Educação. Rio de Janeiro, Instituto de Estudos da Cultura e Educação continuada, v. 2, n. 2, p. 07-24, 1997.
60) PERALVA, A. Violência e paradoxo brasileiro: democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
61) PRETTO, Nelson. Educação e Comunicação. Caminhos que se cruzam entre si e com as novas tecnologias. Rio de Janeiro: Teias, 2012, vol. 13: p 11-22.
62) PRIORI, Mary Del (Org.). História das Crianças no Brasil. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
63) RIZZINI Irene; PEREIRA, Luciléia; THAPLIYAL, Nisha. Percepções e experiências de participação cidadã de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro. Katálysis. Florianópolis v. 10 n. 2 p. 164-177 jul./dez. 2007
64) SALLES, Leila Maria Ferreira, Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos. Estudos psicológicos, Campinas, v. 22, n. 1, mar. 2005.
65) SANTOS, Ana Clarissa Matte Zanardo. O desenvolvimento da inovação social: inibidores e facilitadores do processo – o caso de um projeto piloto da ONG Parceiros Voluntários. Tese (Doutorado em Administração). Unisinos, São Leopoldo, 2012.
66) SOUZA, Regina Magalhães de. O discurso do protagonismo juvenil. São Paulo: Paulus, 2008.
67) SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. Fortaleza: Governo do Estado, 2003.
68) TORO A., José Bernardo & WERNEK, Nísia Maria Duarte. Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação. 1995
69) UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. Espaço aberto ao diálogo da infância e juventude: o jovem lendo o mundo. Brasília: UNESCO, 2001.
70) UNICEF - Fundo das Nações Unidas para Infância. Relatório Situação da Adolescência Brasileira 2011 – O direito de ser adolescente. Brasília: UNICEF, 2011.
71) UNICEF. Adolescentes e Jovens no Brasil. Brasília: UNICEF, Fundação Itaú, Instituto Ayrton Senna, 2007.
72) WILSON, J., & MUSICK, M. The effects of volunteering on the volunteer. Law and contemporary problems. 62(4), 141-168, 2000.
73) WINNICOTT, Donald. Família e o Desenvolvimento Individual. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FLACSO
BRASIL

PROJETO AVALIAÇÃO TRIBOS – 10 ANOS

Contrato: ATN/OC-13677-BR

Produto 03

Relatório Final

ANEXOS

Roteiro entrevista: Corpo Diretivo

Bloco 1

Por que realizar na atualidade uma avaliação?
Qual a expectativa sobre a avaliação atual?
Qual o resultado das avaliações anteriores?

Bloco 2

História dos Parceiros até hoje.
Qual o lugar do Programa nos Parceiros? (orçamento, estrutura, visibilidade, prioridade)
Quando vocês iniciaram o que esperavam do Programa?
Como surge a ideia do trabalho com Voluntariado?
Quais as referências teóricas do trabalho com Voluntariado?
O que é para vocês Responsabilidade Social Individual?
E o empreendedorismo?
Por que vocês escolheram trabalhar com jovens?
Como vocês chegaram ao trabalho com as escolas?
Com os adultos que tipo de trabalho é realizado?
Como vocês diferenciam o voluntariado do trabalho assistencial?
Como o Programa colabora para a emancipação dos tribeiros?
Houve alguma mudança nestes anos no trabalho assistencial?
Existe alguma relação entre o enfraquecimento da Igreja Cristã e o Programa?

Bloco 3

Quais foram os valores buscados no início do Programa e o que mudou até agora?
Como se dá o processo de trabalho no Programa? (tomada de decisão, participação, controle, avaliação)
Como foi a definição das trilhas?
Qual a trilha mais importante e por quê?
Que tipo de metodologias foram utilizadas?
Qual a sustentabilidade do Projeto (fontes de financiamentos e parcerias)
Que tipo de relação vocês possuem com os organismos internacionais?

Bloco 4

O que vocês acham que mudou na vida dos jovens que participam ou participaram do Programa?

Bloco 5

Aspectos positivos do Programa.
Aspectos negativos do Programa.
O que deveria ser mudado no Programa?
Quais os planos de expansão do Programa?
Quais é a relação do Programa com as Políticas Públicas?
Qual a relação do Programa com os poderes?
Vocês participaram das Conferências sobre Juventude e DCA?
Expectativas atuais e de futuro do Programa.

Bloco 6

Qual a sua opinião sobre as Manifestações de julho?
As manifestações tiveram algum impacto no trabalho de vocês?

Roteiro entrevista Desbravadores

Bloco 1

Qual foi ou é a relação de vocês com Parceiros e com o Programa Jovens Voluntários?
Qual a opinião sobre os Parceiros?
Qual a opinião sobre o Programa?
Quando vocês participaram do Programa o que esperavam?
Qual o período que participaram e porque saíram?
Qual a opinião de vocês sobre o Voluntariado?
O que entendem como Responsabilidade Social Individual?
E sobre o empreendedorismo?
Qual a opinião de vocês sobre o trabalho com jovens no Programa?
Qual a opinião de vocês do programa acontecer nas escolas?
Como vocês diferenciam o voluntariado do trabalho assistencial?
Como o Programa colabora para a emancipação dos tribeiros?

Houve alguma mudança nestes anos sobre o trabalho assistencial?
Porque o Programa surge no início dos anos 2000 (igreja, escola, filosofia individualista, responsabilidade social e individual etc.)

Bloco 2
Quais foram os valores buscados quando vocês participaram do Programa? E o que mudou?
Vocês têm conhecimento de como se dá o processo de trabalho no Programa? (tomada de decisão, participação, controle, avaliação)
Qual a avaliação de vocês sobre os temas das Trilhas?
Qual a opinião de vocês sobre as metodologias utilizadas?
O que vocês acham que o programa impacta na relação dos tribeiros com a escola, como por ex. a evasão, o engajamento dos tribeiros, aumento da participação e a diminuição dos níveis de violência.
O Programa tem algum impacto nos Projeto Político Pedagógico? Quais?

Bloco 3
O que vocês acham que mudou na vida dos jovens que participam ou participaram do Programa?
Qual a sua opinião sobre as Manifestações de julho?
Como as manifestações poderiam impactar o Programa?

Bloco 4
Aspectos positivos do Programa
Aspectos negativos do Programa
O que deveria ser mudado no Programa?
Qual a relação do Programa com as Políticas Públicas?
Qual a relação do Programa com os poderes?
Expectativas atuais e de futuro do Programa.

Roteiro entrevista Professores
Bloco 1
Qual foi ou é a relação de vocês com a Parceiros e com o Programa Jovens Voluntários?
Qual a opinião sobre os Parceiros?
Qual a opinião sobre o Programa?
Porque decidiram participar do Programa?
Quando vocês participaram do Programa o que esperavam?
Qual o período que participaram e porque saíram?
Qual a opinião de você sobre o Voluntariado?
O que entendem como Responsabilidade Social Individual?
E sobre o empreendedorismo?
Qual a opinião de vocês sobre o trabalho com jovens no Programa?
Como vocês diferenciam o voluntariado do trabalho assistencial?
Como o Programa colabora para a emancipação dos tribeiros?

Bloco 2
Porquê a escola decide entrar no Programa?
Qual a opinião de vocês do Programa acontecer nas escolas?
Houve alguma mudança na escola com o Programa?
Como a escola se organizou para receber o Programa?
Como vocês caracterizam o perfil dos alunos que entraram no Programa?
Como se dá a forma de ingresso?
Qual o perfil do professor que entrou no Programa?
O que leva o professor a aderir no Programa?
Quais os objetivos que o Programa teve ou tem na sua escola?
Quais os resultados que foram obtidos (participação, evasão, violência)
Qual a participação dos pais no Programa?
Qual o impacto do Programa: Na vida dos jovens / Na escola / Na comunidade
Houve mudanças desde o início do Programa até os dias de hoje?

Bloco 3
Quais foram os valores buscados quando vocês participaram do Programa? E o que mudou?
Qual a avaliação de vocês sobre os temas das Trilhas?
Qual a opinião de vocês sobre as metodologias utilizadas?
O Programa tem algum impacto nos PPP? Quais?

Bloco 4
A escola participou das Conferências DCA, Juventude e Educação?
Qual a sua opinião sobre as Manifestações de julho?
Como as manifestações poderiam impactar o Programa?

Bloco 5
Aspectos positivos do Programa
Aspectos negativos do Programa
O que deveria ser mudado no Programa?
Qual a relação do Programa com as Políticas Públicas?
Qual a relação do Programa com os poderes?
Expectativas atuais e de futuro do Programa.

Roteiro entrevista: Maria Helena Pereira Johannpeter
Bloco 1
Por que realizar na atualidade uma avaliação?
Qual a expectativa sobre a avaliação atual?
Qual o resultado das avaliações anteriores?

Bloco 2
História dos Parceiros até hoje.
Qual o lugar do Programa nos Parceiros? (orçamento, estrutura, visibilidade, prioridade)
Quando você iniciou, o que esperava do Programa?
Como surge a ideia do trabalho com Voluntariado?
Quais as referências teóricas do trabalho com Voluntariado?
O que é para você Responsabilidade Social Individual?
E o empreendedorismo?
Por que você escolheu trabalhar com jovens?
Como você chegou ao trabalho com as escolas?
Com os adultos, que tipo de trabalho é realizado?
Como você diferencia o voluntariado do trabalho assistencial?
Como o Programa colabora para a emancipação dos tribeiros?
Houve alguma mudança nestes anos no trabalho assistencial?
Existe alguma relação entre o enfraquecimento da Igreja Cristã e o Programa?

Bloco 3
Quais foram os valores buscados no início do Programa e o que mudou até agora?
Como se dá o processo de trabalho no Programa? (tomada de decisão, participação, controle, avaliação)
Como foi a definição das trilhas?
Qual a trilha mais importante e por quê?
Que tipos de metodologias foram utilizadas?
Qual a sustentabilidade do Projeto? (fontes de financiamentos e parcerias)
Que tipo de relação você possui com os organismos internacionais?

Bloco 4
O que você acha que mudou na vida dos jovens que participam ou participaram do Programa?

Bloco 5
Aspectos positivos do Programa.
Aspectos negativos do Programa.
O que deveria ser mudado no Programa?
Quais os planos de expansão do Programa?
Qual a relação do Programa com as Políticas Públicas?
Qual a relação do Programa com os poderes?
Você participou das Conferências sobre Juventude e DCA?
Expectativas atuais e de futuro do Programa.

Bloco 6
Qual a sua opinião sobre as Manifestações de julho?
As manifestações tiveram algum impacto no seu trabalho?

INFORME SOBRE AJUSTES METODOLÓGICOS

Considerando algumas situações que foram identificadas na implementação dessa consultoria de pesquisa junto ao Programa Jovens Tribeiros (PJV), apresentamos alguns ajustes necessários na proposta original. Ressalte-se que as mudanças sugeridas foram devidamente analisadas e consensuadas com a equipe da Parceiros Voluntários (PV), através de reuniões de acompanhamento em janeiro e fevereiro do corrente ano, conforme registros em ata desses encontros.

A. As alterações se encontram descritas a seguir:

1) O item 2. Objetivo, do Termo de Referência de contratação da consultoria, previa originalmente o apoio para "sistematização e avaliação operacional do PJV até 2012 ". Essa temporalidade será mantida na análise documental, entrevistas com as equipes e grupos focais, mas na aplicação dos questionários propõe-se alterar o período a ser analisado, tendo como referência a implementação do Programa em 2013, conforme listagens em anexo.

A alteração foi motivada pela identificação de lacunas na base de dados institucionais, o que inviabilizou a constituição de amostras confiáveis em anos anteriores. Para minimizar possíveis perdas na análise, no questionário a ser aplicado aos tribeiros serão inseridas questões de avaliação sobre sua inserção no Programa em anos antecedentes, nos casos em que o respondente tiver participado em edições antes de 2013.

2) Para a construção da amostra relativa aos questionários torna-se necessário, até final de março, o acesso a uma listagem nominal de tribeiros em 2013. Serão empreendidos esforços conjuntos entre as equipes do PV e da Flacso nesse período para a consecução dessa tarefa.

3) Considerando o número expressivo de escolas de educação infantil atualmente no Programa, foi avaliada a importância de adequar instrumentos de pesquisa a esse segmento etário.

4) Na construção dessa amostra:

a. serão consideradas possíveis variáveis associadas a segmentos diferenciados: escolas e não escolas, escolas públicas e privadas, adolescentes/jovens e crianças;

b. será definido um n maior do que 500 tribeiros, devido à substituição de municípios por demanda da PV e a inclusão de "tribeirinhos" em amostra específica.

5) Os questionários e os roteiros de entrevistas e grupos focais serão discutidos previamente com a equipe do PV, para os ajustes necessários.

6) Para a construção dos questionários será adicionada uma etapa, envolvendo a realização de grupo focal em Porto Alegre, em uma instituição parceira do PJV, visando a identificação das principais percepções sobre o Programa.

7) Esse processo acima descrito, não previsto no cronograma inicial, demanda uma prorrogação das demais etapas, em especial do trabalho em campo, conforme apresentado em anexo. Contudo, salienta-se que não haverá alteração na conclusão da pesquisa e entrega do Relatório Final (Produto 3), ainda mantida para início de setembro.

B. Além desses ajustes metodológicos, foram revisadas as questões balizadoras para análise dos impactos do Programa:

1) As questões originais foram mantidas, com explicitação sobre sua importância na pesquisa em curso:

- Participação social dos estudantes na comunidade
- Participação social dos estudantes na escola
- Permanência escolar dos estudantes
- Mudanças de atitude dos estudantes (autoestima, autonomia etc)
- Fomento ao educador para práticas de participação na escola
- Fomento à escola para implementação de projetos sociais
- Redução da violência infanto-juvenil na escola

2) Propomos agregar outras questões, levando em conta as sinalizações já analisadas pela consultoria em seu primeiro relatório (Produto 1) e também as novas sugestões trazidas pela equipe do PV:

- Incorporação de práticas de cuidado do meio ambiente
- Participação em atividades culturais na comunidade
- Participação dos tribeiros nas Conferencias (Criança e Adolescente, Juventude)
- Participação de ex-tribeiros no PJV da instituição
- Aquisição de novos conhecimentos
- Indução para implementação do PJV em outras instituições
- Inserção do PJV no Projeto Político-Pedagógico/LDB
- Articulação do PJV com rede de proteção dos direitos
- Relações inter-geracionais
- Relações entre pares e o tema das diversidades

3) Propomos ainda delinear as questões balizadoras para análise da gestão do Programa em diferentes etapas de seu processo de trabalho:

- Planejamento
- Apoio aos Projetos (incluindo capacitação, mobilização de parcerias etc)
- Articulação com demais equipes do PV
- Relações institucionais
- Sistemas de Registro
- Gestão financeira
- Monitoramento
- Estratégias de avaliação

C. Informamos a recomposição da equipe da Flacso, devido ajustes institucionais para melhor implementação da consultoria:

1) Substituição do Consultor Principal:

Nome do profissional: André Luiz de Figueiredo Lázaro

Currículo Lattes completo em: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4786457D6

Data de nascimento: 10.08.1952

Nacionalidade: brasileira

Formação acadêmica:

- Doutorado em Comunicação. 1996.

Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil.

- Mestrado em Comunicação. 1990.

Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil.

- Graduação em Letras. 1977.

Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil.

Atuação profissional:

De: 2006 Até: 2010

Ministério da Educação e Cultura

Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

De: 1988 Até: Atual

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil.

Vínculo institucional: Professor Adjunto da Faculdade de Comunicação Social

Atividades:

1/2000 - 12/2004

Sub Reitor de Extensão

01/1996 - 12/1999
Diretor da Faculdade de Comunicação Social.

02/1992 - 01/1996
Diretor do Departamento Cultural.

2) Substituição do Consultor Pesquisador:
Nome do profissional: Denise Ruschel Bandeira
Currículo Lattes completo em:
http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4723137T6
Data de nascimento: 26.05.1965
Nacionalidade: brasileira
Educação:

- Doutorado em Psicologia. 2000.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS

- Mestrado em Psicologia. 1991

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS

- Especialização em Diagnóstico Psicológico. 1990.

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS.

- Graduação. Psicologia. 1987

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS.

Associações profissionais às quais pertence:

- IBAP - Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica. Foi primeira secretária e vice-presidente do Instituto.
- ASBRo - Associação Brasileira de Rorschach e outras técnicas projetivas

Idiomas:

- Espanhol – bom em ler, regular em falar e em escrever
- Inglês – bom em falar, ler e escrever

Histórico dos Serviços:

- De: 1994 Até: atual

Empresa: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Cargo: Professora nos cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia
Atividades atuais: coordenadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia, do curso de especialização em Avaliação Psicológica, do Centro de Avaliação Psicológica e do Grupo de Estudos, Aplicação e Pesquisa em Avaliação Psicológica.
Desenvolve pesquisas com ênfase em Construção e Validade de Testes, Escalas e Outras Medidas Psicológicas, atuando principalmente nos seguintes temas: tradução e adaptação de instrumentos de avaliação psicológica, desenho da figura humana, crianças e adolescentes, stress e avaliação de programas sociais.

- De 1991 até 1993

Empresa: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Cargo: Professora substituta nos cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia

- De 1988 até 1993

Psicóloga clínica e escolar

D. O novo cronograma a ser implementado encontra-se em anexo.

Instrumento pata tribeiros até 12 anos

Caro tribeiro,

Estamos querendo conhecer melhor quem é você e como foi sua experiência com o Projeto Tribos nas Trilhas da Cidadania. Para isso, pedimos que responda as perguntas abaixo. Qualquer dúvida, pergunte às pessoas que estão coordenando esse momento. Agradecemos sua participação.

Sobre você:

1.1. Nome:_____

1.2. Idade:_____

1.3. Escola:_____

1.4. Série:_____

1.5. Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

1.6. Mora com quem:

( )pai ( )mãe ( )irmãos ( )avô ( )avó ( )tias(os) ( )outros familiares ( )não-familiares

1.7. Quantos irmãos você possui?_____

1.8. Quantas pessoas moram em sua casa ao todo? _____

Sobre o Projeto Tribos nas Trilhas da Cidadania:

Como você conheceu o trabalho voluntário?	( )material de divulgação ( )escola ( )amigo(a) ( )familiar ( )meio de comunicação (TV, jornal, rádio, etc.)
O que fez você participar do trabalho voluntário? Cite até três aspectos.	1)_____ 2)_____ 3)_____
Você participou na escolha das ações da sua trilha?	( )Sim ( )Não _____
Há quanto tempo você participa do trabalho voluntário?	
Você percebe que a participação no trabalho voluntário te fez aprender coisas importantes para sua vida como um todo?	Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito
Cite as três coisas mais importantes que você aprendeu:	1)_____ 2)_____ 3)_____
Participar do trabalho voluntário colaborou para você fazer novas amizades na escola?	Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito
Você percebeu um apoio da sua escola para seu trabalho voluntário?	Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito
Você acha que participar do trabalho voluntário fez você gostar mais das aulas?	Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito
Participar do trabalho voluntário fez você ter mais vontade de ficar na escola?	Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito
Participar do trabalho voluntário fez você ter vontade de se envolver em outras atividades da escola?	Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito
Você percebe que está mais responsável com as atividades escolares?	Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito

Participar do trabalho voluntário colaborou pra você conhecer pessoas diferentes na sua comunidade?	Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito
Participar do trabalho voluntário colaborou pra você conhecer pessoas importantes na sua comunidade?	Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito
Participar do trabalho voluntário fez você criar novas amizades em sua comunidade?	Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito
O trabalho voluntário contribuiu para você estar mais atento ao que acontece em sua comunidade?	Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito
O projeto voluntário fez você perceber que tem um papel importante para sua comunidade?	Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito
Você percebe que o trabalho voluntário contribuiu para mudar sua comunidade?	Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito
Você sentiu ser tratado igual aos demais participantes do trabalho voluntário?	Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito
Você percebeu apoio da sua família para seu trabalho voluntário?	Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito
Você percebeu apoio de amigos para seu trabalho voluntário?	Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito
Você percebe que os participantes do trabalho voluntário aprenderam coisas novas?	Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito
Você percebe que os participantes do trabalho voluntário aprenderam coisas importantes pra suas vidas?	Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito
Você participaria de outro trabalho voluntário semelhante?	( )Sim ( )Não
Você participaria de outro tipo de projeto voluntário?	( )Sim ( )Não
Você tem o desejo de continuar seu trabalho voluntário?	( )Sim ( )Não
Você sentirá falta quando interromper o trabalho voluntário?	( )Sim ( )Não
Você indicaria o trabalho voluntário a um amigo ou familiar?	( )Sim ( )Não
Cite os três principais pontos positivos ou ótimos do trabalho voluntário:	1)_____ 2)_____ 3)_____
Cite os três principais pontos negativos ou muito ruins do trabalho voluntário:	1)_____ 2)_____ 3)_____
Caso sua tribo não tenho conseguido concluir as suas ações, marque os motivos:	( )falta de articulação/mobilização ( )falta de recursos ( )dificuldades de organização ( )dificuldade de planejamento ( )outro:_

Quais as mudanças que você sugere para o trabalho voluntário do qual participa?Cite três mais importantes:	1)_____ 2)_____ 3)_____

Gostaríamos de saber o que você pensa sobre a sua vida e coisas que fazem parte dela. Por exemplo: como você tem se sentindo ultimamente? O que você gosta de fazer?

Para cada frase escrita abaixo você deve escolher um dos números que melhor representa o quanto você concorda com o que esta frase diz sobre você.

Exemplo:

Eu gosto de ir ao parque.

(1)= nem um pouco	(2)=um pouco	(3)= mais ou menos	(4)= bastante	(5)= muitíssimo

Questão:	1	2	3	4	5
Eu me divirto com muitas coisas.					
As outras crianças têm mais amigos do que eu.					
Tenho pessoas que me ajudam.					
É bom brincar com meus amigos.					
Eu aprendo muitas coisas na escola.					
Eu sou uma pessoa carinhosa.					
Meus amigos brincam mais do que eu.					
Brigar resolve os problemas.					
Eu fico feliz quando a minha família se reúne.					
Eu me relaciono bem com meus colegas.					
Eu sou alegre.					
Meus amigos podem fazer mais coisas do que eu.					
Minha família se dá bem.					
Meus amigos me ajudam quando eu preciso.					
Eu gosto das atividades da escola.					
Eu sorrio bastante.					
Preciso receber mais atenção.					
Brigo muito com meus amigos.					
Minha família gosta de mim.					
Eu me divirto com meus amigos.					
Eu gosto de ajudar as pessoas.					
Mantenho acalma.					
Meus amigos são mais alegres do que eu.					
Minha família me faz feliz.					
Eu gostaria que meus amigos fossem diferentes.					
Eu me divirto na escola.					
Eu sou uma pessoa bem humorada.					
Meus amigos ganham mais presentes do que eu.					
Eu me divirto com as coisas que eu tenho.					

Estou satisfeito com os amigos que tenho.					
Meus professores gostam de mim.					
Eu sou esperto.					
As outras crianças são mais alegres do que eu.					
Gosto de brigas.					
Eu me divirto com aminha família.					
Gosto de conversar com meus amigos.					
Eu me sinto calmo, tranqüilo.					
Procuro fazer coisas que me deixam feliz.					
Meus amigos brigam muito comigo.					
Eu sou divertido.					
Meus pais são carinhosos comigo.					
Sempre encontro ajuda quando preciso.					
Eu gosto de ir à escola.					
Tenho facilidade para fazer amigos.					
Meus amigos se divertem mais do que eu.					
Gostaria que minha família fosse diferente.					
Sou irritado.					
Meus amigos gostam de mim.					
Eu me sinto bem na minha escola.					
Minha família me ajuda quando preciso.					

Instrumento para adolescentes de 13 anos ou mais

Caro tribeiro,
Estamos querendo conhecer melhor quem é você e como foi sua experiência com o Projeto Tribos nas Trilhas da Cidadania. Para isso, pedimos que responda as perguntas abaixo. Qualquer dúvida, pergunte às pessoas que estão coordenando esse momento. Agradecemos sua participação.

Sobre você:

1.1. Nome:_____

1.2. Idade:_____

1.3. Escola:_____

1.4. Série:_____

1.5. Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

1.6. Mora com quem:

( ) pai ( ) mãe ( ) irmãos ( ) avô ( ) avó ( ) tias(os) ( ) outros familiares ( ) não-familiares

1.7. Quantos irmãos você possui?_____

1.8. Quantas pessoas moram em sua casa ao todo? _____

Sobre o Projeto Tribos nas Trilhas da Cidadania:

Como você conheceu o trabalho voluntário?	( )material de divulgação ( )escola ( )amigo(a) ( )familiar ( )meio de comunicação (TV, jornal, rádio, etc.)
O que fez você participar do trabalho voluntário? Cite até três aspectos.	1)_____ 2)_____ 3)_____
Você participou na escolha das ações da sua trilha?	( )Sim ( )Não
Há quanto tempo você participa do trabalho voluntário?	
Você percebe que a participação no trabalho voluntário te fez aprender coisas importantes para sua vida como um todo?	Abs~~olutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito~~
Cite as três coisas mais importantes que você aprendeu:	1)_____ 2)_____ 3)_____
Participar do trabalho voluntário colaborou para você fazer novas amizades na escola?	Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito
Você percebeu um apoio da sua escola para seu trabalho voluntário?	Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito
Você acha que participar do trabalho voluntário fez você gostar mais das aulas?	Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito
Participar do trabalho voluntário fez você ter mais vontade de ficar na escola?	Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito
Participar do trabalho voluntário fez você ter vontade de se envolver em outras atividades da escola?	Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito
Você percebe que está mais responsável com as atividades escolares?	Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito
Participar do trabalho voluntário colaborou pra você conhecer pessoas diferentes na sua comunidade?	Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito

Participar do trabalho voluntário colaborou pra você conhecer pessoas importantes na sua comunidade?	Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito
Participar do trabalho voluntário fez você criar novas amizades em sua comunidade?	Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito
O trabalho voluntário contribuiu para você estar mais atento ao que acontece em sua comunidade?	Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito
O projeto voluntário fez você perceber que tem um papel importante para sua comunidade?	Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito
Você percebe que o trabalho voluntário contribuiu para mudar sua comunidade?	Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito
Você sentiu ser tratado igual aos demais participantes do trabalho voluntário?	Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito
Você percebeu apoio da sua família para seu trabalho voluntário?	Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito
Você percebeu apoio de amigos para seu trabalho voluntário?	Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito
Você percebe que os participantes do trabalho voluntário aprenderam coisas novas?	Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito
Você percebe que os participantes do trabalho voluntário aprenderam coisas importantes pra suas vidas?	Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito
Você participaria de outro trabalho voluntário semelhante?	( )Sim ( )Não
Você participaria de outro tipo de projeto voluntário?	( )Sim ( )Não
Você tem o desejo de continuar seu trabalho voluntário?	( )Sim ( )Não
Você sentirá falta quando interromper o trabalho voluntário?	( )Sim ( )Não
Você indicaria o trabalho voluntário a um amigo ou familiar?	( )Sim ( )Não
Cite os três principais pontos positivos ou ótimos do trabalho voluntário:	1)_____ 2)_____ 3)_____
Cite os três principais pontos negativos ou muito ruins do trabalho voluntário:	1)_____ 2)_____ 3)_____
Caso sua tribo não tenho conseguido concluir as suas ações, marque os motivos:	( )falta de articulação/mobilização ( )falta de recursos ( )dificuldades de organização ( ) dificuldade de planejamento ( )outro:_
Quais as mudanças que você sugere para o trabalho voluntário do qual participa? Cite três mais importantes:	1)_____ 2)_____ 3)_____

Gostaríamos de saber o que você pensa sobre a sua vida e coisas que fazem parte dela. Por exemplo: como você tem se sentido ultimamente? O que você gosta de fazer? Para cada frase escrita abaixo você deve escolher um dos números que melhor representa o quanto você concorda com o que esta frase diz sobre você.

Exemplo:	nem um pouco	um pouco	mais ou menos	bastante	muitíssimo
Eu gosto de ir ao shopping.	1	2	3	4	5

Questão:	1	2	3	4	5
Eu me divirto com muitas coisas.					
Os outros adolescentes têm mais amigos do que eu.					
Sou compreendido em casa.					
Eu fico feliz quando a minha família se reúne.					
Vou atrás do que quero conquistar.					
Meus amigos passeiam mais do que eu.					
Eu me relaciono bem com meus amigos.					
Minha família se dá bem.					
Eu gosto das atividades da escola.					
Eu sorrio bastante.					
Brigo muito com meus amigos.					
Eu me divirto com meus amigos.					
Eu sou uma pessoa bem humorada.					
Mantenho a calma.					
Minha família me faz feliz.					
Eu gostaria que meus amigos fossem diferentes.					
Meus amigos podem fazer mais coisas do que eu.					
Eu me divirto na escola.					
Consigo expressar minhas ideias.					
É difícil conseguir o que quero.					
Brigar resolve problemas.					
É bom sair com meus amigos.					
Tenho um convívio bom com a minha família.					
Gosto de sair para me divertir.					
Meus amigos se divertem mais do que eu.					
Eu sou alegre.					
Faço o que gosto de fazer.					
Tenho sucesso em atividades que realizo.					
Outros adolescentes ganham mais presentes do que eu.					

Meus professores são legais comigo.					
Eu sou inteligente.					
Os outros adolescentes são mais alegres do que eu.					
Gosto de brigas.					
Eu me divirto com a minha família.					
Gosto de conversar com meus amigos.					
Eu sou feliz.					
Eu me sinto calmo, tranquilo.					
Eu sou divertido.					
Meus pais são carinhosos comigo.					
Eu gosto de ir à escola.					
Eu me sinto bem do jeito que sou.					
Gostaria que minha família fosse diferente.					
Sou irritado.					
Meus amigos gostam de mim.					
Eu me sinto bem na minha escola.					
Eu aprendo muitas coisas na escola.					
Eu me considero uma pessoa descontraída.					
Meus amigos me ajudam quando preciso.					
Minha família gosta de mim.					
Minha família me ajuda quando preciso.					
Sou capaz de realizar muitas coisas.					
Gosto da minha vida.					

INSTRUMENTO PARA PAIS OU RESPONSÁVEIS DE TRIBEIROS

Estamos querendo conhecer melhor como foi a experiência de seu(ua) filho(a) com o Projeto Tribos nas Trilhas da Cidadania a fim de realizar melhorias. Para isso, pedimos que responda as perguntas abaixo. Agradecemos sua participação.

Nome da criança ou adolescente: _____

Idade:____

Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

1.3. Escolaridade:	PAI	MÃE
Fundamental incompleto	( )	( )
Fundamental completo	( )	( )
Médio incompleto	( )	( )
Médio completo	( )	( )
Superior incompleto	( )	( )
Superior completo	( )	( )
Pós-graduação	( )	( )

1.4. Número total de pessoas com quem reside:_____

1.5 Renda:	Renda familiar aproximada	Renda da pessoa que mais recebe na família
Até R$724,00	( )	( )
De R$725,00 a R$ 1.448,00	( )	( )
De R$ 1.449,00 a R$2.896,00	( )	( )
De R$2.897,00 a R$ 4.344,00	( )	( )
De R$ 4.345,00 a R$ 6.516,00	( )	( )
De R$ 6.517,00 aR$ 9.412,00	( )	( )
Mais de R$ 9.412,00	( )	( )

2. Pensando na participação de seu(ua) filho(a) no Projeto, responda as questões abaixo. Naquelas em que aparece uma grade de números como resposta, marque um X no número 1 para o mínimo e no número 5 para o máximo, podendo ser marcados os números 2, 3 ou 4 para os níveis intermediários.

Como você avalia o nível de participação dele(a) nessas ações?
Nenhuma participação_1_2_3_4_5_ Participou muito

Você percebe que a participação no trabalho voluntário fez ele(a) aprender coisas importantes para a vida como um todo?
Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito

Participar do trabalho voluntário colaborou para ele(a)fazer novas amizades?
Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito

O trabalho voluntário contribuiu para ele(a) estar mais atento ao que acontece em sua comunidade?
Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito

O projeto voluntário fez ele(a) perceber que tem um papel importante para sua comunidade?
Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito

Você percebeu um apoio da escola do(a) seu(ua) filho(a) para o trabalho voluntário?
Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito

Você percebeu que o trabalho voluntário realizado pelo(a) seu(ua) filho(a) contribuiu para mudar sua comunidade?
Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito

Você percebeu que seu(ua) filho(a) está mais responsável com as atividades escolares?
Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito
Você acha que participar do trabalho voluntário fez ele(a) gostar mais das aulas?

Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito

Participar do trabalho voluntário fez ele(a) ter mais vontade de ficar na escola?
Absolutamente não_1_2_3_4_5_ Sim, muito

Cite os três principais pontos positivos ou ótimos dele(a) participar do trabalho voluntário:

1)_____
2)_____
3)_____

Cite os três principais pontos negativos ou muito ruins dele(a) participar do trabalho voluntário:

1)_____
2)_____
3)_____

Incidência das Questões Balizadoras nos questionários

A. Impactos do Programa:

1. Participação social dos estudantes na comunidade (2.1, 2.2, 2.9, 2.11, 2.12, 2.13, 2.14, 2.15, 2.20)
2. Participação social dos estudantes na escola (2.1, 2.2, 2.9, 2.10, 2.17, 2.21, 2.23, 2.24, 2.25, 2.26, 3.1)
3. Permanência escolar dos estudantes (2.1, 2.2, 2.9, 2.10, 2.17, 2.21, 2.23, 2.24, 2.25, 2.26, 3.1)
4. Mudanças de atitude dos estudantes (autoestima, autonomia etc) (2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.9, 2.15, 2.23, 3.1)
5. Fomento ao educador para práticas de participação na escola
6. Fomento à escola para implementação de projetos sociais
7. Redução da violência infanto-juvenil na escola (3.1)
8. Incorporação de práticas de cuidado do meio ambiente (2.2, 2.9, 2.32)
9. Participação em atividades culturais na comunidade 2.1, 2.2, 2.9, 2.11, 2.12, 2.13, 2.14, 2.15, 2.20)
10. Participação dos tribeiros nas Conferencias
11. Participação de ex-tribeiros no PJV da instituição
12. Aquisição de novos conhecimentos (2.8, 2.9, 2.21, 2.22)
13. Indução para novo voluntariado ou implementação do PJV em outras instituições (2.27, 2.28, 2.29, 2.31, 2.35)
14. Inserção do PJV no Projeto Político-Pedagógico/LDB
15. Articulação do PJV com politicas publicas e rede de proteção dos direitos
16. Relações inter-geracionais
17. Relações entre pares e o tema das diversidades (3.1)

B. Gestão do Programa:

18. Planejamento
19. Apoio aos Projetos (incluindo capacitação, mobilização de parcerias etc)
20. Articulação com demais equipes do PV
21. Relações institucionais
22. Sistemas de Registro
23. Gestão financeira
24. Monitoramento
25. Estratégias de avaliação

Roteiros

A. Entrevistas com familiar de tribeiro:

1. Vc tomou conhecimento da participação de seu filho no projeto? Como? 18
2. Porque seu filho/sua filha decidiu participar das Tribos/ser voluntário (a)?
3. Ele (ela) já tinha participado de atividade semelhante? E sua família? 1
4. Vc participaria, junto com seu filho/sua filha, desse Programa? 19
5. Vc conhece as ações que foram desenvolvidas na Trilha?
6. Vc conhece o professor (a) que acompanhou os alunos nesse projeto? 19
7. A participação de seu filho/sua filha na Tribo mudou sua relação com a escola? 2,3
8. A participação dele/dela na Tribo contribuiu para alguma mudança em sua vida? 4
9. Vc acha que o projeto deles produziu algum impacto na comunidade? Quais? 1
10. Quais as dificuldades encontradas para seu filho/sua filha participar do projeto?
11. O que precisaria ser mudado?

B. Entrevista com diretores e orientadores:

1. Como surgiu a idéia de participação da escola no Programa? 1
2. Quando a escola/vc começou a trabalhar com as Tribos, o que esperavam? 1
3. Há outros projetos sociais na sua escola? Desde quando e quais? 6,14
4. Se a escola/vc participou em edições anteriores, quais as mudanças observadas?
5. Como aconteceu a definição da trilha em 2013? 1
6. Participaram de alguma capacitação para o projeto? 19
7. Como o projeto foi acompanhado (na escola e por agentes externos- Unidade da PV ou equipe técnica da PV)? 24
8. Há participaçao de ex-tribeiros na escola? 11
9. Houve disciplinas envolvidas no projeto desenvolvido? Quais e de que forma? 14
10. O programa tem algum impacto sobre o projeto politico-pedagógico da escola? 14
11. Quais as formas de registro do projeto? 22
12. Quais metodologias foram utilizadas? 1
13. A Tribo de sua escola conseguiu concluir as ações previstas? Por que? 1
14. O projeto contribuiu para o processo de aprendizagem dos alunos (novos conhecimentos e permanência)? 12, 3
15. Foram percebidas mudanças entre tribeiros? E na participaçao na escola? 4, 2
16. O projeto contribuiu para a redução da violência na escola? 7
17. Qual a sustentabilidade do projeto (fontes de financiamento e parcerias)? 23
18. Existe relação do Programa com as politicas públicas? Quais? 15
19. A escola participou do Forum? Por que?
20. Foi feita (e entregue) avaliação do projeto para a PV? 25
21. Quais são os aspectos positivos do Programa?
22. Quais as dificuldades encontradas na implementação do Programa?

23. O que deveria ser mudado no Programa?
24. Quais são as expectativas atuais e futuras da escola em relação ao Programa?

C. Entrevista com representante da Unidade da PV:

1. Porque a Unidade/vc se mobilizou a participar da Tribo? 18
2. Qual o lugar do Programa na organização da Unidade (orçamento, estrutura, visibilidade, prioridade, tempo dedicado etc)? 19
3. Como aconteceu a mobilização da(s) escola (s) para participar do Programa? 21
4. A Unidade e a escola participaram de alguma capacitação para o Programa? 19
5. A Unidade participou da escolha da (s) Trilha (s)? 18
6. Como as Tribos foram acompanhadas pela Unidade/equipe técnica da PV? 20
7. Quais as formas de registro do projeto? 22
8. Quais metodologias foram utilizadas? 18
9. O projeto contribuiu para o processo de aprendizagem dos alunos? 12
10. Foram percebidas mudanças entre tribeiros? Quais? 4
11. O programa tem algum impacto para a escola/comunidade? Quais? 1,2
12. Qual a sustentabilidade do projeto (fontes de financiamento e parcerias)? 23
13. Existe relação do Programa com as politicas públicas? Quais? 15
14. A escola/Unidade participou do Forum?
15. Foi feita (e entregue) avaliação do projeto para a PV? 25
16. Quais são os aspectos positivos do Programa
17. Quais as dificuldades encontradas na implementação do Programa?
18. O que deveria ser mudado no Programa?
19. Quais são as expectativas atuais e futuras da escola em relação ao Programa?

D. Entrevista com principal parceiro na comunidade:

1. Qual a relação que sua instituição/vc tinha com a PV antes desse projeto? 21
2. Porque a sua instituição/vc se mobilizou a participar da Tribo?
3. O que vcs esperavam desse projeto? 18
4. Quais as etapas que sua instituição/ vc participou do projeto? De que forma? 18
5. O projeto contribuiu para o processo de aprendizagem dos alunos? Em que? 12
6. Foram percebidas mudanças entre tribeiros? Quais? 4
7. O programa tem algum impacto para a escola/comunidade? Quais? 1, 2
8. Qual a sustentabilidade do projeto (fontes de financiamento e parcerias)? 23
9. Existe relação do Programa com as políticas públicas? Quais? 15
10. Quais são os aspectos positivos do Programa
11. Quais as dificuldades encontradas na implementação do Programa?
12. O que deveria ser mudado no Programa?
13. Quais são as expectativas atuais e futuras em relação ao Programa?

ROTEIROS PARA PESQUISA QUALITATIVA
Programa de Apoio à Gestão de Voluntariado no RGS

Questões balizadoras

A. Impactos do Programa:

1. Participação social dos estudantes na comunidade
2. Participação social dos estudantes na escola
3. Permanência escolar dos estudantes
4. Mudanças de atitude dos estudantes (autoestima, autonomia etc)
5. Fomento ao educador para práticas de participação na escola
6. Fomento à escola para implementação de projetos sociais
7. Redução da violência infanto-juvenil na escola
8. Incorporação de práticas de cuidado do meio ambiente
9. Participação em atividades culturais na comunidade
10. Participação dos tribeiros nas Conferências
11. Participação de ex-tribeiros no PJV da instituição
12. Aquisição de novos conhecimentos
13. Indução para novo voluntariado ou implementação do PJV em outras instituições
14. Inserção do PJV no Projeto Político-Pedagógico/LDB
15. Articulação do PJV com politicas públicas e rede de proteção dos direitos
16. Relações inter-geracionais
17. Relações entre pares e o tema das diversidades

B. Gestão do Programa:

18. Planejamento
19. Apoio aos Projetos (incluindo capacitação, mobilização de parcerias etc)
20. Articulação com demais equipes do PV
21. Relações institucionais
22. Sistemas de Registro
23. Gestão financeira
24. .Monitoramento
25. Estratégias de avaliação

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
PAIS/RESPONSÁVEIS DE NÃO TRIBEIROS

Através deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, você e seu(ua) filho(a) estão sendo convidados(as) a participar de uma pesquisa cujo título é "Avaliação do Programa Jovens Voluntários", conduzida pela Parceiros Voluntários, através da Faculdade Latino Americana de Ciências Socias - FLACSO, com participação da Profª Drª Denise Ruschel Bandeira e do Pós-doutorando Wagner Machado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Este trabalho tem como objetivo a avaliação de um programa desenvolvido pela ONG Parceiros Voluntários.

Para as crianças, adolescentes e jovens, serão realizados questionários em sala de aula com perguntas sobre satisfação de vida de uma forma geral. Aos pais ou cuidadores será enviada uma ficha sociodemográfica. Os resultados obtidos poderão ser publicados em artigos científicos, mas a identidade de todos os participantes será preservada e será mantido o mais rigoroso sigilo de qualquer informação que possa vir a identificá-lo(a). O material coletado será arquivado pelo período de cinco anos e, posteriormente, queimado.

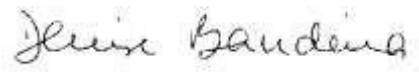
A importância de participar deste estudo advém da sua contribuição para melhorias no Programa Jovens Voluntários e a produção de conhecimento científico quanto à satisfação de vida de crianças, adolescentes e jovens. Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora Denise Ruschel Bandeira (tel: 51 33085352) ou pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS (tel: 51 33084085).

Eu, ... fui informado(a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão quanto à participação nesta pesquisa, se assim eu desejar. As pesquisadoras certificaram-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais e terei liberdade de retirar meu consentimento de participação, se por ventura assim o desejar.

_____

Assinatura do Participante

Data: _/ _/____



Denise Ruschel Bandeira

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
PAIS/RESPONSÁVEIS DE TRIBEIROS

Através deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, você e seu(ua) filho(a) estão sendo convidados(as) a participar de uma pesquisa cujo título é "Avaliação do Programa Jovens Voluntários", conduzida pela Parceiros Voluntários, através da Faculdade Latino Americana de Ciências Socias - FLACSO, com participação da Profª Drª Denise Ruschel Bandeira e do Pós-doutorando Wagner Machado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Este trabalho tem como objetivo a avaliação de um programa desenvolvido pela ONG Parceiros Voluntários.

Para as crianças, adolescentes e jovens, serão realizados questionários em sala de aula com perguntas sobre o projeto do qual ele(a) participa na escola/associação e sobre satisfação de vida de uma forma geral. Aos pais ou cuidadores será enviada uma ficha sociodemográfica e dados sobre a participação de seus filhos(as) no projeto. Os resultados obtidos poderão ser publicados em artigos científicos, mas a identidade de todos os participantes será preservada e será mantido o mais rigoroso sigilo de qualquer informação que possa vir a identificá-lo(a). O material coletado será arquivado pelo período de cinco anos e, posteriormente, queimado.

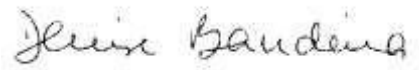
A importância de participar deste estudo advém da sua contribuição para melhorias no Programa Jovens Voluntários e a produção de conhecimento científico quanto à satisfação de vida de crianças, adolescentes e jovens. Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora Denise Ruschel Bandeira (tel: 51 33085352) ou pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS (tel: 51 33084085).

Eu, ... fui informado(a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão quanto à participação nesta pesquisa, se assim eu desejar. As pesquisadoras certificaram-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais e terei liberdade de retirar meu consentimento de participação, se por ventura assim o desejar.

_____

Assinatura do Participante

Data: _/ _/____



Denise Ruschel Bandeira

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Através deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, você e seu(ua) filho(a) estão sendo convidados(as) a participar de uma pesquisa cujo título é "Avaliação do Programa Jovens Voluntários", conduzida pela Parceiros Voluntários, com participação da Prof.ª Dr.ª Carmen Silveira de Oliveira, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO. Este trabalho tem como objetivo a avaliação de um programa desenvolvido pela ONG Parceiros Voluntários.

Para os jovens, serão realizados grupos focais sobre a participação deles no projeto. Os resultados obtidos poderão ser publicados em artigos científicos, mas a identidade de todos os participantes será preservada e será mantido o mais rigoroso sigilo de qualquer informação que possa vir a identificá-lo(a). O material coletado será arquivado pelo período de cinco anos e, posteriormente, queimado.

A importância de participar deste estudo advém da sua contribuição para melhorias no Programa Jovens Voluntários e a produção de conhecimento científico quanto à satisfação de vida de crianças e adolescentes. Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora Carmen Silveira de Oliveira (tel: 51 8253-9879).

Eu, ...,
responsável pelo aluno .....,
fui informado(a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão quanto à participação nesta pesquisa, se assim eu desejar. Os pesquisadores certificaram-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais e terei liberdade de retirar meu consentimento de participação, se por ventura assim o desejar.

_____
Assinatura do Responsável
Data:____/___/____

_____
Carmen Silveira de Oliveira

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Através deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa cujo título é "Avaliação do Programa Jovens Voluntários", conduzida pela Parceiros Voluntários, com participação da Prof.ª Dr.ª Carmen Silveira de Oliveira, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO. Este trabalho tem como objetivo a avaliação de um programa desenvolvido pela ONG Parceiros Voluntários.

Serão realizadas entrevistas sobre a participação e o envolvimento no projeto. Os resultados obtidos poderão ser publicados em artigos científicos, mas a identidade de todos os participantes será preservada e será mantido o mais rigoroso sigilo de qualquer informação que possa vir a identificá-lo(a). O material coletado será arquivado pelo período de cinco anos e, posteriormente, queimado.

A importância de participar deste estudo advém da sua contribuição para melhorias no Programa Jovens Voluntários e a produção de conhecimento científico quanto à satisfação de vida de crianças e adolescentes. Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela(s) pesquisadora(s) Carmen Silveira de Oliveira (tel: 51 8253-9879).

Eu, ... fui informado(a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão quanto à participação nesta pesquisa, se assim eu desejar. Os pesquisadores certificaram-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais e terei liberdade de retirar meu consentimento de participação, se por ventura assim o desejar.

_____

Assinatura do Participante

Data:____/___/____

_____

Carmen Silveira de Oliveira